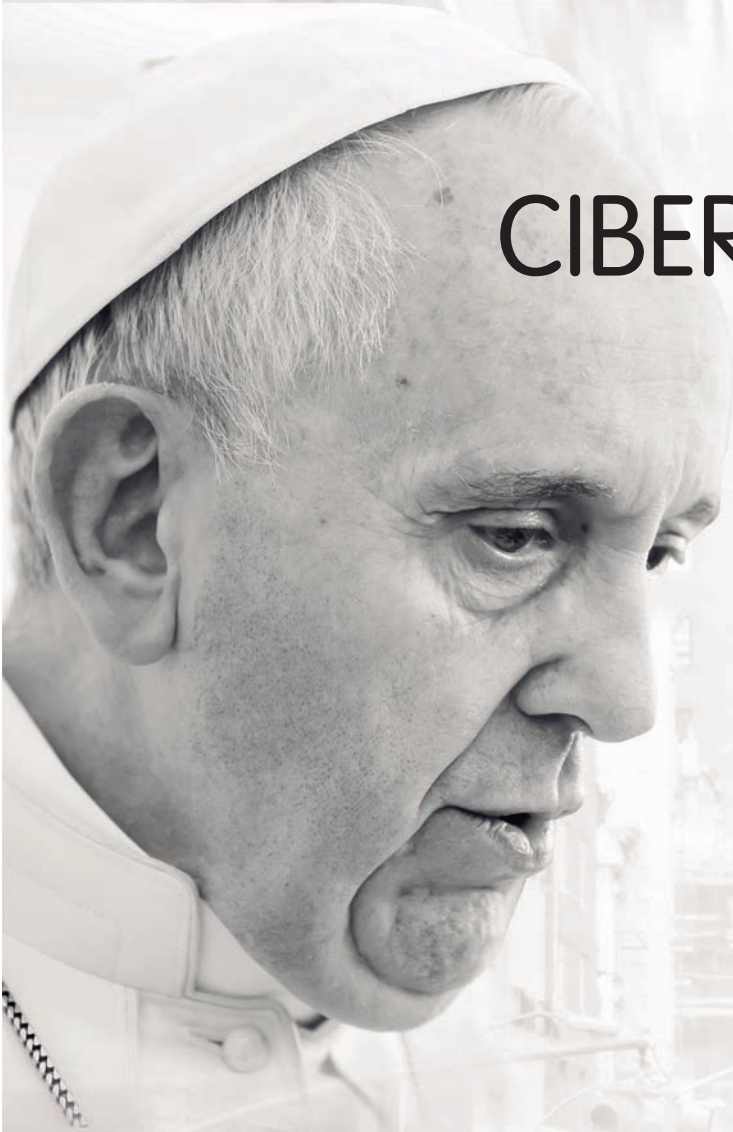
Edição 65

CIBERTEOLOGIA

Revista de Teologia & Cultura



A FRATERNIDADE UNIVERSAL E O IRMÃO ESTRANHO

Artigo

Fratelli Tutti:
Por uma comunidade mundial samaritana

Nota

O posicionamento da CNBB frente à pandemia do coronavírus

Edição 65

CIBERTEOLOGIA

Revista de Teologia & Cultura

Ciberteologia – Revista de Teologia & Cultura.
São Paulo-SP, Brasil: Paulinas Editora.
Periodicidade quadrimestral – ISSN: 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Janeiro / Abril de 2021

Este periódico está indexado na ATLA-Catholic Periodical and Literature Index® (CPLI®) [www: http://www.atla.com], um produto do American Theological Library Association: 300 S. Wacker Dr., Suite 2100, Chicago, IL 60606, USA. Email: atla@atla.com.
Indexado também pela LATINDEX

Diretoria

Diretora geral: Flávia Reginatto
Responsável da área: Vera Ivanise Bombonatto

Redação

Editor científico: João Décio Passos
Revisão: Equipe Paulinas
Atualização do portal: Equipe Paulinas

Conselho Científico

PhD. Vera Ivanise Bombonatto – Núcleo de Catequese Paulinas – NUCAP
PhD. Pedro Fernández Castelao – Universidad Pontificia Comillas – Espanha
PhD. Matthias Grenzer – Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo – PUC/SP
PhD. José María Vigil – Portal teológico Servicios Koinonía – Panamá
PhD. Antonio Francisco Lelo – Núcleo de Catequese Paulinas – NUCAP
PhD Francisco Aquino Junior FCF/UCP
PhD Wagner Sanchez Lopes – PUC/SP

Paulinas

Rua Dona Inácia Uchoa, 62
04110-020 – São Paulo – SP (Brasil)
Tel.: (11) 2125-3500
http://www.paulinas.com.br – editora@paulinas.com.br

© Pia Sociedade Filhas de São Paulo – São Paulo, 2021

SUMÁRIO

EDITORIAL

ARTIGOS

Fratelli Tutti e o islam: uma análise sobre a migração e acolhimento
The *Fratelli Tutti* and the islam: an analysis on migration and hosting 10
ATILLA KUS

Fratelli Tutti: por uma comunidade mundial samaritana
Fratelli Tutti: for a samaritan world community 23
DARLI ALVES DE SOUZA

Religião, direitos humanos e os desafios político-econômicos da era presente
Religion, human rights and the political-economic challenges of the present age 34
MOISÉS DE CARVALHO MARTINS

O diálogo como construtor de uma sociedade mais amorosa e justa
ou uma carta para Bergoglio
Dialogue as a builder of a more loving and just society or a letter to Bergoglio 44
MARIA ELISE RIVAS

A encíclica *Fratelli Tutti*, migrações e acolhida
The encyclical *Fratelli Tutti*, migrations and welcome 63
WELLINGTON DA SILVA DE BARROS

La política democrática en *Fratelli Tutti* 75
ANÍBAL GERMÁN TORRES

Um só corpo: identidade e diferença nas Assembleias Paulinas
One Body: Identity and Difference in the Pauline Assemblies 81
HAMILTON CASTRO DA SILVA

ENTREVISTA 97

NOTAS

O posicionamento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
frente à pandemia do coronavírus (2020) 102
RODRIGO HENRIQUE FERREIRA DA SILVA

A sombra de tudo que somos nós 117
MÁRCIO OLIVEIRA ELIAS 117

DOCUMENTOS

Laudato si', na perspectiva da Doutrina social da Igreja 121
FREI CARLOS JOSAPHAT OP.

Que parábolas para este tempo? 139
CARDEAL JOSÉ TOLENTINO DE MENDONÇA

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

CIBERTEOLOGIA

EDITORIAL

A FRATERNIDADE UNIVERSAL E O IRMÃO ESTRANHO...

Uma Encíclica social nasce para circular dentro e fora da igreja; é endereçada aos fiéis e aos homens de boa vontade, como costumam dizer os Papas. Por conta do seu objeto – as questões sociais – costuma ser recebida por autoridades dedicadas na teoria e na prática às temáticas sociais. A recepção dos textos sociais nem sempre é positiva, desde que o Magistério papal focou de modo critico no modelo econômico vigente, expondo os seus limites éticos, políticos e sociais e sugerindo mudanças de rumo. Os ensinamentos sociais da igreja carregam consigo o germe da critica profética que distingue a justiça da injustiça nas conjunturas históricas e apresentam os valores do Reino de Deus como reserva utópica que provocam transformações. Por essa razão de raiz, jamais será um ensinamento recepcionado de modo consensual e unânime.

A DSI constitui um corpo de ensinamentos que gradativamente forma um sistema que visa oferecer princípios, critérios e diretrizes para a ação dos cristãos na sociedade (*Compêndio da Doutrina social da Igreja*). Da reserva ética do Evangelho e das reflexões acumuladas na longa tradição e nos próprios ensinamentos do Magistério, cada documento situado em distintos contextos, oferece essas três chaves de leitura, cujo resultado concreto nem sempre agrada os que defendem a estabilidade dogmática do regime vigente. E não têm faltado recepções negativas e até agressivas aos ensinamentos do Papa Francisco. Seu estilo claro, simples e direto aliado a posturas políticas e pastorais, o coloca numa postura de antagonista do regime imperante no planeta, seja do mercado globalizado, seja das tendências políticas de fechamento nacionais.

Com Francisco os ensinamentos sociais deram grandes passos, de forma que o especialista no assunto, Bartolomeo Sorge, fala em uma nova era desses ensinamentos, por ele definida como "fase revolucionária". Onde estaria a revolução? Antes de tudo é importante lembrar que todo documento do Magistério deve ser situado em seu contexto; é de dentro dos contextos, da empatia com os desafios advindos da realidade presente que os Papas falam de novo das questões sociais sem seus documentos. Pode-se dizer que as *rerum novarum* são sempre a referência para se entender um determinado ensinamento social. A cada geração esse ensinamento se renova

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

e avança em alcance e profundidade, oferecendo elementos de discernimento evangélico aos desafios postos pela realidade presente. Precisamente por essa razão, as Encíclicas sociais nunca foram bem recebidas pelos donos do poder econômico e político. Nos primeiros tempos por entenderem que a Igreja não deveria se meter em questões sociais e políticas, depois por negarem as críticas que eram feitas aos regimes econômicos e políticos, uma vez que a DSI cobra as finalidades éticas do capitalismo, defendem os direitos dos excluídos etc.

Desde leão XIII, os ensinamentos sociais da igreja escrevem por assim dizer a história ocidental pelas avessas; indicam outro mundo necessário e possível para a convivência justa da humanidade. Não obstante, adotem posturas diferenciadas em relação ao regime econômico, aos regimes políticos e governos, esses ensinamentos primaram-se pela crítica que distingue os poderes da igreja e do estado, examina criteriosamente as conjunturas e busca uma sociedade justa e fraterna. Os excluídos das conjunturas econômica e política foram, de fato, ocupando um lugar sempre mais central nesse conjunto de ensinamento.

A denominada "fase revolucionária" do Papa Francisco, deve-se ao menos a dois aspectos importantes. O primeiro diz respeito ao próprio contexto histórico. Nos tempos pós-guerra fria ou pós-regime socialista os critérios de discernimentos oferecidos se voltam exclusivamente para o modelo vigente globalizado. Não há mais a critica anterior que colocava em foco os dois regimes. O capitalismo globalizado torna-se, de fato, o objeto central das críticas advindas dos discernimentos oferecidos pelos documentos. Esse foco adquiriu clareza sempre maior desde a Encíclica *Centesimus annus (1991)* de João Paulo II. Os ensinamentos sociais da igreja se tornaram cada vez mais desconfortáveis aos defensores do neoliberalismo e aos regimes políticos afinados a essa orientação econômica. O segundo aspecto revolucionário decorre desse primeiro. Com Francisco, a DSI deu um grande salto na direção da perspectiva global, seja na proposição de uma crítica radical ao capitalismo que impera com sua lógica exclusivista, seja na proposição de uma visão ecológica integradora que supere as posturas antropocêntricas e os isolamentos localizados. A vida planetária é adotada como um paradigma fundamental que direciona as diversas leituras feitas sobre a realidade e sobre a própria fé.

Alguns eixos do ensinamento franciscano expressam concretamente essa renovação: a crítica radical ao regime do lucro, à economia de exclusão, ao consumismo, ao principio neoliberal; a crítica ao modelo vigente que destrói o planeta, que induz ao consumismo e se sobrepõe de forma destrutiva às culturas locais; a indicação das causas estruturais da pobreza; a afirmação da urgência da justiça social e do bem comum, da superação dos mecanismos de exclusão, da centralidade ética e política dos pobres no exercício da justiça, do imperativo do diálogo entre

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

as nações na busca de soluções globais para os problemas globais, do pensamento ecológico integral que tudo unifica na mesma causa da vida, do todo que se sobrepõe às partes, da unidade que supera os conflitos, da realidade que é superior ás ideias.

Eis a pauta da recepção negativa dos ensinamentos sociais de Francisco fora da igreja, mas também dentro do cristianismo e do catolicismo. Hoje essa postura recebe regularmente um carimbo chamado "comunismo". A DSI entrou para o grupo dos comunistas, juntamente com os defensores do meio ambiente, da igualdade de gênero, dos direitos sociais das minorias e dos direitos humanos.

A Encíclica *Fratelli tutti* entrará nesse confronto planetário que pretende retomar valores e práticas políticas pré e antimodernos e expurgar o que propõe valores e práticas contrárias ou diferentes. Ademais, a defesa intransigente feita por Francisco às relações multilaterais entre as nações vem de encontro com os nacionalismos soberanistas e às políticas dos muros hoje em vigor em várias partes do planeta. De outubro passado (precisamente dia 04) até o presente, pode-se descrever os roteiros dessa recepção negativa que vai do estritamente econômico até as leituras conspiratórias.

Contudo, as recepções positivas também escrevem sua história. Desde o seu lançamento a Encíclica contou com o entusiasmo de católicos e não católicos, de crentes e não crentes. O enfoque inter-religioso da Encíclica lhe confere originalidade ímpar. Ao introduzir o texto Francisco apresenta sua inspiração:

> se na redação da Laudato si' tive uma fonte de inspiração no meu irmão Bartolomeu, o Patriarca ortodoxo que propunha com grande vigor o cuidado da criação, agora senti-me especialmente estimulado pelo Grande Imã Ahmad Al-Tayyeb, com quem me encontrei, em Abu Dhabi, para lembrar que Deus "criou todos os seres humanos iguais nos direitos, nos deveres e na dignidade, e os chamou a conviver entre si como irmãos" (5).

Colocar um personagem de confissão islâmica como inspiração para o conjunto do texto é algo inédito na historia do Magistério da Igreja. A abertura para o outro diferente como companheiro de caminhada na convivência humana que busca e constrói fraternidade se torna, portanto, normativa. Não se trata apenas de uma cena política, diplomática ou mesmo mística restrita às opções individuais do Papa naquela circunstância, mas, de uma postura que compõe o próprio ensinamento do Magistério papal sobre a fraternidade. A fraternidade se constrói com diálogos concretos e não com simples ideias ou com ideias simples; é preciso sair dos territórios

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

identitários e construir agendas concretas e comuns. Na *Laudato si'* Francisco pauta-se numa postura ecumênica chamando para a cena do ensino sobre a *casa comum* um Patriarca ortodoxo. Agora a contracena fica por conta de um islâmico, figura que encarna o antagonismo do ocidente de ontem e de hoje. O islâmico é o próximo, como foi próximo o samaritano detestado pelos judeus do e execrado pela ortodoxia judaica como impuro e pecador. Jesus coloca o samaritano em uma condição ética que desbanca as autoridades religiosas, sacerdotes e levitas. O mais distante, aquele a quem era negada a condição de dignidade é que se torna o próximo de quem estava fora do caminho.

E não será menos escandaloso para os vigilantes atuais da ortodoxia e os nacionalistas trancados em seus muros que Francisco se inspire em um árabe-islâmico para falar de fraternidade. A fraternidade se constrói de dentro para fora, da periferia para o centro, a partir do mais distante e do mais excluídos dos sistemas doutrinais e políticos fechados em se mesmos. Um árabe islâmico se encontra fora dos caminhos sociais, culturais, políticos e religiosos do ocidente e, sobretudo do ocidente cristão. Francisco dá logo de saída o tom da Encíclica, chamando para a cena central do texto o Grande Imã Ahmad Al-Tayyeb. O meu irmão islâmico! O distante é chamado para ser o próximo, o inimigo histórico do ocidente é chamado para o centro da mesa fraterna.

O ultimo capítulo retoma essa postura de empatia como caminho proposto para a construção da fraternidade universal. O diálogo inter-religioso é assumido, então, como tarefa religiosa, social e política; caminho indispensável para a construção da paz e da justiça na terra. A governança global da casa comum clamada na *Laudato si'* como urgente está, agora, apresentada como princípio e como diretrizes para as ações políticas locais e mundiais. A conversão ecológica exige conversão política. Na atual fase da humanidade a opção pelo isolacionismo constitui um equivoco e uma mentira que beneficia somente àqueles que pretendem cominar a terra a seu bel prazer, na verdade a seu próprio benefício. As religiões podem contribuir com esse diálogo mundial como fonte de fraternidade que pretendem ser.

É nessa moldura de um diálogo radical apresentado como norma da construção da fraternidade que o presente número de *Ciberteologia* se insere. Pretende oferecer uma singela amostra sobre a "recepção inter-religiosa" da Encíclica. Não faltarão, por certo, textos sobre a natural recepção católica do texto. Como última Encíclica social, *Fratelli tutti* resistirá com seu frescor nos próximos anos e, oxalá, produza os frutos almejados de uma fraternidade universal concreta. O mundo atual clama por horizontes como esse agora desenhado por Francisco. O valor e o mandamento do amor ao próximo, constitutivos da fé cristã, adquirem na Encíclica vigor, atualidade e concreticidade. Ninguém poderá sair imune da leitura desse texto.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Enquanto o presente número era preparado fomos surpreendidos com a notícia do falecimento do eminente teólogo Carlos Josaphat com seus 99 anos. Sua longa trajetória na reflexão teológica o coloca entre aqueles que souberam fazer com maestria, criatividade e coragem o *aggiornamento* proposto pelo Vaticano II. Seguramente um pioneiro da teologia da libertação com sua obra *Evangelho e revolução social* nos idos de 1961. Alguns documentos publicados nesse número fazem memória a esse grande teólogo, incluindo uma reflexão de sua autoria. Em um dossiê sobre a *Fratelli tutti* não poderia ser mais adequada essa homenagem. O pensamento e as obras de Frei Carlos estão em plena sintonia com a busca da fraternidade universal, construção de todos os direitos para todos e todas.

Nesse espaço editorial, o foco de reflexão será no diálogo com interlocutores de fora do catolicismo. Os autores que se dedicaram a esse trabalho aceitaram de bom grado o desafio de recepcionar o texto da nova Encíclica de dentro de suas diferentes confissões e de tecerem com o mesmo um diálogo construtivo. De fora dos caminhos católicos cada qual se apresenta como interessado na mesma fraternidade, na mesma humanidade e na mesma casa comum. Não se trata de um exercício de construção de consensos sobre o conteúdo do texto na perspectiva inter-religiosa, mas precisamente de um olhar que revele as múltiplas possibilidades de interpretação do mesmo. Na chave do diálogo adotada pela Encíclica ficam dispensadas quaisquer posturas de integração que escondam as diferenças, mesmo que em nome de um desejado ecumenismo. Nesse horizonte ético e político, cada autor é muito bem-vindo com suas particularidades. A presença do outro que está fora dos caminhos católicos ensina a antes de tudo amar as diferenças como partes de um todo maior que é a humanidade e, no fim de tudo, o próprio Deus. Dentro dessas totalidades todas as diferenças são legítimas e sagradas e devem ser promovidas. Bem-vindas as diferentes leituras! *Fratelli tutti*!

> Segundo a escatologia cristã, uma vez inaugurado o Reino, pelo dom da graça, pela difusão do Espírito Santo nos corações, a justiça e a paz, em todos os setores humanos, devem brotar para o mundo, por meio da vida e da atividade dos cristãos (Calos Josaphat).

João Décio Passos

Editor

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

CIBERTEOLOGIA

ARTIGOS

FRATELLI TUTTI E O ISLAM: UMA ANÁLISE SOBRE A MIGRAÇÃO E ACOLHIMENTO

THE *FRATELLI TUTTI* AND THE ISLAM: AN ANALYSIS ON MIGRATION AND HOSTING

ATILLA KUS

Resumo: A migração é uma das realidades que acompanham o ser humano desde os seus primórdios. Porém, hoje em dia, o ser humano está de frente com uma crise migratória advinda do tráfico humano e da negligência de alguns países desenvolvidos que ora põem limites na recepção e acolhimento dos migrantes, ora previnem totalmente a chegada dos migrantes às suas portas. O presente estudo tem por objetivo analisar a questão migratória à perspectiva islâmica no encontro com a carta encíclica do Papa Francisco, a Fratelli Tutti. Por meio das fontes bibliográficas, sugere-se a Constituição de Medina e a prática caritativa do zakât como possíveis meios que possam ajudar na superação dos problemas migratórios.

Palavras-chave: Fratelli Tutti. Islam. Migração. Caridade.

Abstract: Migration is one of the realities that have accompanied human beings since their early days. Today, however, the human being is facing a migratory crisis due to human trafficking and the negligence of some developed countries that sometimes put limits on the reception of migrants, and sometimes totally prevent the arrival of migrants at their doors. The present paper aims to study the migratory question from an Islamic perspective in the meeting with Pope Francis' encyclical letter, *Fratelli Tutti*. Through the bibliographic sources, the Medina Constitution and the charitable practice of zakât are suggested as possible means to help overcome the migratory problems.

Keywords: *Fratelli Tutti*. Islam. Migration. Charity

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Introdução

A migração é uma realidade humana desde os seus primórdios. Ela acompanha o ser humano desde sempre ora por motivos socioeconômicos, ora por motivos de perseguições ideológicas, políticas ou religiosas. Hoje em dia, presenciamos uma pandemia extremamente letal e, em meio a ela, uma crise migratória ainda não resolvida. A carta encíclica do Papa Francisco, publicada em 3 (três) de outubro de 2020, tem como um dos objetivos a questão dos processos migratórios que muitas vezes são negligenciados ou trazidos à tona quando ocorre alguma tragédia. Foi através de Aylan al-Kurdî que soubemos das crianças que morreram afogadas. É por meio dos barcos que afundam e matam dezenas de migrantes que percebemos aqueles que fogem da fome, da miséria e da guerra, e no caminho são explorados pelos traficantes e morrem no caminho.

O presente artigo tem por objetivo estudar a possível recepção da carta encíclica do Papa à perspectiva islâmica por meio do cerne migratório. Neste sentido, procurou-se estudar possíveis soluções que o islam oferece para a migração e para o desenvolvimento humano baseadas em exemplos da Constituição de Medina assinada entre os anos 622 e 624 da era comum, e da ação caritativa islâmica do zakât. O estudo se baseou em dados bibliográficos da teologia e da jurisprudência islâmicas sobre o zakât, além das pesquisas históricas acerca da Constituição de Medina. Chega-se à conclusão de que estes dois pontos levantados possam ser meios da recepção de um dos aspectos da carta encíclica do Papa Francisco, tal como uma possível solução para a crise migratória.

Fraternidade

O conceito de fraternidade é a palavra-chave da carta encíclica do Papa Francisco, publicada em 3 de outubro de 2020. Aliás, essa é a palavra inicial de toda a carta. O autor menciona a frase de Francisco de Assis "*fratelli tutti*". Embora possa ser traduzida como "todos irmãos", acreditamos que a tradução mais adequada possa ser "meus irmãos". O foco do presente trabalho é uma análise breve da carta encíclica *Fratelli Tutti* do Papa Francisco à visão islâmica. Porém, vezes em quando, referir-nos-emos a Francisco de Assis que, em tempos turbulentos, exerceu um trabalho sem igual para acabar com as guerras em seu tempo e foi um defensor da paz em meio à quinta cruzada indo ao encontro com o Sultão al-Malik al-Kamil al-Ayyoubi. Este encontro entre um pregador cristão e um sultão muçulmano resultou em boas relações entre os muçulmanos e cristãos e, sobretudo, criou um laço de fraternidade entre os protagonistas desta história.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

A fraternidade é um conceito muito amplo, muito mais do que se pode imaginar. Ela não é uma simples irmandade, pois enquanto a irmandade se baseia em laços sanguíneos, a fraternidade faz com que os diferentes sejam irmãos. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, o autor do famoso Dicionário Aurélio, define a fraternidade como "união ou convivência como de irmãos, harmonia, boa amizade" (1960, p. 569). Ora, se esta união se baseia em laços como de irmãos, ela deve se dar em pontos em comum entre os sujeitos como a partilha da mesma religiosidade, fé ou ideologia. O Alcorão, neste sentido, define os fiéis como irmãos (49:10). A surata[1] 49 nomeado *al-Hujurat* – os aposentos – trata das questões sociais e serve como um código social islâmico naquilo que tange aos comportamentos dos muçulmanos desde as relações internas – como tratamento para com o profeta e com os outros muçulmanos – até as relações externas – como a relação com os não muçulmanos quer sejam da mesma sociedade, quer sejam de outras. Por isto é que o versículo 10 desta surata traz à tona *a fraternidade dos fiéis* visando a necessidade de reconciliação em caso de conflitos entre os fiéis irmãos. Assim como o verbo *salaha* do árabe pode ser traduzido para o português como reconciliar entre duas ou mais pessoas, o mesmo serve para ajudar na prosperidade, purificar das maldades ou das falhas e pacificar. Por esta razão, talvez uma outra tradução deste verso possa ser como "ajudem os seus irmãos na prosperidade e paz", uma vez que a prosperidade dos fiéis depende das relações internas deles (UNAL, 2015, p. 1114).

Quanto ao conceito de fiel, este é um termo hoje em dia polissêmico que pode ser usado em vários contextos, não sendo especificado apenas ao meio religioso, como outrora era. A nossa menção a este conceito nesta pesquisa é para sinalizar aos fiéis da boa vivência e aqueles que se esforçam em favor da humanidade.

A carta encíclica do Papa Francisco, de modo geral, se baseia na fraternidade e na amizade social. Neste sentido, visa a uma união de diferentes como a de irmãos, com base em um único valor comum: todos somos humanos. O ponto que, para a encíclica, nos une e nos leva a ajudar um ao outro em favor da paz e da prosperidade é a humanidade de todos, e isto é o que une como fraternos.

Embora haja vários temas de imensa importância a serem tratados nesta carta encíclica, basear-nos-emos na questão da migração e do acolhimento ao migrante, que em demasiadas passagens o Francisco sinaliza. Para uma análise oriunda de fontes islâmicas, o nosso referencial é a Constituição de Medina de 622, que trata da solução de uma crise migratória, embora não seja uma crise igual a que se vive hoje em diversas partes do mundo. Mas antes disso, faremos uma abordagem breve sobre os processos migratórios.

[1] Surata é o nome dado a cada um de 114 livros que compõem o Alcorão.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Como e por que ocorrem as migrações?

Como qualquer processo que envolve o ser humano e a natureza, as migrações têm motivos e circunstâncias que levam o indivíduo ou um grupo de indivíduos a deixarem os seus lares ou terras natais. Isso ocorre na natureza também quando, por exemplo, chegam os sinais do inverno e algumas espécies de pássaros começam a deslocar para outras partes do mundo em busca de algum lugar mais quente. Portanto, o ser humano possui motivos também para se deslocar da sua terra natal. O importante é saber, neste sentido, como apontado por Usarski (2017, p. 260), se tal deslocamento ocorre de maneira voluntária ou forçada. O que vemos, hoje em dia, em diferentes partes do mundo, é uma migração forçada por motivos como guerra ou busca de liberdade[2]. Isto, porém, não acontece somente agora. A história humana é testemunha de várias migrações forçadas como o êxodo dos judeus, a *hijra* dos muçulmanos, dentre outras.

No islam, a ideia de migrar é algo imprescindível quando se trata da dignidade e da liberdade do ser humano. Nos anos primordiais desta religião, a migração foi considerada como um dos pilares religiosos por causa das hostilidades que os muçulmanos enfrentaram em Meca, entre os anos 610 e 622 da era comum. Além dos motivos sociológicos que acabamos de citar, para o islam, existem motivos transcendentais que levam à migração. Neste sentido, o processo migratório pode ser considerado não apenas como um deslocamento em busca de liberdade, mas sim, como uma demonstração de obediência para com Deus (KUS, 2019, p. 211), pois a preservação da vida humana, a liberdade de expressão e da fé são fatores que determinam a praticabilidade da religião. Por esta razão, entre os anos 615-622, houve várias ondas de migração islâmica para a Abissínia – um país cristão que abrangia o território que hoje é Etiópia e Eritreia, no Leste da África – e para a cidade de Yathrib, que mais tarde é nomeada como Medina.

Além de a migração ser algo forçado nas circunstâncias supracitadas, existe um consenso entre os estudiosos muçulmanos sobre o papel determinante da migração na construção de novas civilizações. Tal é o caso do êxodo islâmico para a cidade de Yathrib. A migração do profeta Muhammad é definida como o marco inicial do calendário islâmico devido ao fato de ter dado início à construção da "sociedade ideal islâmica" (PACE, 2005, p. 63) e da civilização islâmica que, no decorrer do tempo, faria suas contribuições científicas para o mundo.

Como indicado por Usarski (2017), as migrações têm o seu antes, durante e depois. O antes da migração indica as circunstâncias que levam os indivíduos a tomarem decisão de

[2] Como é o caso dos migrantes sírios devido à guerra civil que dura há uma década ou migrantes venezuelanos que fogem de um regime ditatorial.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

deslocamento. Motivos são demasiados. Citamos acima o exemplo das guerras ou das fugas dos regimes ditatoriais. Porém, como também indicia a carta encíclica Fratelli Tutti, existem migrações que são voluntárias. Nestes processos o fator determinante não é a guerra, mas sim, a falta de recursos econômicos e financeiros para a sobrevivência humana. Dentre as faltas de recursos econômicos[3], podemos citar o exemplo das condições educacionais e sanitárias desiguais, não somente entre regiões políticas ou países, mas dentro de um mesmo país. Isto, na maioria das vezes, implica com as migrações internas de uma cidade para outra, em busca de melhores condições. E quando o respectivo país não possui recursos suficientes, a migração se torna um processo externo. Portanto, a migração é uma realidade multifacetada da humanidade que nem sempre é bem vista, pois em determinados lugares do mundo o migrante pode não ser bem-vindo pelos indivíduos no local de destino.

A Constituição de Medina

Até aqui, tentamos fazer uma reflexão sobre o que e como pode ser uma migração, de maneira sucinta. Nesta etapa da nossa pesquisa, iremos apresentar a Constituição de Medina como uma solução que encerrou uma crise migratória ocorrida no século VII da era comum. Embora o número de migrantes hoje em dia seja maior e a crise seja mais profunda, acreditamos que o modelo, que aqui será apresentado, sirva de uma proposta de solução para as crises migratórias hoje enfrentadas parcialmente, se não integralmente.

A Constituição de Medina é um documento elaborado em dois momentos diferentes nos anos primordiais do islam. Em primeiro momento, o documento é um acordo de irmandade – *muakhat* – entre os muçulmanos migrantes de Meca e os acolhedores de Medina. Já a segunda etapa do documento, é um acordo com membros de diferentes religiões, principalmente judeus, que compunham a então sociedade medinense. Ainda a primeira etapa deste documento é considerada, pelos estudiosos islâmicos e do islam, como uma constituição que gerou a cidade-estado de Medina, que foi chefiada pelo próprio profeta Muhammad, pois, além de solucionar um problema migratório, deu fim a mais de um século de guerras civis entre as duas principais tribos da cidade por meio da irmandade que foi declarada. Para entender melhor o contexto da elaboração deste documento, iremos detalhar as circunstâncias que levaram os muçulmanos de Meca a se deslocarem e chegarem a um documento como este.

[3] Tratamos da economia social, e não necessariamente da financeira, por isso separamos.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

As circunstâncias que levaram para a Constituição

Não muito diferente do que foi o início do cristianismo, foi o do islam. Em primeiro lugar, quando se começou a pregação desta religião, houve a não aceitação por uma parte da elite mequense a partir dos anos 610 da era comum. Esta não aceitação se tornou, no decorrer do tempo, uma hostilidade e perseguição contra os primeiros muçulmanos. A hostilidade chegou ao pico quando foram registradas as primeiras mortes, tendo em vista que a maioria dos primeiros muçulmanos eram membros da classe "escrava" ou dos *mawali* – os ex-escravos libertados que compunham a classe mais baixa e pobre da sociedade árabe.

Na medida em que estas hostilidades aumentaram, principalmente depois da morte de primeiros muçulmanos, uma onda destes migraram para a Abissínia, um país cristão na costa leste da África, hoje correspondente ao território da Etiópia e Eritreia. Um dos motivos desta migração para um país longínquo, ao invés de uma tribo ou cidade árabe, foi o senso de justiça do rei. Por outro lado, os muçulmanos entendiam partilhar da mesma fé – a de crença em um só Deus – com os cristãos. Portanto, houve duas ondas de migração islâmica para a Abissínia, em 615 e 616 da era comum, em busca da liberdade de professar a sua fé.[4] Além disso, a Abissínia, dentre várias opções, era único país que não tinha fortes laços comerciais com os árabes de Meca, enquanto na região de Damasco e do Iêmen os mequenses possuíam forte relação comercial (SARICAM, 2017, p. 70).

Já a partir do ano de 619[5], houve o primeiro contato com um grupo da cidade de Yathrib – posteriormente chamada Medina – durante o período de peregrinação. Por um lado, segundo Hamîdullah (2003, p. 151), o grupo de homens da tribo *Khazraj* da cidade de Yathrib buscava um meio para dar fim à guerra que ocorria entre eles e a tribo *Aws*, a outra tribo mais forte da referida cidade. Na última guerra que ocorrera em 617, a tribo *Khazraj* havia perdido a batalha e vários de seus líderes haviam morrido. Por outro lado, o profeta Muhammad estava em busca de algum lugar seguro para si e para os seus discípulos, e Yathrib fora uma esperança para eles neste sentido quando os seis homens desta cidade aceitaram a mensagem de Muhammad e receberam os seus. Um dos fatores desta aceitação foi o laço sanguíneo materno que o profeta do islam tinha com os *Khazraj*.

Estes encontros com os yathribenses, durante o período de peregrinação, ocorreram três vezes e na última vez o profeta Muhammad também foi convidado para migrar. Com isso, em

[4] Em termos contemporâneos, em busca da liberdade religiosa.

[5] Em alguns relatos consta como 620.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

setembro de 622, Muhammad e seu discípulo e um dos primeiros muçulmanos, Abû Bakr, migraram para Yathrib. A partir da chegada deles a Yathrib, constatou-se a necessidade de um acordo de irmandade entre os migrantes – *almuhajirûn* – e os acolhedores – *al-ansâr*.

Após a migração

Enquanto constatamos a busca de muçulmanos mequenses por um ambiente livre e seguro para a prática da religião, observamos também a necessidade de uma ordem social e pacífica na sociedade de Yathrib. Este deve ter sido o motivo pelo qual nem todos os migrantes foram acolhidos nesta cidade. O profeta Muhammad não era o único que tinha laços sanguíneos com os árabes desta cidade a qual os muçulmanos migraram. Ou seja, alguns dos migrantes já tinham os seus parentes ou conhecidos por quem pudessem ser recebidos. Neste sentido, estes conhecidos ou parentes yathribenses doaram até os seus terrenos aos migrantes para que eles pudessem construir uma nova vida no ponto de chegada da migração. Porém, nem todos, como o Abû Bakr por exemplo, tinham esta oportunidade.

O clima da cidade de Medina é um clima mais úmido comparado com o de Meca. Portanto, isso facilitou o adoecimento dos migrantes mequenses, principalmente aqueles que não tinham quem os recebesse. Certa vez, por meio de um poema aleatório, Abû Bakr, que pensava que morreria por causa de uma febre forte, levantou a sua queixa a Muhammad perante o relativismo que havia em relação aos novos habitantes em Yathrib (KUS, 2020, p. 10).

Mediante a esta situação, a possível solução seria um acordo de irmandade – *muakhat* – entre os crentes, algo já existente nas sociedades árabes pré-islâmicas. Um acordo de irmandade, na sociedade árabe, significava a união fraternal de duas pessoas oriundas de diferentes tribos ou famílias, tendo uma convivência como de irmãos de sangue mesmo (CAGATAY, 1957, p. 118). Neste sentido, os irmanados possuíam os mesmos direitos que irmãos de sangue um sobre o outro. Isso implicava, *a priori*, com a partilha de herança de ambos e com a proteção também. Portanto, um acordo de irmanação que facilitasse a vida de migrantes era imprescindível para o próprio profeta do islam e seus seguidores que acabaram de migrar para uma sociedade com modelo econômico diferenciado do de sua terra natal. Enquanto em Meca o meio de proveniência financeira era o comércio, nesta nova terra era a agricultura. Por isso, optou-se por um caminho fácil e já conhecido. Desta maneira, deram-se os primeiros passos de uma ordem social que se estabeleceu em torno de duas identidades: *al-muhajiruûn* – os migrantes – e *al-ansâr* – os acolhedores.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

A mobilidade humana e o deslocamento sempre trazem em seus braços novidades. Além de tratar de um encontro das culturas, como afirma Francisco em sua carta encíclica, às vezes acaba por dar os primeiros passos da construção de uma civilização. Este foi o resultado da irmanação fixada entre os mequenses e medinenses. Com este acordo, chegou-se a nomear a cidade habitada de Medina, visando-a como berço da civilização. A data de 622, em que Muhammad fez a sua migração para a nova terra dos muçulmanos, é o marco inicial do calendário islâmico, pois foi a data em que a civilização islâmica teve suas sementes cultivadas. Por meio da recepção dos *al-ansâr* é que mais tarde se construiu uma cidade-estado com o esforço deles e dos *al-muhajirûn* baseado no livro sagrado do islam, o Alcorão, e na tradição e ensinamento do seu profeta, a *sunna*.[6] Esta foi o que Pace (2005, p. 63) chamou de "sociedade perfeita". Trata-se de uma sociedade perfeita em termos da justiça e da bondade.

Para Demirci (2016, p. 9), o que definiu o papel e a importância dos *al-ansâr* foi o altruísmo e a receptividade deles em relação aos migrantes que estavam à beira da miséria. A importância dada aos *al-ansâr* foi tamanha ao ponto que, depois da retomada de Meca em 630, o profeta do islam não permaneceu em sua terra natal e voltou para Medina, onde ele se encontra sepultado.

Hoje a situação não é muito diferente do que era 1442 anos atrás. Aliás, podemos dizer que atualmente os problemas que os migrantes enfrentam são bem maiores. Como apontado na carta encíclica Fratelli Tutti, as dificuldades da migração enfrentadass no presente são demasiadas. Entre elas, podemos mencionar o tráfico humano, a não recepção dos migrantes nos países de destino e, muitas vezes, a falta de assistência. Embora não se possam negligenciar os esforços de alguns países e de entidades religiosas, o que se constata é uma insuficiência. Os países mais abertos para os migrantes, dentro de suas perspectivas econômicas e sociais, conseguem receber determinado número de migrantes por ano ou período. Porém, um modelo fraternal, que talvez possa ser difundido por meio de entidades religiosas, pode ser uma solução para tal problema. Este é o modelo que tentamos apresentar por meio da breve análise da Constituição de Medina. Na próxima seção, iremos focar em outro modelo que é comum entre o islam e a carta encíclica do Papa Francisco: o modelo do Zakât.

O zakât como uma forma de superar as desigualdades

O Alcorão, que é primeira fonte da jurisprudência e espiritualidade islâmicas, se dirige aos humanos com a ordem de que "acreditem (em Deus), pratiquem a oração e paguem o *zakât*"

[6] Sunna, ou sunnah, é o nome dado à tradição e ensinamentos do profeta Muhammad.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

em diversas suratas. Para a tradição islâmica, a fé é a base de toda a religião e em cima dela se constroem todas as práticas religiosas e espirituais. O fato de o Alcorão citar a oração diária islâmica – em árabe *as-salât* – logo depois da ordem de "creiam", levou os estudiosos islâmicos a considerarem esta prática como a irmã da fé ou como o principal pilar que assegure "o prédio da religião". Isto é firmado no hadice do profeta Muhammad, onde ele afirma que a oração é o pilar da religião. Por outro lado, como citamos, a menção do zakât logo em seguida da oração diária, conforme as regras linguísticas do árabe e estudos exegéticos, leva a considerar que esta prática se faz presente como uma "irmã" da oração, sendo ela como um segundo pilar.

O conceito de *zakât* aparece no Alcorão ainda no período pré-migratório, isto é, em Meca (ERKAL, 2013, p. 197). Porém, segundo os historiadores islâmicos, ele foi prescrito para os muçulmanos a partir do segundo ano da migração islâmica, isto é, a partir do ano 623 da era comum. Etimologicamente, o conceito é derivado do verbo *zakâ* em árabe cujos significados são fertilizar, aumentar, purificar e crescer. Teoricamente, o zakât é um dos cinco pilares da prática islâmica que prevê a concessão de uma parte dos bens materiais aos necessitados. Al--Zukhayli (1990, p. 294) define o zakât como dar aos necessitados o que Deus proporcionou a eles. Ou seja, devolver ao financeiramente desfavorecido o que é dele em nossos bens materiais. Esta prescrição se baseia em bens que tendem a aumentar como dinheiro, produtos agrícolas e animais domésticos por meio de cativação e administração do ser humano. O pagamento do zakât se torna obrigatório quando um muçulmano tem a mínima quantidade de uma das espécies que são indicadas.

Os bens que são submetidos ao pagamento do zakât são prescritos tanto no Alcorão quanto na *sunna*. Nesta perspectiva, a quantia dos bens em questão deve ser a poupança anual de todas as necessidades básicas do homem e da sua família e deve estar sob a total posse dele, sem que seja objeto de hipoteca ou de alguma dívida. O principal critério para a obrigatoriedade do zakât é ser muçulmano, livre, adulto[7] e com sanidade mental. Além disso, não estar em situação de devedor é outro requisito para pagar o zakât.

O Alcorão, na sequência da definição de um ser humano piedoso para com Deus, afirma que "o verdadeiro crente piedoso é aquele em cuja riqueza há direito para o pedinte e o desfavorecido" (ALCORÃO 51:19). Esta afirmação corânica é uma base da definição de Az-zukhayli supracitada. Ou seja, para o islam, baseado no texto corânico citado, os desfavorecidos e pobres possuem direito numa parcela do que os mais ricos possuem e cabe a esta segunda classe, através

[7] Isso se dirige àqueles que já passaram do período de puberdade.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

da prática do zakât, levar ao necessitado o que é dele. Trata-se, porém, de uma questão interna do mundo islâmico e não quer dizer que isso se estenda ao mundo externo.

O limite mínimo para poder pagar o zakât é definido com o conceito de *nissâb*. Este termo significa aquele bem material/financeiro acima de 595 gramas de prata ou 85 gramas de ouro, ou moeda equivalente a um dos dois valores poupada de todas as despejas pessoais do pagador no final de um ano. Há o requisito de que esta importância financeira permaneça sob a posse do dono por, no mínimo, um ano. Em questão de animais domésticos, busca-se que o encarregado de zakât possua, no mínimo, 40 ovelhas, 30 bois ou 5 camelos. Qualquer número abaixo destes valores não implica com o pagamento do zakât.

Quanto à questão de quem pode receber o pagamento deste pilar da prática islâmica, o Alcorão define em 8 classes diferentes, a saber: "Pobre – *al-fuqarâ* –, desfavorecido – *al-miskin* –, viajante/migrante – *ibn as-sabîl* –, aqueles cujos corações devem ser conquistados – *al-muallafat al-qulûb* –, os escravos, os endividados, os encarregados de colher o zakât e àqueles que pela causa de Deus lutam".

O exegeta do Alcorão e historiador, Abu Ja'far Muhammad ibn. Jarir at-Tabarî, numa sequência de relatos sobre a explicação de quem é o pobre – *al-faqîr* – e quem é o desfavorecido – *al-miskîn* – cita a explicação de estudiosos como Dahhâk ibn Muzahim (falecido em 723), a saber: o pobre é aquele pobre que migrou para Medina, enquanto *al-miskîn* é aquele pobre que permaneceu em Meca enquanto vários muçulmanos migravam para Medina[8] (AT-TABARÎ, 1996, p. 311). Já para Ikrima al-Barbarî (645-723), *al-faqîr* é o necessitado muçulmano, enquanto *al-miskîn* é o cristão ou judeu necessitado (AT-TABARÎ, 1996, p. 311). Para este segundo entendimento, o zakât não é destinado apenas aos muçulmanos desfavorecidos, mas para aqueles que estão entre o "Povo do Livro". Já a classificação de "aqueles cujos corações devem ser conquistados" é dividida em dois grupos: a) os recém-convertidos ao islam: relata-se a prática do próprio profeta Muhammad a respeito disso; b) aqueles que não são muçulmanos, mas que devem ser conquistados ora para prevenir algum dano que possa vir por parte deles, ora para quebrar as barreiras do preconceito deles para com o islam ou para com os muçulmanos. Para a classe *al-muallafat al-qulûb*, não é requisitado que sejam pobres ou necessitados. Apesar de serem ricos, os não muçulmanos podem receber o zakât, tendo em vista que os necessitados são preferenciais. O motivo do não requerimento de ser da classe baixa economicamente se dá no fato de que os mais ricos possuam influência em suas sociedades e isso possa ajudar em superar os preconceitos.

[8] Vide a seção anterior sobre a Constituição de Medina.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Outra classe que pode receber o zakât é o viajante/migrante – *ibn. Al-sabîl*. Embora o Alcorão não explicite se deve ser ou não um muçulmano, os juristas islâmicos partiram do pressuposto de que o viajante ou migrante seja muçulmano para poder receber o zakât. Este, tal como o *al-muallafat al-qulûb*, pode ser rico em sua terra natal, porém, devido à situação difícil que a viagem traz consigo, tem o mérito de receber o zakât até chegar a sua casa.

As definições que são feitas pela jurisprudência islâmica são referentes aos períodos em que estas regras e legislações religiosas foram promulgadas. Existe, neste sentido, o fato de que na antiguidade a religião era uma das mais fortes identidades de uma nação. Tratava-se dos períodos em que as guerras poderiam ocorrer pela "causa das religiões". Neste sentido, ajudar um não muçulmano poderia significar o fortalecimento do inimigo pelas próprias mãos dos muçulmanos (AZ-ZUKHAYLÎ, 1990, p. 369). Portanto, é requerido na maioria dos casos do pagamento do zakât que o necessitado seja um muçulmano, pois prefere-se ajudar o correligionário antes de tudo, porém, desde que haja a regra de que um não muçulmano possa receber o zakât sob o título de *al-muallafat al-qulûb*. Para estudiosos como Abû Hanîfa,[9] o versículo 271 da surata 2 do Alcorão destina a caridade para os não muçulmanos também, pois não põe a regra da islamicidade do necessitado. Neste sentido, afirma Az-zukhayli (1990, p. 369-370) que levar o zakât para os não muçulmanos é viável uma vez que o Alcorão ordena beneficiar aqueles que não lutam com os muçulmanos por religião (ALCORÃO 60:8).

Um dos cernes da carta encíclica do Papa Francisco, além do acolhimento do migrante, é o apoio financeiro aos países ou às regiões menos favorecidas para o estabelecimento econômico das sociedades. Portanto, o zakât é uma das maneiras que talvez possam facilitar a superação da miséria e ajudar naquilo que o Papa fala de "cuidar e promover". Por mais que se parta do pressuposto de que o zakât deva ser pago, a priori, aos muçulmanos, seria uma maneira de superar o desequilíbrio e a desigualdade financeira no mundo, visto que a atual população islâmica mundial é cerca 22% do total da população humana e a maioria dos países predominantemente islâmicos não são economicamente e cientificamente desenvolvidos. Portanto, o zakât pode fornecer facilidades não somente na recepção dos migrantes, mas também no apoio entre os países para evitar tragédias que hoje em dia a migração e o tráfico humano trazem consigo.

[9] Nascido em 699 da era comum no Iraque, Abû Hanifa an-Nu'man ibn Thabit é o fundador de uma das 4 escolas da jurisprudência islâmica sunita.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Conclusão

Embora o título aqui seja "conclusão", questões relacionadas à migração e às crises migratórias contemporâneas carecem de maiores investimentos acadêmicos e científicos a fim de que esta problemática possa ser resolvida, não para evitar migrações, mas sim, para evitar as tragédias causadas pela migração irregular oriunda do tráfico humano. A migração é uma realidade que acompanha a humanidade desde os seus primórdios e assim será enquanto perdurar a espécie humana. Portanto, não se visa, neste artigo, um fim à migração, tampouco uma conclusão para as reflexões sobre a relação entre religião e migração, e as possíveis soluções que a religião pode oferecer na superação de crises.

O presente artigo dedicou-se a duas questões que possam sugerir solução para crises migratórias, indo ao encontro com a recém-publicada carta encíclica do Papa Francisco: a Fratelli Tutti. Uma das questões levantadas é o exemplo da primeira etapa da Constituição de Medina que, através de laços fraternais dos muçulmanos, deu fim a uma crise migratória no início do século VII. A outra foi a ação de caridade intitulada zakât, um dos pilares da prática islâmica, que pode ajudar não somente na recepção dos migrantes, mas também no desenvolvimento das regiões e países menos favorecidos economicamente. Neste sentido, no encontro com a carta encíclica supracitada, procurou-se, em primeiro lugar, uma possível solução para as crises migratórias tal como é a preocupação do Papa e, em segundo lugar, a possível recepção da carta encíclica pelos muçulmanos na perspectiva migratória.

Referências bibliográficas

AT-TABARÎ, Abu Já'far Muhammad ibn. Jarim. *Taberî tefsiri.* Vol. 4. Istambul: Hisar, 1996.

AZ-ZUKHAYLÎ, Wahba. *islâm Fikhi Ansiklopedisi.* Vol. 3. Istambul: Zaman, 1990.

CAGATAY, Neset. *Islamdan once arap tarihi ve cahiliye cagi.* Ancara: Editorial Ankara Universitesi Ilahiyat Fakultesi, 1957.

DEMIRCI, Abdurrahman. Ensar kimliginin olusumuna etki eden faktorler. *Yakin Dogu Universitesi Islam Tetkikleri Merkezi Dergi* 2 (1): 7-38, 2016.

ERKAL, Mehmet. Zekât. Em *TDV Islam Ansiklopedisi v. 44*, por Comissão, 197-207. Istambul: TDV, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa.* 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960.

HAMÎDULLAH, Muhammad. *Islam Peygamberi v 1.* Istambul: Yeni Safak, 2003.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

KUS, Atilla. A migração como uma forma de obediência no processo de gênese do Islam. *Espaços* 27 (2): 201-212, 2019.

KUS, Atilla. *A Constituição de Medina como um documento de diálogo inter-religioso do islam.* Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). São Paulo:Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2020.

PACE, Enzo. *A sociologia do islã: fenômenos religiosos e lógicas sociais.* Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2005.

SARICAM, Ibrahim. Hz. Peygamber Donemi. Em *Islam Tarihi*, por Eyup BAS, 45-227. Ankara: Grafiker, 2017.

UNAL, Ali. *Alcorão Sagrado com Interpretação Anotada.* New Jersey: Tughra Books, 2015.

USARSKI, Frank. A estrutura heurística da pesquisa sobre religião e processos migratórios – sintese e exemplificação. *Estudos da Religião* 31 (3): 255-271, 2017.

Recebido em: 18/08/2021

Aprovado em: 22/08/2021

Dados do autor

Doutorando no PEPG em Ciência da Religião na PUC-SP. Mestre em Ciência da Religião pela PUC-SP. Membro do Centro de Estudos das Religiões Alternativas de Origem Oriental no Brasil – CERAL da PUC-SP e do Grupo de Trabalho Oriente-Médio e Mundo Muçulmano – GTOMMM da USP. Contato: ksatlla@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2878041302956364>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9654-7227>.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

CIBERTEOLOGIA

FRATELLI TUTTI: POR UMA COMUNIDADE MUNDIAL SAMARITANA

FRATELLI TUTTI: FOR A SAMARITAN WORLD COMMUNITY

DARLI ALVES DE SOUZA

Resumo: O presente artigo visa estabelecer pontes entre a *Fratelli Tuttti*, última encíclica papal e o ecumenismo. Além disso, evidenciar a contribuição do ecumenismo por meio de diversas iniciativas ao longo da história. O ecumenismo tem diversas nuances que confere a ele uma rica diversidade de organizações e vivências. O conjunto dessas iniciativas contribuiu e contribui para o encaminhamento de soluções de diversos problemas mundiais em conjunto com lideranças de outros setores da sociedade. Desta maneira a religião tem um papel importante de transformação da realidade.

Palavras-chave: Ecumenismo, movimento ecumênico, fraternidade social, amizade social.

Abstract: This article aims to establish bridges between Fratelli Tuttti, the last papal encyclical and ecumenism. In addition, to highlight the contribution of ecumenism through various initiatives throughout history. Ecumenism has several nuances that give it a rich diversity of organizations and experiences. The set of these initiatives has contributed and contributes to the forwarding of solutions to various world problems together with leaders from other sectors of society. In this way religion has an important role in transforming reality.

Keywords: Ecumenism, ecumenical movement, social fraternity, social friendship.

Introdução

A atual encíclica do Papa Francisco é um convite a uma nova ordem social. Nela ele aborda temas cruciais que afligem o mundo e faz um convite às lideranças religiosas e políticas para unirem esforços na direção de resolução dos grandes problemas globais por meio de uma atitude de fraternidade e amizade social.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Em certa medida é a consolidação de diversos esforços ecumênicos na busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Ocorreram diversas iniciativas de para superar diferenças, intolerâncias, conflitos violentos a partir de lideranças que promovem o ecumenismo.

Ao longo da história, o termo ecumenismo, derivado do vocábulo *oikoumene,* teve diversos significados. O primeiro foi a dimensão geográfica que indicava o mundo habitado, conhecido no contexto grego clássico da Antiguidade. A partir da expansão das fronteiras gregas realizada por Alexandre Magno, começou a ocorrer a convivência de diversos povos e daí surge o conceito de helenismo como elemento de unidade cultural minimamente possível. Portanto, o termo *oikoumene* passa a ser utilizado como elemento normatizador de cultura. A partir da ascensão do Império Romano, essa palavra passa ter o sentido de abrangência política de todo o território imperial. A expressão *Mare Nostrum* ilustra muito bem este significado (SANTA ANA, 1987).

Mais recentemente, no século XVII, o vocábulo adquiriu significado religioso:

> Profundamente escandalizado com o antitestemunho dessas guerras nas quais os cristãos, para defender a sua versão do Evangelho, estavam de fato sendo infiéis a ele, Leibniz enfatizou a necessidade de se chegar a construir uma Igreja Universal que desse lugar em seu seio às diferentes expressões da vida e da fé cristã. A partir de 1691 manteve contato epistolar com Bossuet, Bispo de Meaux e tutor da coroa da França. Foi através desta correspondência que a palavra ecumênico chegou a adquirir sua dimensão religiosa como indicação da universalidade do Cristianismo e, portanto, da própria fé e da Igreja de Cristo (SANTA ANA, 1987, p. 22).

Outro autor, na mesma direção, afirma que o ecumenismo " designa o conjunto dos esforços e das manifestações que visam a promover unidade entre os cristãos e, na medida do possível, entre as igrejas cristãs"(GISEL; KAENNEL, 2016, p. 532).

No início do século XX o termo ecumenismo tomou novos contornos, especialmente no mundo ocidental, muito ligado a três temas importantes: Missão, Doutrina e o testemunho cristão.

O testemunho cristão começou com movimentos de jovens e estudantes, ocorrido no final do século XIX, na Europa, e espalhou-se ao redor do mundo.

O tema da missão, protagonista na transição do século XIX para o XX em suas primeiras décadas, teve continuidade ao longo do século XX, mas foi reinterpretado e incorporou elementos significativos da responsabilidade e da participação na sociedade. Em outras palavras, essa temática reinventou-se ao longo do século XX, passando de um entendimento proselitista para um conceito mais amplo.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

O tema doutrinário também apresentou seu protagonismo a partir do século XX, com o debate de elementos constitutivos da fé cristã, no continente europeu que também se irradiou para os demais continentes.

Esses movimentos formaram e consolidaram o principal organismo ecumênico, o Conselho Mundial de Igrejas – CMI. Esses três rios caudalosos – Vida e Ação, Fé e Ordem no início e, posteriormente, Missão – formaram essa importante organização que coordenou as iniciativas ecumênicas no período proposto para este trabalho.

> O termo *ecumênico* continha elementos que não eram fáceis de lidar, no meio protestante e ortodoxo no início do século XX, por conta da utilização que a Igreja Católica Apostólica Romana fazia em seus concílios ao longo dos séculos. Houve inclusive a proposição de se utilizar o termo *pancristão*, para evitar confusão de entendimento. No entanto, vencida esta celeuma, a Conferência Universal do Cristianismo Prático Vida e Ação ocorreu em 1925, em Estolcomo. Neste evento, o termo "movimento ecumênico" passou a ser adotado "para o conjunto dos esforços em prol da unidade cristã" (GISEL; KAENNEL, 2016, p. 533).

É importante destacar que o lema desta conferência foi: "A doutrina divide, mas o serviço une", que fazia menção aos esforços realizados em paralelo em prol da unidade cristã do Movimento Fé e Ordem (DIAS, 1998, p.137).

A partir desse momento, o termo *movimento ecumênico* ganhou força e em 1937, os movimentos Fé e Ordem e Vida e Ação iniciaram os primeiros passos para a criação do CMI. Esse acontecimento só foi possível em 1948, após a Segunda Guerra Mundial, quando a Aliança Universal para a Amizade Internacional se uniu a este esforço e, neste mesmo ano, em Amsterdam, Holanda, foi criado o CMI. A esta iniciativa somaram-se o Conselho Internacional de Missões e o Conselho Mundial de Educação (GISEL; KAENNEL, 2016, p. 535).

Vale ressaltar que esse movimento possuía tensões que envolvem os principais temas: testemunho cristão, missão e doutrina. Ao longo da existência do CMI, ocorreram avanços e retrocessos, especialmente nas questões que envolveram a área de Fé e Ordem deste Conselho.

Outro elemento importante é que a participação ortodoxa ampliou-se e a aproximação com a Igreja Católica Apostólica Romana aumentou, especialmente a partir do Concílio Vaticano II que contou com a presença de lideranças protestantes como observadoras (BONINO, 1967). Este fato foi considerado um avanço ecumênico, e teve consequências e desdobramentos positivos, especialmente na América Latina.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

O movimento ecumênico busca eliminar a falaciosa dicotomia entre igreja e mundo como universos separados e sem qualquer conexão; para superar o imaginário comum nas igrejas protestantes de que as pessoas crentes "não são deste mundo".

De um lado o movimento ecumênico busca se aprofundar no seu engajamento na sociedade civil em seus aspectos principais, tais como, defesa do meio ambiente, igualdade de etnia, justiça social, eqüidade de gênero, cidadania plena etc. Por outro lado, as Igrejas se distanciaram das discussões do movimento ecumênico pelo fato de terem, em sua maioria, lideranças herdeiras do pensamento dominante das décadas da ditadura e possuíam uma atitude apática a tudo que diz respeito a questões que estão fora do espaço eclesiástico e, como conseqüência, em relação ao ecumenismo.

Portanto o movimento ecumênico não prioriza o espaço eclesial, dando ênfase as suas discussões em relação a questões sociais.

De um outro as Igrejas utilizam uma estratégia de fechamento nas questões do seu entorno, defendendo uma ética própria contra as "corrupções" do mundo e da vida moderna. Evidentemente não se deve absolutizar e, portanto, há exceções.

O período atual é marcado pela busca de articulação e cooperação. Um ecumenismo que vai para além da competição e/ou indiferença e do universo cristão. É o momento em que as antigas querelas ideológicas começam a ser deixadas de lado e instituições eclesiásticas e organismos ecumênicos começam a trabalhar em conjunto, principalmente através de redes. Obviamente é um processo embrionário. Ainda estão presentes as tensões e antagonismos.

Um dos sinais desta mudança é CER (Compartir Ecumênico de Recursos), motivado pelo CMI (Conselho Mundial de Igrejas), na perspectiva de mudar o rumo do movimento ecumênico a fim de superar antigas dificuldades, principalmente no que diz respeito à não aceitação mútua (movimento ecumênico - instituições eclesiásticas e vice-versa, bem como às relações assimétricas entre as igrejas e agências ecumênicas do Hemisfério Norte e suas contrapartes no Hemisfério Sul).

Essa posição é apresentada a partir do documento que surge na reunião do CER-Brasil em março de 1995 que claramente aponta a necessidade do rompimento da falta de relações e cooperação entre as instituições e as entidades ecumênicas e entre estas e outras entidades que, muito embora pratiquem um outro modelo de ecumenismo, não eram consideradas como ecumênicas, nem se identificavam como tal, mas sua ação e postura são ecumênicas na sua essência. Assim temos por parte das igrejas a seguinte declaração:

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

> É importante não renunciar ao compromisso ecumênico, fortalecendo uma postura pastoral dialogal de conversão das Igrejas históricas e revendo urgentemente a função – o papel – da estrutura da Instituição, no sentido do serviço, instrumento, veículo. Isto significa fortalecer uma proposta de diálogo – de parcerias –, de derrubada de muros e de animar a caminhada conjunta em favor da vida. Nesse sentido, torna-se fundamental trabalhar a relação ecumênica de forma diversificada e graduada; juntar-se a todas as pessoas de boa vontade e celebrar para uni-las na defesa da vontade de Deus Criador [...] Isto é um compromisso ético de diaconia. O ecumenismo dos movimentos sociais representa um desafio muito próprio para a Igreja Se o ecumenismo está em risco de emancipar-se das Igrejas, então cabe a elas questionarem-se sobre as razões por que isto ocorre [...] Há a necessidade urgente de diálogo, de acertar os passos, e as Igrejas históricas têm que buscá-los, animá-los, integrar-se (CER apud OLIVEIRA, 2006, p. 28-29).

Por outro lado, os organismos ecumênicos assumem que:

> As entidades ecumênicas não podem negar o valor das instituições eclesiásticas, pois sem elas a Fé não teria expressão histórica. Porém, elas não esgotam a vitalidade e o testemunho do evangelho[...] A vitalidade e dinamismo do movimento ecumênico sempre residiram na sua capacidade de manter duas dimensões: as institucionais e as de movimento. Toda vez que o Movimento Ecumênico enfatizou a instituição, em detrimento da dimensão movimento, ele perdeu vitalidade. Ao enfatizar somente o movimento, ele correu o risco de perder a identidade. Somente através da administração criativa desses conflitos as igrejas poderão beneficiar-se, em sua ação pastoral, da criatividade e da liberdade relativa das entidades ecumênicas. A mesma responsabilidade cabe às entidades ecumênicas, pois somente assim elas poderão ser instrumentos de apoio e de arejamento das Igrejas (CER apud OLIVEIRA, 2006, p. 30).

Portanto diante das duas citações é importante frisar que se vive uma nova época no movimento ecumênico marcada pelo encontro de duas forças importantes da sociedade, por um lado as instituições religiosas, mais precisamente as Igrejas Cristãs e por outro os vários movimentos e entidades ecumênicas que promovem ações concretas de intervenção na sociedade. Nessa união de forças é importante destacar a iniciativa do Fórum Ecumênico Brasil, que será mais bem descrito mais adiante na presente reflexão. Essa iniciativa merece destaque porque está completamente sintonizada com a nova realidade ecumênica que se apresenta, qual seja, a criação e fortalecimento de redes de articulação e cooperação em diversas áreas de atuação na sociedade. Além disso, busca a não duplicação de esforços e recursos, mas sim a otimização dos mesmos.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

I. O pluralismo da vivência ecumênica

Nesse contexto é importante ressaltar que no Brasil o ecumenismo tem uma vivência bastante plural. Não há um conceito único, porque o movimento ecumênico na atualidade vive uma pluralidade antes não experimentada. Há vários modelos de vivência ecumênica e isso possibilita uma rica e ampla experiência.

Setores e entidades que antes não se comunicavam já se reúnem, planejam e realizam ações conjuntas com as igrejas e com a sociedade civil organizada. Vive-se uma nova realidade dentro do movimento ecumênico, na qual antigos ranços são superados e muros são derrubados porque a conjuntura nacional do país exige postura e ações concretas de intervenção que não mais permite continuar cada um (organismo / entidade ecumênica / igreja) a ficar no seu "cantinho" e dar lugar à competição e duplicação de esforços.

É necessário rediscutir o antigo modelo de movimento ecumênico clássico iniciado no final do século XIX e início do século XX. Com certeza teve sua importância, pertinência e validade, pois historicamente respondeu às demandas que a ele se apresentaram. Nos dias atuais, porém, esse modelo está em processo de transformação e há outros espaços de relações ecumênicas que redesenham o movimento ecumênico a partir de outros modelos.

Por outro lado, não se pode esquecer que os novos modelos de vivência ecumênica, em certos momentos, geram tensões no modelo clássico de movimento ecumênico, principalmente no espaço ecumênico eclesiástico (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC/ Conselho Latino-Americano de Igrejas – CLAI/ Conselho Mundial de Igrejas – CMI). As Igrejas de tradição mais antiga no meio protestante às vezes questionam a participação das Igrejas Pentecostais e Livres no movimento ecumênico pelo simples equívoco de as confundirem com grupos, e movimentos que utilizam ferramentas pesadas de marketing na venda de bens simbólicos. Isso tem gerado desconforto para ambos os lados porque as Igrejas Pentecostais e Livres não podem ser confundidas com grupos e movimentos que em determinados momentos vêm à tona na mídia envolvidas com escândalos, principalmente financeiros.

Já as Igrejas Livres e Pentecostais questionam o modelo de movimento ecumênico adotado historicamente pelas Igrejas de tradição mais antiga afirmando que esse modelo é "engessado" e que é necessário agir de maneira diferente, principalmente quanto ao conceito e à forma fazer missão.

É importante ressaltar que alguns entraves, entre outros, se apresentam para dificultar a vivência ecumênica no Brasil. Um deles está relacionado às dificuldades de aceitação mútuas,

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

ignorância recíproca, conflitos iniciais sobre a falsa tensão entre evangelização e ação social, incapacidade de as igrejas mais antigas levarem o pentecostalismo a sério. Outro, não menos importante, é o anticatolicismo presente de maneira explícita ou discreta dependendo da Igreja.

Portanto há espaço para as várias manifestações de vivência ecumênica hoje. Há vários modelos possíveis e que coexistem e podem continuar coexistindo. Um novo mundo ecumênico já existe e é possível continuar existindo.

II. Modelos de vivência ecumênica no Brasil

A primeira delas é ocorre no universo evangélico.[1] Acontece entre os cristãos protestantes, pentecostais e evangélicos de maneira geral em entidades, conselhos e associações. Neste espaço está inserido o CLAI, embora haja outros espaços nesse universo, por exemplo, Associações e Conselhos de Pastores que estão presentes nas cidades grandes e de médio porte há muito tempo. Existem organizações de serviço e cooperação, nas quais a presença evangélica é a sua marca, como, por exemplo, Visão Mundial, Sociedade Bíblica do Brasil, Serviço de Evangelização para a América Latina – SEPAL, Diaconia, Movimento Evangélico Progressista – MEP, Grupo de Trabalho Missionário Evangélico – GTME.

Outro modelo é articulado através de Redes Evangélicas entre Igrejas e Organizações, com atuação programática específica. Assim é, por exemplo, a Rede Evangélica de Solidariedade, que reúne programas de educação sexual, prevenção e combate ao HIV/AIDS, e ação pastoral e assistencial para pessoas que convivem com HIV. Essa rede nasceu a partir do Programa de Educação Sexual e Saúde Reprodutiva do CLAI no Brasil, e com mais de 15 organizações e Igrejas envolvidas, inclusive a Visão Mundial. Outra rede que se destaca é a RENAS – Rede Evangélica Nacional de Ação Social, uma iniciativa conjunta de Visão Mundial, KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e o grupo Ultimato, tendo entre suas incentivadoras a Secretaria Regional do CLAI para o Brasil. Durante as últimas décadas tem exercido protagonismo, quando o próprio Governo Federal solicitou à Secretaria Regional como articuladora do universo evangélico a fim de atender demandas do Estado, como foi o caso do Conselho Nacional de Transparência e Combate à Corrupção, Conselho Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e mais recentemente para participar do Plano Nacional de Mobilização Social das Igrejas Cristãs pela Educação.

[1] Vale lembrar que a nomenclatura "evangélico" é utilizada em vários contextos e de várias maneiras. Além disso, a princípio e a rigor todo cristão é evangélico, pelo simples fato de seguir a mensagem dos evangelhos. Aqui, porém ela é utilizada para facilitar o entendimento do modelo ecumênico, no que tange mais especificamente a identidade.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

A vivência ecumênica entre cristãs e cristão se dá em várias entidades. Algumas com a participação da Igreja Católica Romana e da Igreja Ortodoxa, como é o caso do CONIC. Outras entidades também possuem uma participação mais plural dentro do universo cristão como a Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE, Centro de Estudos Bíblicos – CEBI, Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria – CECA e o Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular – CESEEP.

Outro tipo de vivência ecumênica é a experiência dos movimentos populares, que vivem um modelo livre de doutrinas e uma vivência da espiritualidade ecumênica a partir do compartilhar e agir diante de questões concretas do cotidiano. Por último, tem-se a experiência de algumas organizações ecumênicas de serviço que coordenam ações de incidência social junto com outras religiões. Ex.: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, Instituto Universidade Popular – UNIPOP e Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo – CENACORA e tantas outras iniciativas, especialmente de movimentos sociais em busca de direitos.

A outra experiência ecumênica é a inter-religiosa é aquela vivida para além das fronteiras do cristianismo O Conselho Mundial de Igrejas – CMI tem em sua estrutura de trabalho, desde 1971, o programa de diálogo inter-religioso e cooperação. Seu principal objetivo é promover diálogo como "'a aventura comum das igrejas' a ser empreendida com um espírito de honestidade, hospitalidade e esperança, enquanto buscamos "o que contribui para a paz e para a edificação mútua" (Rom 14:19) em um mundo multirreligioso (WCC, 2020). Ele promove diversas iniciativas de fortalecimento de diálogos bilaterais e multilaterais contínuos com budistas, confucionistas, hindus, judeus muçulmanos e sikhs.

Outra iniciativa é o aprofundamento da reflexão prática e teológica por meio de seminários, conferências e encontros para debater temas em comuns tais como: educação para a paz religião e violência etc. Além disso, coordena ações de engajamento em iniciativas em tema como migração e mudança climática.

III. Diálogo inter-religioso e a encíclica *Fratelli Tutti*

A recente encíclica do Papa Francisco está muito sintonizada com a principal força atual do ecumenismo, **o diálogo inter-religioso**. Nela estão presentes a reflexão e análise de vários aspectos universais em que a contribuição fraterna das religiões é muito importante.

A tônica da encíclica gira em torno do importante conceito de *oikoumene* como a *óikos* de todos e todas de que as pessoas ao redor do mundo habitam uma casa comum e pertencente a

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

uma única família e possuem o mesmo patrimônio, o planeta terra em que todos e todas por meio de uma fraternidade e amizade sociais estabeleceriam novos parâmetros de convivência. Portanto, caberia a uma sociedade fraterna e amistosa a responsabilidade é global no cuidado deste planeta em todos os aspectos para superar as mazelas atuais. O papa chama a responsabilidade da religião ser a grande e importante mediadora deste modelo de sociedade postulando que todas as pessoas são coirmãs para que uma nova sociedade planetária sem fronteiras seja possível. Neste modelo social global justiça, liberdade fraternidade e igualdade surgem a partir do diálogo protagonizado pelas religiões que seriam principais agentes desses valores. Desta maneira as religiões seriam espaço de encontro para o diálogo e busca de soluções eficazes e concretas para além de documentos. Seria o espaço de articulação.

A encíclica *Fratelli Tutti* resgata a filosofia do *Ubuntu,* em que eu sou porque nós somos ou uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas (OROBATOR, 2020). É fundamental fortalecer essa mentalidade em que cada pessoa é porque todas são em uma relação de interdependência total. Basta uma reflexão muito rápida e simples para entender que nas relações pessoais, governamentais, institucionais, internacionais e inclusive na relação com a natureza as pessoas não são autossuficientes, mas relacionais com o ambiente como um todo.

Outro elemento importante a destacar do documento papal é a utilização da parábola do bom samaritano. A partir dela utiliza lógica de Cristo para indicar que o conceito de próximo é na perspectiva global, não importando a proximidade familiar, de amizade ou geográfica, mas da dignidade humana acima de tudo. A importância desses elementos leva as pessoas ao compromisso de superar a indiferença e de ser responsável umas pelas outras.

Considerações finais

A realidade atual desafia a ressignificar o termo globalização na direção de uma nova sociedade global sem as classificas fronteiras, étnicas, geográficas, políticas e econômicas. Mesmo considerando a importante contribuição de vários organismos multilaterais criados para mitigar os vários problemas mundiais percebe-se, diante da atual pandemia, o quanto é necessário aprimorar os mecanismos de solução pacífica de conflitos de interesses, superação da violência, busca de soluções político-econômicas mais justas com preocupações verdadeiramente ecológicas que respeitem o meio ambiente e promova a dignidade humana.

O contexto atual evidenciou problemas que talvez não viessem à tona caso a COVID-19 não estivesse assolando as nações. Nunca foi tão atual e necessário a busca de uma amizade social concreta e verdadeira. É claro que há exemplos de atitudes de nações e de pessoas demonstrando

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

na prática gestos nobres de solidariedade. No entanto há outros sinais de egoísmo, ganância que demonstram que as mazelas humanas ainda são fortes e devem ser superadas.

Diante deste quadro conjuntural as religiões são fundamentais, primeiro por sua capacidade de convocatória respeitada pelas seguidoras e seguidores das mesmas. Este poder de convocatória é uma grande responsabilidade que está nos ombros de autoridades religiosas mundiais para serem sinais e instrumentos de superação da realidade adversa. Utilizando uma figura de linguagem muito comum do cristianismo, as religiões devem ser voz profética de denúncia e articulação da sociedade mundial para solução dos diversos problemas muito evidentes hoje, como por exemplo os conflitos armados ao redor do mundo e as decorrentes migrações forçadas. Estes são dois problemas cruciais em âmbito mundial, mas não são os únicos que merecem especial atenção/ação.

Outro elemento importante da religião é o elemento da fé, a principal mola propulsora da esperança da humanidade. Este elemento é exclusivo das religiões, pois ela tem a capacidade de alimentar sonhos e para além disso são capazes de promover engajamento de transformações substanciais. Há vários exemplos ao redor do mundo em que a religião foi o principal meio articulador de transformação da realidade.

É importante reconhecer que os caminhos de unidade se constroem a partir da diversidade de expressões religiosas e de fé e que estas são elementos-chave para bases sólidas de uma sociedade global melhor e mais estruturada para superar egoísmos, individualismos e a ganância.

O documento papal é bastante oportuno e consolida uma série de diálogos e iniciativas das religiões para enfrentar diversos problemas mundiais. Ele convida a repensar posturas e fortalecer outras para que a oikoumene seja um ambiente de respeito, paz, dignidade e integridade da natureza em todas as suas formas de vida.

Referências bibliográficas

BONINO, J. M. *Concilio Abierto: una iterpretación protestante del Concilio Vaticano II.* Buenos Aires: La Aurora, 1967.

DIAS, Z. M. O movimento ecumênico : história e significado. *Numen*, v. 1, 1998, p. 127-163.

GISEL, P.; KAENNEL, L. *Enciclopédia do Protestantismo*. Trad. Norma Cristina G. Braga Venâncio. São Paulo: Hagnos, 2016.

OLIVEIRA, R. S. *Ecumenismo, direitos humanos e paz: a experiência do Fórum Ecumênico Brasil.* Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2006.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

OROBATOR, A. *"Fratelli Tutti" é Ubuntu com outro nome.* Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/603533-fratelli-tutti-e-ubuntu-por-outro-nome>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SANTA ANA, J. DE. *Ecumenismo e libertação : reflexões sobre a relação entre a unidade cristã e o Reino de Deus.* Petrópolis: Vozes, 1987.

WCC. Interreligious Dialogue and Cooperation. Disponível em: <https://www.oikoumene.org/what-we-do/interreligious-dialogue-and-cooperation#about-us>. Acesso em: 15 dez. 2020.

Recebido em: 12/12/20

Aprovado em: 21/12/20

Dados do autor

Doutor em Ciência da religião

Presbítero da Igreja Presbiteriana Independente

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

CIBERTEOLOGIA

RELIGIÃO, DIREITOS HUMANOS E OS DESAFIOS POLÍTICO-ECONÔMICOS DA ERA PRESENTE

RELIGION, HUMAN RIGHTS AND THE POLITICAL-ECONOMIC CHALLENGES OF THE PRESENT AGE

MOISÉS DE CARVALHO MARTINS

> (...) No entanto, os processos de globalização hegemônica, cujos interesses econômicos e geopolíticos das elites prevalecem, entram por vezes em turbulência. Isso ocorre quando a "zona de contato" entre eles e as situações mais degradantes da vida revela os conflitos mais agudos, como as mínimas condições de existência e situações graves de violência, pobreza e opressão social (RIBEIRO, 2016, p. 17).

Resumo: O artigo pretende apresentar reflexões sobre a importância do discurso e da práxis religiosa na formação de uma consciência progressista, capaz de gerar uma ética de ação social e política, favorável aos ideais dos Direitos Humanos e, assim sendo, significar ao mesmo tempo, uma postura de resistência as manifestações de barbáries geradas no contexto da ordem global hodierna. A Encíclica Fratelli Tutti, associada a outras contribuições analíticas em prol da dignidade humana no todo, nos servirão de inspiração neste objetivo teórico-acadêmico.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Cristianismo, *Fratelli Tutti*, Sociedade.

Abstract: The article intends to present reflections on the importance of the discourse and religious praxis in the formation of a progressive conscience, capable of generating an ethics of social and political action, favorable to the ideals of Human Rights and, therefore, average in the at the same time, a stance of resistance to the manifestations of barbarism generated in the

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

context of the current global order. The Fratelli Tutti Encyclical, associated with other analytical contributions in favor of human dignity as a whole, will serve as inspiration in this theoretical--academic objective.

Keywords: Human Rights, Christianity, *Fratelli Tutti*, Society.

Introdução

O Cristianismo é uma religião de heranças contraditórias, quanto aos seus desdobramentos sociológicos e políticos. Por vezes, na história, representou uma expressão de vínculo ético com a justiça, a solidariedade, o ideal da paz e compromisso efetivo com a democratização dos direitos fundamentais dos seres humanos. Mas, por muitas vezes, foi e é, uma experiência religiosa de legitimação da desigualdade e da injustiça, seja por omissão ou deliberada conivência com a cosmovisão das elites propagadoras da exclusão social e outras formas de discriminação.

Ao longo de sua complexa dinâmica histórica, a igreja cristã, na forma de catolicismo e de protestantismo, efetivou mentalidades e práticas como a inquisição e o apartheid, em flagrante oposição ao imaginário civilizador do Evangelho, que propõe o próximo como alvo do amor. E efetivou, por outro lado, anseios e concretizações como a perspectiva solidária do legado de Francisco de Assis e de Martin Luther King, em sintonia com a fraternidade devida ao gênero humano.

A questão fundamental, que se impõe diante de nossa razão contemporânea, é pensar a vida humana, seja através da teologia ou de outros campos do saber, a partir de um aprofundado senso crítico, capaz de denunciar e refutar as vozes do obscurantismo, do etnocentrismo, dos neofascismos, do niilismo filosófico, que permeiam a cultura vigente e hegemônica e operam para naturalizar uma condição social estigmatizada pelo desamparo dos pobres e privilégios cristalizados dos detentores do poder econômico e político.

"Não importando o que se diga, uma experiência religiosa solidária é mais distintivamente cristã do que uma experiência religiosa individualista" (RAUSCHENBUSCH, 2019, p. 135). Ou seja, um exercício de crença e fé, pautado no exclusivo cuidado de si mesmo, produz, na verdade, uma cultura pseudocristã narcisista e alienada. Já, um exercício de espiritualidade vivenciada na relação com os outros, em busca de cidadania para todos, faz da religião cristã e das outras, uma força cultural motivadora do bem comum.

Encíclica *Fratelli Tutti*

Alguns documentos históricos surgem como uma proclamação urgente e imprescindível para o mundo social existente. Por sua extraordinária lucidez na leitura dos fatos, politização

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

humanista e proposição de utopias factíveis. O documento em questão (A Encíclica *Fratelli Tutti*), apresenta tais características e nos desafia a decidir entre uma opção intelectual e existencial coerente com um destino de paz e fraternidade entre os povos ou uma opção que legitima a dominação política do mais forte, a lógica do darwinismo social e como resultado dessa engenharia sinistra, a defesa de uma sociedade de perversos senhores e seus prisioneiros espoliados em múltiplos sentidos.

O "espírito" geral da Encíclica, é norteado pela vontade de construção de um mundo apto a efetivar um novo modelo de relações humanas, calcadas em valores como respeito e tolerância. Em tempos de pandemia, xenofobias e banalização da vida e da verdade. É um clamor consciente por uma ordem mundial de auxílio mútuo, de cultivo do diálogo civilizado e da elaboração de espaços políticos sem direitos sonegados. Um mundo de homens e mulheres unidos por um propósito de cooperação e não movidos por uma competição que divide os seres humanos em aptos e ineptos, como faz a ideologia da meritocracia.

Temas espinhosos e que causam dor e vergonha, aos excluídos, são tratados de forma sensível e contundente, na Encíclica. A odiosa prática do racismo, o aviltamento da pobreza, o nefasto tráfico de pessoas, a violência contra a dignidade feminina. São sombras a serem dissipadas pela luz da razão crítica e pela luz de um cristianismo libertador. Em busca de uma convivência propícia a incluir e não excluir, integrar e não segregar. Construir pontes de compaixão e misericórdia, ao invés de muros de preconceitos e mutilação do outro.

Na introdução do valioso documento, já lemos palavras que nos convidam a pensar o mundo humano, como ele deve ser pensado, ou seja, valorizando as pessoas que nele habitam, pois assim é possível a construção de uma sociedade mais gentil, educada e justa:

> Desejo ardentemente que, neste tempo que nos cabe viver, reconhecendo a dignidade de cada pessoa humana, possamos fazer renascer, entre todos, um anseio mundial de fraternidade. Entre todos: "Aqui está um ótimo segredo para sonhar e tornar a nossa vida uma bela aventura. Ninguém pode enfrentar a vida isoladamente (...); precisamos duma comunidade que nos apoie, que nos auxilie e dentro da qual nos ajudemos mutuamente a olhar em frente. Como é importante sonhar juntos. (...) Sozinho, corres o risco de ter miragens vendo aquilo que não existe; é juntos que se constroem sonhos". Sonhemos como uma única humanidade, como caminhantes da mesma carne humana, como filhos desta mesma terra que nos alberga a todos, cada qual com a riqueza da sua fé ou das suas convicções, cada qual com a própria voz, mas todos irmãos (2020, p. 3).

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

O sentimento que emana das palavras citadas, é um sentimento explícito de confronto com a cultura do individualismo e da segregação. Mas que exalta o valor da vida, sua beleza e dignidade, que a diversidade cultural da história humana registra. São palavras pintadas com a cores da esperança, que exclui de nós o pessimismo conformista e desencadeia em nós um otimismo cristão para transformações epistemológicas na definição da fé e transformações no funcionamento da ordem social construída, a partir – junto com outras forças de movimentos sociais progressistas – de um construto teológico de libertação político-econômica.

A rotina cotidiana do mundo liberal-capitalista em que estamos inseridos, precisa ser desafiada, por formas de pensamentos, quer do campo acadêmico ou do campo religioso mais específico. O etnocentrismo que legitima práticas racistas, nacionalistas e fundamentalistas, precisa de respostas que evidenciem seu caráter insano e destrutivo. Um outro padrão de elaboração da condição humana no espaço das relações históricas, tem de ser pensado, visando paralisar a engrenagem global que confina seres humanos aos cárceres da miséria absoluta, da violência das guerras com finalidades mercantilistas e a ódios por razões de nacionalidade ou discordâncias ideológicas, entre outros fatores. A *Fratelli Tutti*, aponta neste sentido de transição de uma violência anticivilizatória para um aprofundamento da fraternidade através da opção do amor aos que sofrem, não por um destino enigmático que se impõe, esse sofrimento, mas por uma lógica de poder governamental, que exclui e agride, para manter privilégios e o poder.

A sociedade atual, vivencia uma rotinização escandalosa de ausência de respeito aos Direitos Humanos. Revelado pelo tratamento diferenciado, recebido por habitantes da periferia, de comunidades carentes, cidadãos afro-brasileiros (os pobres sobretudo), crianças que povoam as ruas, idosos da classe proletária, imigrantes do terceiro mundo na Europa e outros. Cidadãos até de direito, mas não de fato. E o que a religião tem para apresentar como alternativa para um quadro de tamanha insensibilidade diante do sofrimento alheio e de desprezo pela existência dos excluídos por partes das autoridades públicas (com raras exceções)? O silêncio cúmplice? A justificativa e naturalização da opressão? Ou uma mobilização de voz e atos tendo como alvo a liberdade de todos e a igualdade? Uma religião, seja ela qual for, é parte da sociedade e deve se interrogar sobre o que está ou pode fazer ali. Contribuindo para a paz ou para os conflitos irracionais? Contribuindo para o bem comum ou manipulando a realidade para ocultar o arbítrio? Produzindo sementes para convergências de justiça ou disseminando perspectivas que sistematizam abordagens causadoras de estigmas e perseguições? A voz da religião é muito importante para milhões de fiéis, em contextos cristãos ou não cristãos. A articulação dessa voz com a responsabilidade de conceber e provocar um mundo melhor, é imprescindível para o presente e o

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

futuro da humanidade. É preciso estar em sintonia com as necessidades concretas da vida dos seres humanos, para que uma religião faça sentido

A *Fratelli Tutti* é uma Encíclica, para uma mudança de época. Para uma transição de uma ordem planetária que gestou totalitarismos desumanizadores, valorização do lucro em detrimento da ética, demonização dos estrangeiros e suas culturas e banalização do mal, para uma ordem planetária da ação política à serviço da plenitude do humano, compromisso com valores éticos, celebração dos povos e a herança cultural que construíram e anseio pelo bem.

A Encíclica enfatiza a centralidade do amor em movimento pelo próximo esquecido e violado em seus direitos. Uma expressão de amor, não diante de um espelho que reflete nossa imagem cultural ou religiosa, mas um amor que abrange o belo ideal de uma única humanidade, onde todos aprendem com todos e todos ajudam a todos. Em encontros não belicosos, mas encontros de paz e fraternidade. A ideia central é que todos os seres humanos são portadores de direitos inalienáveis, sendo o principal deles, o direito de ter vida com dignidade, liberdade, solidariedade e paz.

A Encíclica é um diagnóstico sobre o colapso de uma ordem social marcada pela glorificação do materialismo e do consumismo, quando o valor de um ser humano é medido pelo seu potencial de consumo e o que importa é ter e acumular cada vez mais. A sabedoria, a humildade, o senso de coletividade, o arrependimento face ao mal e a busca de um cosmos de fraternidade universal, são suplantados e suplantadas pela sedução e imposição de um desejo de conquistas individuais que promete a ilusão de um paraíso capitalista. E ao mesmo tempo, no desdobramento das observações, a Encíclica vai aos pontos essenciais do que o ser humano necessita, para não ser subtraído de sua humanidade básica: a autonomia para ser o que pensa que deve ser e a justiça contemplada plenamente a ele/ela, independente de suas escolhas de configuração existencial. Liberdade e Justiça.

Tanto a tradição católica, quanto as tradições protestante e ortodoxa são questionadas por este documento de intensa paixão cristã e humanista. Ele questiona a omissão daqueles que deveriam ser sal e luz no mundo. Questiona adesões a projetos políticos que aproximam o cristianismo de posturas fascistas. Questiona o uso da religião para cristalizar exclusões e inquisições. Questiona interpretações da herança bíblica que se vinculam ao egoísmo e a idolatria do poder. A Encíclica, neste sentido, é um documento para uma revisão de princípios e rumos. Proclama que a luta pelos direitos humanos é parte essencial do cristianismo. Existe direitos humanos fora do cristianismo (em outras tradições religiosas), mas não existe cristianismo autêntico fora dos direitos humanos.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Religião e Direitos Humanos

Os Direitos Humanos representam uma conquista definitiva e extraordinária para a humanidade e não pode jamais ser ignorado e depreciado seu valor. O grau de autêntico desenvolvimento e de concretização de uma democracia nas sociedades devem ser avaliados não apenas pela formalidade do sistema de governo, no plano teórico e das intenções no processo eleitoral, mas pela evidência objetiva da presença de atos coerentes com os Direitos Humanos. A Declaração e Programa de Ação de Viena, de 25 de Junho de 1993, adotada pela Conferência Mundial dos Direitos Humanos, diz que:

> A democracia, o desenvolvimento e o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais são conceitos interdependentes que se reforçam mutuamente. A democracia se baseia na vontade livremente expressa pelo povo de determinar seus próprios sistemas políticos, econômicos, sociais e culturais e em sua plena participação em todos os aspectos de sua vida. Nesse contexto, a promoção e proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais, em níveis nacional e internacional, devem ser universais e incondicionais. A comunidade internacional deve apoiar o fortalecimento e a promoção da democracia e o desenvolvimento e o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais no mundo inteiro (Artigo 8, p. 153).

Não existe na verdade, uma ideia sustentável de democracia, sem uma sólida inserção dos direitos humanos nas relações sociais. Esse é o itinerário para um desenvolvimento harmonioso no corpo das comunidades sociais, ou seja, um desenvolvimento de todos e não apenas de uma elite dentro da sociedade. Os direitos humanos se colocam como uma exigência para projetos político-econômicos sem a lógica do separatismo e da hierarquização que condicionam as pessoas a ocuparem espaços históricos de aviltamento.

A validação dos direitos humanos, é um desafio para a sociedade como um todo. As universidades, associação de moradores, escolas de nível fundamental e médio, sindicatos, editoras e, é claro, os sistemas religiosos, são chamados a contribuir em suas esferas de competências e atuação, para efetivar uma consciência militante em prol dos direitos humanos. Quanto mais agentes sociais estiverem atrelados a um compromisso intransigente com os direitos humanos, podemos vislumbrar a possibilidade de um novo capítulo da história da humanidade, centrado não na ganância e disputa de poderes opressores, mas na efetivação do diálogo entre os diferentes e cooperação para justiça global.

A religião é um dos instrumentos que explica o mundo, a partir de uma ótica específica e cria consolidações cognitivas capazes de negar ou afirmar conceitos e realidades, em nome,

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

normalmente, de uma ideal tido como supremo e que reivindica submissão. Isto se concretiza, quando as autoridades religiosas, procedem análise de fenômenos políticos, com base nas declarações de seu credo de fé. A política, então, não é mais pensada como um conflito de interesses de grupos sociais em busca de controle e projeção social, mas é pensada como vontade divina ou influência de um mal paralelo à realidade histórica em si. A teologia é transformada em ciência política. Tal fato, contribui decisivamente para legitimar processo políticos e deslegitimar outros. A religião, por isto, aprova (neo)fascismos e etnocentrismos culturais, mas pode promover democracia e direitos humanos, como nos casos da teologia da libertação ou a experiência teológica da missão integral. Essa força de produção de conhecimento na cultura humana, chamada religião – com o que diz aos fiéis – constrói mundos de relações sociais e entendimento da vida. Como diz Berger (2013, p. 15), "Toda sociedade humana é um empreendimento de construção do mundo. A religião ocupa um lugar destacado nesse empreendimento". Isto significa, que nenhuma teoria política ou reflexão sobre os rumos de uma civilização, pode deixar de lado o elemento religioso como parte da engrenagem que move a vida. Direcionar, portanto, o discurso religioso para o encontro com uma ética social que valoriza a vida de todos e elabora intenções democráticas, é imprescindível para um mundo decente e justo.

Cristãos em geral, em concordância com os demais credos religiosos, devem partir do pressuposto que não existe neutralidade quanto às questões da esfera de ação dos governos e a noção do que o ser humano significa. Ou a religião propõe o silêncio perante as mazelas sociais ou afirma e contribui para a ideia de que "Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos (...) sem distinção de qualquer espécie, (...) cor, sexo, língua, religião (...) nascimento ou qualquer outra condição", segundo a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948.

Protestantes e Católicos, são herdeiros de uma tradição, que remonta aos profetas do Antigo Testamento e aos apóstolos do Novo Testamento, onde é feito o anúncio do Deus Criador da vida e da condição humana a partir de Sua Imagem e Semelhança (de Deus). O valor conferido ao ser humano, dentro desta perspectiva, não é compatível com qualquer sistematização política excludente ou que possa estabelecer e perpetuar violências como a discriminação e aceitação do subdesenvolvimento crônico que mata crianças inocentes na África e no mundo. Este caráter de não compatibilidade da religião cristã com o abuso do poder que expulsa indivíduos para os porões da pobreza e das injustiças, é ressaltado com precisa lucidez pela Encíclica *Fratelli Tutti*.

Na verdade, direitos humanos, é uma forma concreta de fazer política. É uma chave para pensar a pertinência dos saberes. Aproximação com os direitos humanos é critério para avaliar modelos de cultura, concepções de governo ou normas e dogmas religiosos. Os direitos humanos

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

produzem impulsos de cidadania para intervir no debate político, com proposições que atendam as aspirações populares e confronte exercícios de poder anuladores da beleza e dignidade da vida. Compreendendo sempre, que os direitos humanos, são direitos civis e políticos, como são direitos sociais, econômicos e culturais. É uma ênfase permanente em processos efetivos de democratização. Em busca de uma sociedade justa e livre. Não basta, portanto, uma teoria dos direitos humanos, é preciso uma práxis dos direitos humanos. Ribeiro, assim se expressa:

> Do ponto de vista prático compreende-se que as religiões em geral e as igrejas cristãs em particular – são desafiadas ao protesto contra todas as formas de discriminação e ao incentivo à reconciliação e ao sentido de comunidade no mundo. Elas devem igualmente contribuir para consensos públicos e debates regionais e nacionais que podem formar a base de uma comunidade maior de liberdade, igualdade, fraternidade e justiça (2016, p. 20).

Os direitos humanos e a democracia, são fontes de inspiração para uma teologia de convicções progressistas. As palavras de esperança e certeza de rumos políticos certos, proferidas por Martin Luther King (2006, p. 92), por ocasião do recebimento do prêmio Nobel da Paz, demonstram adequadamente o espírito que conduz a uma legítima consciência cristã diante do mal social: "Ouso acreditar que as pessoas, em todas as partes, possam ter três refeições ao dia para seus corpos; educação e cultura par suas mentes; e dignidade (...)". O exemplo deste cidadão afro-americano, liderando um movimento de direitos civis, de acordo com ideais pacifistas e ensinamentos bíblicos extraídos dos discursos de Jesus, sinalizam que a religião é apta a constituir críticas aos sistemas de exploração do homem pelo homem e fazer aflorar um horizonte onde o direito de alguns privilegiados se torne o direito de todos. Onde a lógica da inimizade e da intolerância, seja substituída pela atuação de comportamentos solidários e tolerantes. As estruturas de fé, apoiadas no conservadorismo, é verdade, sustentam um olhar que afasta a religião da democracia e dos direitos humanos. Mas é possível estruturas de fé, impulsionadas por motivações políticas progressistas, atuando para prover interações permanentes entre religião, democracia e direitos humanos.

É indiscutível que a religião pode atuar como elemento de empoderamento dos excluídos. Desconstruindo uma percepção que valida uma visão do mundo (com suas violências conjunturais e estruturais), como inevitável, talvez até necessário e normal. A partir daí é fortalecida uma tradição cultural e esta é incorporada em uma lógica de ação governamental, com o respaldo jurídico e mesmo religioso. Portanto, o processo de transformação das ideias e transformação da realidade, passa por um debate no próprio campo das ideias em geral e das ideias religiosas. Uma separação legítima que o pensamento crítico deve operar, entre, por exemplo,

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

o fundamentalismo católico-protestante à serviço da civilização liberal-burguesa e as teologias que expressam "fome e sede de justiça" (Bíblia). De um lado, existe, no mundo das religiões, uma forma de pensar condizente com a contemplação inoperante do caos. E de outro, irrompe no seio da cristandade, amiúde, pregações, movimentos, encíclicas, sínodos, livros e vontades, corajosas o suficiente, para resistir aos males e reconstituir cenários genuinamente democráticos. A teologia, tem uma tarefa pública, para fora dos muros da confessionalidade. Neste sentido, deve construir um discurso que:

> 1) Abarque em seu modo de pensar diferentes confissões de fé e crença de modo micro e macro ecumênico; 2) Participe ativamente com diversos setores sociais, seja no âmbito partidário político, seja em agremiações de movimentos sociais na busca de uma sociedade mais justa e solidária; 3) Domine uma linguagem inclusiva, que se faça compreender para além dos seus domínios; 4) Dialogue com outras ideias e conceitos , mostrando ao mesmo tempo abertura ao novo sem que para isso precise perder sua palavra; 5) Interprete o momento atual com lucidez, conjugando a hermenêutica da Bíblia com a hermenêutica da vida expressa em um estilo de vida que testemunhe o seguimento de Jesus Cristo (CUNHA, 2016, p. 281).

Sem essa perspectiva, a teologia é apenas uma questão retórica e uma questão do destino das almas no fim da existência terrena. É essa perspectiva (citada), que valoriza as abordagens sociológicas, antropológicas e políticas da vida, que faz do saber teológico um caminho para dentro da valorização e construção de cidadania. "De fato, a religião sempre se mostrou mais convincente (...) quando ressaltou eficazmente o humano na perspectiva do Absoluto" (KÜNG, 1999).

Após o advento da Encíclica *Fratelli Tutti*, a esperança de um despertar para uma renovada consciência das articulações necessárias entre cristianismo em particular e religiões em geral, com o imperativo dos direitos humanos, ganha mais presença nas conversas e debates sobre os rumos da fé cristã e os rumos da civilização global. Pois um fator não se desatrela do outro. A amplitude do elemento religioso e a mobilização que tem de milhões de adeptos submissos a sua lógica de expressão, faz com que os rumos da religião determinem possibilidades de aprofundamento do valor dos direitos humanos ou então a permanência de uma alienação vil de seu valor. Não há neutralidade possível.

Considerações finais

O momento histórico presente, é plenamente caracterizado pelo triunfo de circunstâncias tais, como, mercantilização da vida, coisificação e violência contra as mulheres, racismo pontual e

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

estrutural, agressão ao meio ambiente, intolerâncias, cristalização da pobreza, truculência policial contra os que habitam na base da pirâmide social e outras inaceitáveis manifestações de barbárie.

Mas, entretanto, apesar do quadro repulsivo de uma globalização que prioriza a espoliação e a nomeia como progresso, vozes de resistência para um mundo de comunhão verdadeira entre os seres humanos, mantém o som (em nossos ouvidos e corações) das palavras insubstituíveis em uma ordem social onde a democracia é realidade e não um teatro político de conchavos. As palavras, paz, justiça e liberdade em um mundo possível, em que todos são irmãos e irmãs. *Fratelli Tutti*.

Bibliografia

ALVES, José A. L. *Os direitos humanos como tema global*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião.* São Paulo: Paulus, 2013.

CARSON, C.; SHEPARD, K. (orgs.) *Os melhores discursos de Martin Luther King.* Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CUNHA, C. *Paul Tillich e a teologia pública no Brasil*. São Paulo: Garimpo, 2016.

DORNELLES, J. R. W. *O que são direitos humanos*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

KÜNG, Hans. *Teologia a caminho: fundamentação para o diálogo ecumênico*. São Paulo: Paulinas, 1999.

RAUSCHENBUSCH, Walter. *Uma teologia para o evangelho social*. Vitória: Editora Unida, ASTE, 2019.

RIBEIRO, Cláudio de Oliveira. *Religião, democracia e Direitos Humanos*. São Paulo: Editora Reflexão, 2016.

VITÓRIO, J., sj; BUROCCHI, A. M. *Religião e espaço público: Cenários contemporâneos.* São Paulo: Paulinas, 2015.

Recebido em: 02/12/20

Aprovado em: 10/12/20

Dados do autor

Doutorando e Mestre em Ciência da Religião (PUC-SP). Pós-graduado em História Moderna (UFF) e Filosofia (UGF). Graduado em História (UFF) e Teologia (SBB). Ministro Batista. Professor de Filosofia e Ciência da Religião (Rede Estadual de Ensino/RJ e Faecad).

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

CIBERTEOLOGIA

O DIÁLOGO COMO CONSTRUTOR DE UMA SOCIEDADE MAIS AMOROSA E JUSTA OU UMA CARTA PARA BERGOGLIO

DIALOGUE AS A BUILDER OF A MORE LOVING AND JUST SOCIETY OR A LETTER TO BERGOGLIO

MARIA ELISE RIVAS

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar algumas das principais propostas da Carta encíclica *Fratelli tutti* do santo padre Francisco sobre a fraternidade e a amizade social pela perspectiva da teologia afro-brasileira. Tal processo analítico ensejou a possibilidade de construir um texto em forma de carta, aos moldes do objeto analisado, onde me posiciono como mãe de santo das religiões afro-brasileiras.

Palavras-chave: amizade social, amor, candomblé, ética, política, teologia afro-brasileira.

Abstract: This article aims to analyze some of the main proposals of the encyclical letter "fratelli tutti "of the holy father Francis on fraternity and social friendship from the perspective of Afro-Brazilian theology. This analytical process led to the possibility of constructing a text in the form of a letter, along the lines of the object analyzed, where I position myself as "mãe de santo" of Afro-Brazilian religions.

Keywords: social friendship, love, candomblé, ethics, politics, Afro-Brazilian theology.

> Este Santo do amor fraterno, da simplicidade
> e da alegria, que me inspirou a escrever
> a encíclica *Laudato si'*, volta a inspirar-me
> para dedicar esta nova encíclica à fraternidade e
> à amizade social. Com efeito, São Francisco,
> que se sentia irmão do sol, do mar e do vento,
> sentia-se ainda mais unido aos que eram
> da sua própria carne. Semeou paz por toda a
> parte e andou junto dos pobres, abandonados,
> doentes, descartados, dos últimos
> (BERGOGLIO, 2020, item 2).

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Jorge Mario Bergoglio inspirado pelos ancestrais da tradição católica, mais especificamente Francisco, fez um exercício importante de reflexão sobre problemas que atingem toda a nossa sociedade. O sacerdote optou por fazer uma carta que é endereçada ao seu rebanho, como toda encíclica, mas o convite à amizade social é amplo e irrestrito. Não é por menos que opta pela parábola do bom samaritano ao justificar biblicamente seu intento.

A encíclica representa uma contribuição é inegável, considerando aos milhões de crentes da tradição católica, além de outas confissões que são simpatizantes a proposta do papa. A proposta de sua encíclica é de amizade, amor, fraternidade. Essas dimensões são fundamentais.

Diante de um mundo que vive tragédias de todos os tipos e formas, as palavras do Santo Padre chegam em um momento perfeito. Precisamos unir forças parar erradicar as miserabilidades do mundo. Urge que isso seja feito e, mais uma vez, o Papa vai ao encontro desse propósito. Mais do que isso, cria caminhos de diálogo para que todos e todas, independentemente de etnia, raça, credo ou gênero, possam dar as mãos nessa luta. Isso é louvável e precisa ser celebrado. Creio que uma das formas de prestar essa homenagem é responder a ele de forma amorosa e fraterna.

Nunca imaginei responder ao papa por meio de uma carta, mas o tema e a urgência dele me estimularam a escrever as palavras que se seguem. Sendo assim, escrevo um texto em forma de carta também, apresentando a visão de uma pesquisadora de ciências da religião, teóloga, mulher, mas – acima de tudo – mãe de santo das religiões afro-brasileiras. Nessa minha escolha, opto por trazer trechos que julgo fundamentais na construção do diálogo. De alguma forma exercito o que proponho: uma construção dialogada, um texto a quatro mãos.

Seja a nominação de pai aos sacerdotes católicos, seja a nominação de mãe para as sacerdotisas afro-brasileiras, creio que esses termos têm um profundo significado. As palavras mãe, pai, filho ou filha, madrinha e padrinho para nomear os praticantes das religiões afro-brasileiras não são aleatórias. Têm sentido, história, memória e, portanto, poder. Traduzem o espírito de *egbé,*[1] a oportunidade de exercitar o amor em família. Uma família expandida que não está restrita aos laços consanguíneos, ainda que eles existam e sejam importantes. Estão em todos que participam da vida em comunidade, mas também nos "parentes" que são de outros *egbé*. Também estão presentes em todos os seres viventes, uma vez que acreditamos que todos são divinos, todos e todas são filhos ou filhas de Orixá. Mais uma vez, a filiação presente com o sentido de compor uma grande família espiritual.

[1] Do iorubá, "comunidade".

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Como toda família, temos preocupações com todos os membros. Todos são importantes e existe uma forma de saber o quanto alguém está mais precisado ou não da ajuda do grupo. Trata-se de uma unidade de medida fundamental que pervade todas as realidades. Essa energia é o "axé" e dá sentido à vida, permite que o destino possa ser construído, é o grande combustível da homeostasia natural e sobrenatural. Quando o indivíduo possui abundância de axé, ele tem uma vida espiritual equilibrada, uma vida afetiva que gera felicidade, uma saúde abundante e nada lhe falta no aspecto material. O contrário também é verdadeiro. A falta de axé gera problemas em um ou mais desses quatro setores fundamentais do ser humano. Em síntese, existem 4 setores básicos da vida: espiritual, afetivo, material e relativo à saúde (RIVAS NETO, 2012).

É possível falar também de axé coletivo. Seja a coletividade, a nossa comunidade construída a partir do meu templo religioso, o terreiro, seja a comunidade planetária. Os doentes, os pobres, as periferias estão repletos dessas ausências de axé no âmbito social. Dentro da comunidade de santo, eu – como mãe de santo – administro esse axé, procurando atender a todos de forma biopsicossocial e magística. Isso está ao meu alcance, no que pese existir um processo de profunda interdependência de minha comunidade. Não basta eu querer. Além da minha sabedoria e possibilidade de aplicá-la, preciso conjugar com o arbítrio de cada filho ou filha de santo com a vontade do Orixá, que ouço por meio do jogo de búzios, mas também o irmão do sol, o mar e o vento ditos por você, Papa Francisco, bem como outros sinais da divindade.

Retomando à questão mais ampla, o Estado tem esse papel de mediar o axé da sociedade. Ao constatar que a sociedade produz miseráveis em escala que alimentam a riqueza de poucos, urge observar que estamos no caminho errado. A forma de resolver isso dentro de minha comunidade é aplicar mais axé nos filhos e filhas carenciados. A forma que o Papa identifica na ação de Francisco de Assis é análoga.

> Não fazia guerra dialética impondo doutrinas, mas comunicava o amor de Deus; compreendera que "Deus é amor, e quem permanece no amor, permanece em Deus" (1 Jo 4,16). Assim foi pai fecundo que suscitou o sonho duma sociedade fraterna, pois "só o homem que aceita aproximar-se das outras pessoas com o seu próprio movimento, não para retê-las no que é seu, mas para ajudá-las a serem mais elas mesmas, é que se torna realmente pai".[4] Naquele mundo cheio de torreões de vigia e muralhas defensivas, as cidades viviam guerras sangrentas entre famílias poderosas, ao mesmo tempo que cresciam as áreas miseráveis das periferias excluídas.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

> Lá, Francisco recebeu no seu íntimo a verdadeira paz, libertou-se de todo o desejo de domínio sobre os outros, fez-se um dos últimos e procurou viver em harmonia com todos. Foi ele que motivou estas páginas (BERGOGLIO, 2020, item 4).

A maior e melhor forma de produzir axé está no amor divino, o amor que emana do Orixá. Esse poderoso amor pode ser acessado pelos sentimentos humanos, por exemplo, entre mãe e filho ou mãe de santo e filho de santo, pelo contato com a natureza, pela magia ritual ou cerimonial, entre outras formas. Esse amor é universal, mas se expressa de forma particular. Nessa tensão de dois sistemas (geral e particular) em que a sabedoria ancestral africana se faz presente até os dias de hoje nas religiões afro-brasileiras.

Creio que esse mesmo princípio, obviamente a partir da temática católica, está presente na encíclica do papa que ora discutimos. Senão, vejamos:

> As páginas seguintes não pretendem resumir a doutrina sobre o amor fraterno, mas detêm-se na sua dimensão universal, na sua abertura a todos. Entrego esta encíclica social como humilde contribuição para a reflexão, a fim de que, perante as várias formas atuais de eliminar ou ignorar os outros, sejamos capazes de reagir com um novo sonho de fraternidade e amizade social que não se limite a palavras. Embora a tenha escrito a partir das minhas convicções cristãs, que me animam e nutrem, procurei fazê-lo de tal maneira que a reflexão se abra ao diálogo com todas as pessoas de boa vontade (BERGOGLIO, 2020, item 6).

E mais à frente:

> A estatura espiritual duma vida humana é medida pelo amor, que constitui "o critério para a decisão definitiva sobre o valor ou a inutilidade duma vida humana". [71] Todavia há crentes que pensam que a sua grandeza está na imposição das suas ideologias aos outros, ou na defesa violenta da verdade, ou em grandes demonstrações de força. Todos nós, crentes, devemos reconhecer isto: em primeiro lugar está o amor, o amor nunca deve ser colocado em risco, o maior perigo é não amar (cf. 1Cor13,1-13) (BERGOGLIO, 2020, item 92).

A partir dessa constatação, precisamos ir ao encontro da periferia gestada por esse mundo tão desigual e trazê-la para o centro do poder, compartilhando o mesmo e facilitando o acesso a condições mínimas de axé que podem ser percebidas como educação, saúde, cultura, lazer, emprego e renda. Assim como uma mãe zelosa percorre sua comunidade de terreiro para atender seus filhos carentes de axé de forma emergencial, a sociedade urge fazer esse movimento com as periferias globais e locais.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

O axé, assim como o amor, é um princípio universal que se expressa de múltiplas formas. Uma unidade que se manifesta na diversidade, como diria meu velho e bom Babá[2] (RIVAS NETO, 2012). Mas não podemos confundir o axé como algo que queira tornar a sociedade homogênea. Temos em nosso panteão de deusas e deuses a representação máxima da diversidade. E isso não é condição natural da nossa religiosidade.

Até porque, quando se opta por algo padrão, parte-se do pressuposto que alguém definiu esse padrão. Se há quem defina, controle. Então poucos se tornam hegemônicos em um lugar homogêneo. Lutar por universalizar direitos não implica exigir que todos utilizem esses mesmos direitos. Uma questão é ter a possibilidade de fazer algo, outra bem diferente é impor que se faça algo. Em nossa visão religiosa, o destino tem uma pequena porção imutável, por exemplo, tudo que nasce morre, mas a sua maior parte é mutável e mais felizes seremos quando formos protagonistas de nossos destinos. Seja o destino pessoal, seja o povo a conduzir o destino de sua nação.

"Abrir-se ao mundo" é uma expressão de que, hoje, se apropriaram a economia e as finanças. Refere-se exclusivamente à abertura aos interesses estrangeiros ou à liberdade dos poderes económicos para investir sem entraves nem complicações em todos os países. Os conflitos locais e o desinteresse pelo bem comum são instrumentalizados pela economia global para impor um modelo cultural único. Esta cultura unifica o mundo, mas divide as pessoas e as nações, porque "a sociedade cada vez mais globalizada torna-nos vizinhos, mas não nos faz irmãos".[9] Encontramo-nos mais sozinhos do que nunca neste mundo massificado, que privilegia os interesses individuais e debilita a dimensão comunitária da existência. Em contrapartida, aumentam os mercados, onde as pessoas desempenham funções de consumidores ou de espectadores. O avanço deste globalismo favorece normalmente a identidade dos mais fortes que se protegem a si mesmos, mas procura dissolver as identidades das regiões mais frágeis e pobres, tornando-as mais vulneráveis e dependentes. Desta forma, a política torna-se cada vez mais frágil perante os poderes económicos transnacionais que aplicam o lema "divide e reinarás" (BERGOGLIO, 2020, item 12).

Logo, o pedido de abertura para o mundo implica que ele está fechado. A aparente dicotomia se desfaz quando analisamos os fatos. O mundo está aberto para a manutenção desse *status quo*. Quanto mais aderente aos princípios vigentes, notadamente guiados pelo poder econômico, mais "abertura" você tem para ser aceito nele, desde que permaneça no lugar onde está e de onde nunca deverá sair. Se por acaso sair, para uma posição social melhor, deverá lutar para

[2] Nominação do sacerdote afro-brasileiro. No caso em particular, trata-se do meu pai de santo Francisco Rivas Neto – Babá Rivas Ty Ògìyàn.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

manter esses privilégios. Algo que aprendemos nas cátedras brasileiras como lógica do opressor e oprimido (FREIRE, 2003). Algo que aprendi no terreiro como fazer mau destino, torná-lo imóvel diante da força do Orixá.

Ocorre que a manutenção das desigualdades tem sido a tônica para manter o privilégio das minorias que controlam a sociedade. Logo, propor e agir no mundo para equilibrar essa equação social é visto como revolucionário, errado, utópico. Incrivelmente, os mesmos adjetivos emprestados à sociedade leiga para Exu. Um Deus africano e afro-brasileiro que luta incansavelmente para distribuir axé, amor e felicidade para todos de forma indistinta.

O ofício de mãe de santo me tornou uma convicta na felicidade com um bem (uma benção) possível. Construir meios de viabilizar a realização espiritual e pessoal da sociedade planetária, do meu país, da minha comunidade de santo e, naturalmente, da minha individualidade. Justamente porque creio que é possível mudar a sociedade, porque consigo mudar a mim mesma. Consigo auxiliar na mudança dos meus filhos e filhas de santo, clientes e consulentes e esses transformam a comunidade. Bilhões de pessoas estão distantes para o nosso raio de ação, mas ao agir no meu meio chego indiretamente a todos esses seres. Assim como eles chegam até a mim de igual forma. Esse movimento tem efeito potencial. Acreditamos no poder divino por sua ação cotidiana, sua expressão única dada a cada ser vivente. Por este princípio exposto, sou uma sacerdotisa que estou lidando com a dor diariamente, afinal queremos transformar dor em amor, desigualdade em justiça, logo, sinto as mazelas do mundo de diferentes formas.

Nas nuances da dor, aprendi que essas desigualdades também têm recorte de gênero. Sou uma mãe de santo que encontra no candomblé uma tradição matriarcal. Nem por isso deixo de sofrer os dramas da misoginia, assim como minhas pares. Se isso ocorre por dentro de uma religião que admite o poder religioso na mão de uma mulher, que possui deusas como Iemanjá, Oxum, Oiá, Obá, Ieuá e Naná, muitos e muitas podem imaginar o que ocorre em espaços religiosos onde a mulher não pode assumir esses votos, pior ainda em sociedades arraigadas no machismo, como é o caso do Brasil, onde é gritante a constatação de violência contra a mulher, levando em consideração os inúmeros óbitos, estupros e abortos em condições desumanas oficiais e oficiosos.

> De modo análogo, a organização das sociedades em todo o mundo ainda está longe de refletir com clareza que as mulheres têm exatamente a mesma dignidade e idênticos direitos que os homens. As palavras dizem uma coisa, mas as decisões e a realidade gritam outra. Com efeito, “duplamente pobres são as mulheres que padecem

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

> situações de exclusão, maus-tratos e violência, porque frequentemente têm menores possibilidades de defender os seus direitos".[20] (BERGOGLIO, 2020, item 23).

A questão racial ainda impera e traz danos sem tamanho à sociedade. Sou mulher, mas não sou negra. Ainda assim, por ser mãe de santo, notadamente do candomblé, sofro as consequências do racismo religioso. Mesmo assim, tenho a consciência de que os danos são imensamente amenizados quando comparados aos que sofrem as mães de santo pretas. Esse racismo massacra o povo preto. Trata-se do maior genocídio étnico e que perdura. Teima em não ser superado. Pelo contrário, é potencializado pelas elites globais e locais. Quando afirmo elites, claramente estou apontando para as potências econômicas. Sendo assim, entendo como o Papa que estamos em uma terceira guerra mundial, apenas observo que ela iniciou desde o fim da segunda.

> As guerras, os atentados, as perseguições por motivos raciais ou religiosos e tantas afrontas contra a dignidade humana são julgados de maneira diferente, segundo convenham ou não a certos interesses fundamentalmente económicos: o que é verdade quando convém a uma pessoa poderosa, deixa de o ser quando já não a beneficia. Estas situações de violência vão-se "multiplicando cruelmente em muitas regiões do mundo, a ponto de assumir os contornos daquela que se poderia chamar uma "terceira guerra mundial por pedaços".[23] [...] Existem periferias que estão próximas de nós, no centro duma cidade ou na própria família. Também há um aspeto da abertura universal do amor que não é geográfico, mas existencial: a capacidade diária de alargar o meu círculo, chegar àqueles que espontaneamente não sinto como parte do meu mundo de interesses, embora se encontrem perto de mim. Por outro lado, cada irmã ou cada irmão que sofre, abandonado ou ignorado pela minha sociedade, é um forasteiro existencial, embora tenha nascido no mesmo país. Pode ser um cidadão com todos os documentos em ordem, mas fazem-no sentir como um estrangeiro na sua própria terra. O racismo é um vírus que muda facilmente e, em vez de desaparecer, dissimula-se mas está sempre à espreita (BERGOGLIO, 2020, itens 23 e 25).

De alguma maneira, ele propõe também a solução para o problema apresentado:

> A verdadeira sabedoria pressupõe o encontro com a realidade. Hoje, porém, tudo se pode produzir, dissimular, modificar. Isto faz com que o encontro direto com as limitações da realidade se torne insuportável. Em consequência, implementa-se um mecanismo de "seleção", criando-se o hábito de separar imediatamente o que gosto daquilo que não gosto, as coisas atraentes das desagradáveis. A mesma lógica preside à escolha das pessoas com quem se decide partilhar o mundo. Assim, as pessoas ou

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

> situações que feriam a nossa sensibilidade ou nos causavam aversão, hoje são simplesmente eliminadas nas redes virtuais, construindo um círculo virtual que nos isola do mundo em que vivemos. [...] Esquece-se de que "não há alienação pior do que experimentar que não se tem raízes, não se pertence a ninguém. Uma terra será fecunda, um povo dará frutos e será capaz de gerar o amanhã apenas na medida em que dá vida a relações de pertença entre os seus membros, na medida em que cria laços de integração entre as gerações e as diferentes comunidades que o compõem, e ainda na medida em que quebra as espirais que obscurecem os sentidos, afastando-nos sempre uns dos outros".[50] (BERGOGLIO, 2020, itens 47 e 53).

A saída proposta é o que vivenciamos no terreiro. Estabelecermos nossas raízes identitárias em nossa comunidade, exercitando uma visão solidária de mundo e de cooperação a partir do amor divino que emana do Orixá. Essa visão não pode ser alienada ou isolada do mundo. Afinal, o Orixá existe em tudo em que há vida. A partir dessa premissa, respeitando a diversidade e encontrando os meios de diálogo e ação pacíficos, agimos no mundo para diminuir as distâncias econômicas e sociais. Ou, dito na linguagem do santo, partilhar axé.

Essa partilha está com o outro, esse outro que não sou eu. Uma questão aparentemente óbvia, mas que tem profundas consequências para o pensar e agir no mundo pelo adepto ou adepta afro-brasileira. Só sabemos que estamos vivos porque temos Exu dentro de nós. E Exu nos ensina com sua *obé* (faca) qual *bará* (corpo) nos pertence e qual pertence ao outro. Daí nasce a alteridade. O divino permitiu a todas e todos ter a mesma potência espiritual, variando o destino de cada um conforme o *Ori* (cabeça[3]). Entender e compreender o outro nas suas qualidades é reconhecer as nossas potencialidades. Isso dialoga diretamente com a parábola do bom samaritano que a encíclica toma como base para justificar as ideias que constam nela. Daí é possível depreender:

> Nas pessoas que passam ao largo, há um detalhe que não podemos ignorar: eram pessoas religiosas. Mais ainda, dedicavam-se a dar culto a Deus: um sacerdote e um levita. Isto é uma forte chamada de atenção: indica que o facto de crer em Deus e O adorar não é garantia de viver como agrada a Deus. Uma pessoa de fé pode não ser fiel a tudo o que essa mesma fé exige dela e, no entanto, sentir-se perto de Deus e julgar-se com mais dignidade do que os outros. Mas há maneiras de viver a fé que facilitam a abertura do coração aos irmãos, e esta será a garantia duma autêntica abertura a Deus. São João Crisóstomo expressou, com muita cla-

[3] A cabeça também pode ter o significado de mente ou destino para o candomblé (RIVAS NETO, 2014).

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

> reza, este desafio que se apresenta aos cristãos: "Queres honrar o Corpo de Cristo? Não permitas que seja desprezado nos seus membros, isto é, nos pobres que não têm que vestir, nem O honres aqui no templo com vestes de seda, enquanto lá fora O abandonas ao frio e à nudez".[58] O paradoxo é que, às vezes, quantos dizem que não acreditam podem viver melhor a vontade de Deus do que os crentes (BERGOGLIO, 2020, item 74).

Consideradas as questões acima, cabe posicionar questões importantes concernentes à ética. Entendo, como meu pai de santo ensinou, que existem cinco pilares primordiais na experiência comunitária: espiritual/ético, cultural, social, político e econômico. De uma forma harmônica e ajustada, a sociedade deveria conviver entre os seus cidadãos nessa ordem e escala. Priorizando as questões éticas que moldam a cultura do povo. Essa cultura estabelece parâmetros importantes para o social que ordenam a política como agente das virtudes do povo. Essa, por sua vez, comanda a economia em busca de meios mais justos de prover a todos.

Infelizmente, a ordem que observamos ao longo da história é antinatural a isso. Em verdade, vai no sentido inverso. A economia controla a política, que, para manter os privilégios de grupos econômico, impõe dores profundas nas questões sociais. Essa, por sua vez, cria valores culturais falaciosos e contrários ao bem comum, como é o caso da meritocracia. Finalmente, a cultura de massa não cria espaço para valores éticos ou espirituais genuínos, atendendo à noção de felicidade, mas sim etiquetas (no sentido de pequena ética) para manter as desigualdades e misérias várias.

> Nos primeiros séculos da fé cristã, vários sábios desenvolveram um sentido universal na sua reflexão sobre o destino comum dos bens criados.[91] Isto levou a pensar que, se alguém não tem o necessário para viver com dignidade, é porque outrem se está a apropriar do que lhe é devido. São João Crisóstomo resume isso, dizendo que, "não fazer os pobres participar dos próprios bens, é roubar e tirar-lhes a vida; não são nossos, mas deles, os bens que aferrolhamos".[92] E São Gregório Magno di-lo assim: "Quando damos aos indigentes o que lhes é necessário, não oferecemos o que é nosso; limitamo-nos a restituir o que lhes pertence".[93] (BERGOGLIO, 2020, item 119).

Retomando a lógica das religiões afro-brasileiras e, mais especificamente, o candomblé, o ato de viver a vida do santo, como dizemos em nossa linguagem êmica, vai de encontro ao que muitos praticam no mundo. E novamente somos taxados, marginalizados e vilipendiados por esse estilo de vida.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

> Nesta linha, com tristeza, volto a destacar que "vivemos já muito tempo na degradação moral, baldando-nos à ética, à bondade, à fé, à honestidade; chegou o momento de reconhecer que esta alegre superficialidade de pouco nos serviu. Uma tal destruição de todo o fundamento da vida social acaba por colocar-nos uns contra os outros na defesa dos próprios interesses".[86] Voltemos a promover o bem, para nós mesmos e para toda a humanidade, e assim caminharemos juntos para um crescimento genuíno e integral. Cada sociedade precisa de garantir a transmissão dos valores; caso contrário, transmitem-se o egoísmo, a violência, a corrupção nas suas diversas formas, a indiferença e, em última análise, uma vida fechada a toda a transcendência e entrincheirada nos interesses individuais[93] (Bergoglio, 2020, item 113).

A ética, pelo menos na perspectiva que aprendi no terreiro, enseja valores fundamentais como amizade. No velho adágio do candomblé, estamos vivos por dois motivos: fazer amigos e contar histórias. Essa é a verdadeira memória que se dinamiza com as relações que vão sendo (re)construídas ao longo de nossas existências. Dessa relação entre memória e experiência surgem, por exemplo, os espectros políticos de conservadores e progressistas.

O conservador entende que a memória que fora construída deve ser preservada em seus pilares quando o coletivo é preservado. O progressista entende que o mundo é coberto de incertezas e que as mudanças precisam acompanhar as demandas da vida e do tempo. Ambos pensamentos têm raízes na vida humana plena de realizações e felicidade. Visões mais extremadas tanto de um lado quanto do outro geram distorções que causam doenças sociais graves. A amizade de ideólogos diferentes tendo o interesse no bem comum, na coisa pública (*res publica*), enseja grandes avanços para a sociedade.

De igual forma quando conjugamos local e global, comunidades e pessoas diversas. Meu ponto é que, antes de amizade, urge o contato por meio do diálogo de ideias, sentimentos e ações efetivas. Dito de outra forma, acredito que, antes da amizade social, tão bem colocada pelo Papa, e trarei a citação dele na sequência sobre isso, cabe pensarmos na construção de pontes. Refiro-me a pontes de diálogo que permitam construir uma vida pautada no amor, uma sociedade genuinamente amorosa.

> Ocorre lembrar que, "entre a globalização e a localização, também se gera uma tensão. É preciso prestar atenção à dimensão global para não cair numa mesquinha quotidianidade. Ao mesmo tempo convém não perder de vista o que é local, que nos faz caminhar com os pés por terra. As duas coisas unidas impedem de cair em algum destes dois extremos: o primeiro, que os cidadãos vivam num universalismo abstrato

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

> e globalizante [...]; o outro extremo é que se transformem num museu folclórico de "eremitas" localistas, condenados a repetir sempre as mesmas coisas, incapazes de se deixar interpelar pelo que é diverso e de apreciar a beleza que Deus espalha fora das suas fronteiras".[124] É preciso olhar para o global, que nos resgata da mesquinhez caseira. Quando a casa deixa de ser lar para se tornar confinamento, calabouço, resgata-nos o global, porque é como a causa final que nos atrai para a plenitude. Ao mesmo tempo temos de assumir intimamente o local, pois tem algo que o global não possui: ser fermento, enriquecer, colocar em marcha mecanismos de subsidiariedade. Portanto, a fraternidade universal e a amizade social dentro de cada sociedade são dois polos inseparáveis e ambos essenciais. Separá-los leva a uma deformação e a uma polarização nociva.[93] (BERGOGLIO, 2020, item 142).

É possível exercitar esse diálogo em diversos níveis e com várias aplicações. Tomando a política como exemplo: quando pautada por valores sociais dignos, humanizados, ensejará propostas econômicas viáveis e sustentáveis que não impedirão um desenvolvimento global, mas certamente evitarão as desigualdades várias. Para isso é necessário diálogo.

Mesmo saindo de um ponto de vista que muitos podem crer ser utópico, e a até certo ponto é, na vida política prática, a arte de aproximar o contraditório se faz premente e urgente. O sucesso desse processo estará em quanto o bem comum prevalecerá sobre o egoísmo dos privilégios de alguns indivíduos em relação ao povo.

Para se tornar possível o desenvolvimento duma comunidade mundial capaz de realizar a fraternidade a partir de povos e nações que vivam a amizade social, é necessária a política melhor, a política colocada ao serviço do verdadeiro bem comum. Mas hoje, infelizmente, muitas vezes a política assume formas que dificultam o caminho para um mundo diferente [...]. A categoria de povo, que inclui intrinsecamente uma avaliação positiva dos vínculos comunitários e culturais, habitualmente é rejeitada pelas visões liberais individualistas, que consideram a sociedade como uma mera soma de interesses que coexistem. Falam de respeito pelas liberdades, mas sem a raiz duma narrativa comum. Em certos contextos, é frequente acusar como populistas quantos defendem os direitos dos mais frágeis da sociedade. Para as referidas visões, a categoria de povo é uma mitificação de algo que não existe na realidade. Aqui, porém, cria-se uma polarização desnecessária, pois nem a ideia de povo nem a de próximo são categorias puramente míticas ou românticas que excluam ou desprezem a organização social, a ciência e as instituições da sociedade civil. (BERGOGLIO, 2020, itens 154 e 163).

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Sobre o diálogo, especificamente, é possível reconhecer uma profunda sinergia de ideias quando o que expus é cotejado com o exposto na encíclica:

> Alguns tentam fugir da realidade, refugiando-se em mundos privados, enquanto outros a enfrentam com violência destrutiva, mas "entre a indiferença egoísta e o protesto violento, há uma opção sempre possível: o diálogo. O diálogo entre as gerações, o diálogo no povo, porque todos somos povo, a capacidade de dar e receber, permanecendo abertos à verdade. Um país cresce quando dialogam de modo construtivo as suas diversas riquezas culturais: a cultura popular, a cultura universitária, a cultura juvenil, a cultura artística e a cultura tecnológica, a cultura económica e a cultura da família, e a cultura dos meios de comunicação".[196] [...]. A falta de diálogo supõe que ninguém, nos diferentes setores, está preocupado com o bem comum, mas com obter as vantagens que o poder lhe proporciona ou, na melhor das hipóteses, com impor o seu próprio modo de pensar. Assim a conversação reduzir-se-á a meras negociações para que cada um possa agarrar todo o poder e as maiores vantagens possíveis, sem uma busca conjunta que gere bem comum. Os heróis do futuro serão aqueles que souberem quebrar esta lógica morbosa e, ultrapassando as conveniências pessoais, decidam sustentar respeitosamente uma palavra densa de verdade. Queira Deus que estes heróis se estejam gerando silenciosamente no coração da nossa sociedade. (BERGOGLIO, 2020, itens 199 e 202).

Ao trazer o diálogo para o centro da presente carta, cabe ressaltar suas múltiplas formas de produção e troca. Normalmente é priorizado o diálogo no âmbito da razão, mas ressalto que a oralidade que marca a teologia afro-brasileira (RIVAS, 2020) e, naturalmente, o campo religioso enseja possibilidades da irracionalidade, do sentimento, e aqui entra a noção de amizade social tão bem explicitada pelo Santo Padre. O diálogo em bases racionais que permitam a troca de ideias contraditórias é excelente, mas limita a parcela do povo que não tem acesso a essa formação e premissas. Além de ensejar condições para todos e todas participarem na esfera pública dessa ampla e necessária discussão, faz-se necessário criar meios de inclusão, de modo que o afeto, a alteridade, a simpatia e o respeito são chaves fundamentais.

> Numa sociedade pluralista, o diálogo é o caminho mais adequado para se chegar a reconhecer aquilo que sempre deve ser afirmado e respeitado e que ultrapassa o consenso ocasional. Falamos de um diálogo que precisa de ser enriquecido e iluminado por razões, por argumentos racionais, por uma variedade de perspectivas, por contribuições de diversos conhecimentos e pontos de vista, e que não exclui a convicção

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

> de que é possível chegar a algumas verdades fundamentais que devem e deverão ser sempre defendidas. Aceitar que há alguns valores permanentes, embora nem sempre seja fácil reconhecê-los, confere solidez e estabilidade a uma ética social. Mesmo quando os reconhecemos e assumimos através do diálogo e do consenso, vemos que estes valores basilares estão para além de qualquer consenso, reconhecemo-los como valores transcendentes aos nossos contextos e nunca negociáveis. Poderá crescer a nossa compreensão do seu significado e importância – e, neste sentido, o consenso é uma realidade dinâmica –, mas, em si mesmos, são apreciados como estáveis pelo seu sentido intrínseco (BERGOGLIO, 2020, item 211).

Ao observar o outro em sua dinâmica racional e irracional, suas razões e emoções, o diálogo, na forma que proponho, calcada na percepção afro-brasileira, permite um despertar para a alteridade de forma efetiva. Passamos a nos encantar pelo outro em todas as suas nuances e características. O diferente ou diverso deixa de ser um gatilho do medo ou receio em relação ao desconhecido e passa a ser o combustível para estabelecer relações profícuas. A não imposição do que sou ou penso ao outro é libertador. Tanto para quem seria oprimido, quanto para aquele que abandona o lugar do opressor para ser um mediador. Logo, é possível depreender que a cultura de paz exige, antes de mais nada, a cultura do diálogo.

> Isto implica o hábito de reconhecer, ao outro, o direito de ser ele próprio e de ser diferente. A partir deste reconhecimento feito cultura, torna-se possível a criação dum pacto social. Sem este reconhecimento, surgem maneiras subtis de fazer com que o outro perca todo o seu significado, se torne irrelevante, fazer com que na sociedade não lhe seja reconhecido qualquer valor. Por trás da repulsa de certas formas visíveis de violência, muitas vezes esconde-se outra violência mais dissimulada: a daqueles que desprezam o diferente, sobretudo quando as suas reivindicações prejudicam dalguma maneira os próprios interesses (BERGOGLIO, 2020, item 218).

Uma vez colocada essa questão do diálogo, urge discutir a proposta de cultura de paz do Papa. Confesso que achei muito interessante ele citar em sua encíclica a expressão "arquitetura e o artesanato da paz" (BERGOGLIO, 2020), pois é exatamente assim que uma ação duradoura poderá prosperar. A paz não será alcançada pelo acaso ou por uma espera milagrosa da providência divina. Aliás, o divino já deu todas as ferramentas possíveis para que essa cultura se estabeleça: o amor. O amor que potencialmente reside em todos os nossos corações, mas que muitas vezes teima em expressar de forma plena ao mundo pelo mundo. Como temos muitas dificuldades de fazermos o simples enquanto sociedade, seja o "vós sois Deuses" do povo cristão

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

ou "todos nós somos Orixás" na visão do candomblé jeje-nagô[4] do qual pratico ao lado de inúmeras comunidades afro-brasileiras, precisamos lançar mão de outras ferramentas ofertadas pela deidade. Precisamos ter muito tirocínio para arquitetar a paz.

Novamente entra em jogo o diálogo na construção de pontes que viabilizem espaços de paz. Mas isso, por óbvio, não é suficiente, sendo necessário agir de forma objetiva na concretização desses mesmos espaços. E isso não será feito com tecnologia de inteligência artificial, algoritmos ou supercomputadores. Claro que esses componentes melhoram as nossas vidas hodiernamente, mas o agente dessa transformação é o ser humano. Um trabalho manufaturado, um verdadeiro artesanato de uma obra-prima delicada e duradoura. Uma tarefa que convida apontar menos a responsabilidade do outro e assumir mais as suas responsabilidades diante da vida.

> O percurso para a paz não implica homogeneizar a sociedade, mas permite-nos trabalhar juntos. Pode unir muitos nas pesquisas comuns, onde todos ganham. Perante um certo objetivo comum, poder-se-á contribuir com diferentes propostas técnicas, distintas experiências, e trabalhar em prol do bem comum. É preciso procurar identificar bem os problemas que atravessa uma sociedade, para aceitar que existem diferentes maneiras de encarar as dificuldades e resolvê-las. O caminho para uma melhor convivência implica sempre reconhecer a possibilidade de que o outro contribua com uma perspectiva legítima, pelo menos em parte, algo que possa ser recuperado, mesmo que se tenha equivocado ou tenha agido mal. Porque "o outro nunca há de ser circunscrito àquilo que pôde ter dito ou feito, mas deve ser considerado pela promessa que traz em si mesmo",[212]uma promessa que deixa sempre um lampejo de esperança [.]. A promoção da amizade social implica não só a aproximação entre grupos sociais distanciados a partir dum período conflituoso da história, mas também a busca dum renovado encontro com os setores mais pobres e vulneráveis. A paz "não é apenas ausência de guerra, mas o empenho incansável – especialmente daqueles que ocupamos um cargo de maior responsabilidade – de reconhecer, garantir e reconstruir concretamente a dignidade, tantas vezes esquecida ou ignorada, de irmãos nossos, para que possam sentir-se os principais protagonistas do destino da própria nação".[220] (BERGOGLIO, 2020, itens 228 e 233).

[4] Assim como no cristianismo, existem muitas modalidades de candomblé. Os candomblés possuem três grandes grupos ou nações: keto, jeje e angola. O candomblé praticado por minha comunidade e milhares de outras bebe da fonte jeje e keto, formando a expressão "jeje-nagô" como forma identitária.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

As religiões afro-brasileiras representam uma tradição profundamente conectada com a natureza, no sentido amplo, mas também a chamada *natura naturans*. Mais do que isso, o Orixá é a própria natureza, expressão viva desse sagrado que cultuamos. Portanto não fazemos oposição entre Deus e natureza como afirmado por Nietzsche (2014, p. 46-47), pelo contrário, reconhecemos que são categorias indissociáveis na perspectiva da teologia afro-brasileira.

Numa analogia, se pensarmos a cultura de paz como uma árvore frondosa, certamente suas flores e frutas são os elementos que mais almejamos. Contudo, ela precisa das folhas, dos galhos, do caule. Mas, principalmente, da raiz. Sem a raiz não é possível a árvore ficar em pé e, mais, manter-se viva.

A raiz da cultura de paz é certamente a memória. A memória pensada por nós não é linear, não se trata de simples lembrança do passado que ficou marcada em nossas mentes. A memória projeta futuro, portanto, faz destino. A primeira memória é divina, e como temos um panteão de deuses e deusas africanos, posso afirmar que, além de divina, ela é comunitária também. Acreditamos que todas as histórias do mundo podem ser representadas por narrativas míticas dos Orixás.

Nessas narrativas, chamadas por nós de itanifá,[5] existem brigas, ajustes, momentos de alegria e felicidade, desgraça, atividades cotidianas, feitos heroicos. Ao apreender essas histórias, essas memórias ancestrais, somos influenciados em como potencializar nosso destino com grandes realizações e afastar as possibilidades ruins. Essa ação se dá do ponto de vista individual e social, mas também espiritual por meio da magia.

Assim acreditamos nas religiões afro-brasileiras de uma forma geral, respeitando a diversidade e as cosmovisões distintas dentro do seio da nossa tradição. A magia no sentido de transformar realidades é um instrumento decisivo, mas que só pode ser aplicado em cima da memória, daquilo que foi estabelecido com o passar dos tempos. Assim, nossa história é vista pelo prisma da circularidade, ou melhor, de forma espiralar. Até porque sempre que vivenciamos a mesma memória outra vez já não somos mais os mesmos ou as mesmas, ainda que a experiência aparentemente seja igual.

Um Orixá importante em nosso panteão é Oxalá, muitas vezes confundido ou sincretizado com Jesus por algumas tradições afro-brasileiras e mesmo praticantes de outras confessionalidades. Uma de suas qualidades, ou seja, uma de suas manifestações, é Oxalufã, o Velho Sábio

[5] Historietas do Orixá Orunmilá Ifá, responsável, entre outras coisas, pelo destino dos seres.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

criador do mundo. Uma marca fundamental em Oxalufã é que ele não se esquece de nada que acontece e age no mundo de forma lenta, vagarosa . Mas sempre consegue o que pretende, não raras vezes surpreendendo pela capacidade de transformação.

Esse poderoso Orixá, símbolo máximo do amor por todos nós, nos ensina a não esquecer ao mesmo tempo em que devemos sempre agir, nunca ficar parados. Oxalufã nos ensina a arquitetar a cultura de paz por meio da memória e sermos artesãos ou artesãs dela na ação contínua independentemente da sua morosidade, desde que nunca esteja parada para viver a vida em sua plenitude. Portanto, é para Oxalufã que sempre pedimos misericórdia, mas somos sabedoras de que seu perdão nunca omite o erro. Ele perdoa, mas não esquece. Dito de outra forma, ele muda, mas nunca deixa de ser quem Ele é. Um aparente paradoxo que encerra uma sabedoria africana milenar.

> A memória [...] 249. Hoje é fácil cair na tentação de voltar página, dizendo que já passou muito tempo e é preciso olhar para diante. Isso não, por amor de Deus! Sem memória, nunca se avança; não se evolui sem uma memória íntegra e luminosa. Precisamos de manter "viva a chama da consciência coletiva, testemunhando às sucessivas gerações o horror daquilo que aconteceu", que assim "aviva e preserva a memória das vítimas, para que a consciência humana se torne cada vez mais forte contra toda a vontade de domínio e destruição".[234] Precisam disso as próprias vítimas – indivíduos, grupos sociais ou nações – para não cederem à lógica que leva a justificar a represália e qualquer violência em nome do mal imenso que sofreram. Por isso, não me refiro só à memória dos horrores, mas também à recordação daqueles que, no meio dum contexto envenenado e corrupto, foram capazes de recuperar a dignidade e, com pequenos ou grandes gestos, optaram pela solidariedade, o perdão, a fraternidade. É muito salutar fazer memória do bem. Perdão sem esquecimentos 250. O perdão não implica esquecimento. Antes, mesmo que haja algo que de forma alguma pode ser negado, relativizado ou dissimulado, todavia podemos perdoar. Mesmo que haja algo que jamais deve ser tolerado, justificado ou desculpado, todavia podemos perdoar. Mesmo quando houver algo que por nenhum motivo devemos permitir-nos esquecer, todavia podemos perdoar. O perdão livre e sincero é uma grandeza que reflete a imensidão do perdão divino. Se o perdão é gratuito, então pode-se perdoar até a quem resiste ao arrependimento e é incapaz de pedir perdão (BERGOGLIO, 2020, itens 249-250).

A última parte da encíclica do Papa aponta para possibilidades que as religiões podem oferecer e gostaria de destacar os trechos abaixo:

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

As várias religiões, ao partir do reconhecimento do valor de cada pessoa humana como criatura chamada a ser filho ou filha de Deus, oferecem uma preciosa contribuição para a construção da fraternidade e a defesa da justiça na sociedade. O diálogo entre pessoas de diferentes religiões não se faz apenas por diplomacia, amabilidade ou tolerância. Como ensinaram os bispos da Índia, "o objetivo do diálogo é estabelecer amizade, paz, harmonia e partilhar valores e experiências morais e espirituais num espírito de verdade e amor".[259] Por estas razões, embora a Igreja respeite a autonomia da política, não relega a sua própria missão para a esfera do privado. Pelo contrário, não pode nem deve ficar à margem na construção de um mundo melhor nem deixar de "despertar as forças espirituais"[266] que possam fecundar toda a vida social. É verdade que os ministros da religião não devem fazer política partidária, própria dos leigos, mas mesmo eles não podem renunciar à dimensão política da existência[267] que implica uma atenção constante ao bem comum e a preocupação pelo desenvolvimento humano integral. A Igreja "tem um papel público que não se esgota nas suas atividades de assistência ou de educação", mas busca a "promoção do homem e da fraternidade universal".[268] Não pretende disputar poderes terrenos, mas oferecer-se como "uma família entre as famílias – a Igreja é isto –, disponível […] para testemunhar ao mundo de hoje a fé, a esperança e o amor ao Senhor mas também àqueles que Ele ama com predileção. Uma casa com as portas abertas. A Igreja é uma casa com as portas abertas, porque é mãe".[269] E como Maria, a Mãe de Jesus, "queremos ser uma Igreja que serve, que sai de casa, que sai dos seus templos, que sai das suas sacristias, para acompanhar a vida, sustentar a esperança, ser sinal de unidade […] para lançar pontes, abater muros, semear reconciliação". [270] Religião e violência [...]. Às vezes, a violência fundamentalista desencadeia-se em alguns grupos de qualquer religião pela imprudência dos seus líderes. Mas "o mandamento da paz está inscrito nas profundezas das tradições religiosas que nós representamos. [...] Nós, líderes religiosos, somos chamados a ser verdadeiros "dialogantes", a agir na construção da paz, e não como intermediários, mas como mediadores autênticos. Os intermediários procuram contentar todas as partes, com a finalidade de obter um lucro para si mesmos. O mediador, ao contrário, é aquele que nada reserva para si próprio, mas que se dedica generosamente, até se consumir, consciente de que o único lucro é a paz. Cada um de nós é chamado a ser um artífice da paz, unindo e não dividindo, extinguindo o ódio em vez de o conservar, abrindo caminhos de diálogo em vez de erguer novos muros".[283] Neste espaço de reflexão sobre a fraternidade universal, senti-me motivado especialmente por São Francisco

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

> de Assis e também por outros irmãos que não são católicos: Martin Luther King, Desmond Tutu, Mahatma Mohandas Gandhi e muitos outros. Mas quero terminar lembrando uma outra pessoa de profunda fé, que, a partir da sua intensa experiência de Deus, realizou um caminho de transformação até se sentir irmão de todos. Refiro-me ao Beato Carlos de Foucauld (BERGOGLIO, 2020, itens 271, 276, 284 e 286).

As palavras do Santo Padre são, de fato, um alento para nós das religiões afro-brasileiras. Proferi-las reforçam por meio do diálogo inter-religioso a possibilidade de buscarmos um bem comum calcado na ética, na espiritualidade que sempre procura atender a todos independentemente de suas características, mas sempre respeitando a diversidade inerente à nossa sociedade. Temos, pais e mães de santo, um compromisso inabalável com nossos genitores divinos e ele se expressa no espelho de como tratamos nossos filhos ou filhas de santo. De como atendemos aqueles que batem à porta dos nossos terreiros em busca de ajuda das mais diferentes necessidades. Creio que ao atuar nesse meio e dessa forma estamos indo ao encontro dos anseios do que se espera da religião na esfera privada.

Na esfera pública reforçamos nosso compromisso com a laicidade. Numa sociedade democrática, as liberdades devem ser expandidas ao máximo, desde que cada um assuma as responsabilidades de seus atos. Sendo assim, religião alguma, inclusive a minha, deve impor regras e normas para a sociedade. Isso não quer dizer que não devemos participar do debate público, argumentar com ideias possíveis de serem compreendidas por outras pessoas (alteridade) os caminhos para uma sociedade mais justa e igualitária que reconhece e fortalece a diversidade.

O melhor argumento certamente é o exemplo vivo meu, de minhas pares, das diversas comunidades de terreiro. Os séculos de preconceito, racismo, misoginia que as tradições afro-brasileiras sofreram foram combatidos, no mais das vezes, de forma pacífica. Devemos continuar nossa resistência e militância nesse sentido, mas nunca usando das mesmas armas daqueles que nos atacam. Isso não pode ser motivo para nos calarmos ou deixar escondida nossa indignação. Pelo contrário, isso tem de ser combustível para acelerarmos as mudanças na sociedade, no jeito de Oxalufã. Sendo os mediadores que lançam mão do diálogo como construtor de uma sociedade mais amorosa e justa.

Referências

BERGOGLIO, J. M. Carta encíclica *fratelli tutti* do santo padre Francisco sobre a fraternidade e a amizade social. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html#_ftn1>. Acesso em: 2 dez. 2020.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 36. ed. Rio de Janeiro: Edições de Paz e Terra, 2003.

NIETZSCHE, F. W. *O anticristo*. São Paulo: Martin Claret, 2014.

RIVAS, M. E. Entre teologias e preconceitos. *Estudos Afro-Brasileiros*, v. 1, n. 1, p. 57-84, 14 maio 2020.

RIVAS NETO, F. *Escolas das religiões afro-brasileiras: tradição oral e diversidade*. São Paulo: Arché, 2012.

_____. *Teologia do Ori-Bará*. São Paulo: Arché, 2014.

Recebido em: 06/12/20

Aprovado em: 12/12/20

Dados da autora

Graduada em teologia pela FTU, Mestra e doutora em Ciência da Religião pela PUC-SP, Editora da Revista Estudos afro-brasileiros, sacerdotiza e dirigente da Ordem Iniciática do Cruzeiro do Sul.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

CIBERTEOLOGIA

A ENCÍCLICA *FRATELLI TUTTI*, MIGRAÇÕES E ACOLHIDA

THE ENCYCLICAL *FRATELLI TUTTI*, MIGRATIONS AND WELCOME

WELLINGTON DA SILVA DE BARROS

Resumo: Este artigo objetiva relacionar alguns aspectos da encíclica *Fratelli Tutti*[1] do Papa Francisco com os desafios da acolhida dos migrantes[2] em nosso país. Nosso objetivo não é fazer uma leitura quase que exegética, ou seja, focar nos trechos da encíclica que trata especificamente das migrações, mas destacar elementos que sobressaem numa leitura crítica mais ampla ou global. Neste sentido, a encíclica vai nos trazer elementos fundamentais para pensarmos novas dinâmicas para as migrações e um mundo cada vez mais fechado e cada vez mais propenso a ver nos migrantes a causa de muitos problemas sociais, políticos e econômicos.

Palavras-chaves: migrantes, diálogo, amizade, acolhida.

Abstract: This article aims to relate aspects of Pope Francis' encyclical Fratelli Tutti with the challenges of welcoming migrants in our country. Our objective is not to make an almost exegetical reading, that is, to focus on the excerpts of the encyclical that deals specifically with migrations, but to highlight elements that stand out in a broader or global critical reading. In this sense, the encyclical will bring us fundamental elements to think about new dynamics for migration and a world that is increasingly closed and more and more inclined to see in migrants the cause of many social, political and economic problems.

Keywords: migrants, dialogue, friendship, welcome.

Introdução

O tema da migração está presente no pontificado de Francisco desde os primeiros dias do seu ministério. Ao lado da ansiada reforma curial, a migração se tornou um dos focos deste

[1] Carta Encíclica *Fratelli Tutti* do santo padre Francisco sobre a fraternidade e a amizade social. As referências a encíclica no texto serão na forma abreviada FT seguida do respectivo número.

[2] Usamos neste artigo o conceito migrante de forma genérica, abrangendo os seguintes movimentos humanos: imigração e refúgio.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

pontificado. Francisco se mostrou ser um dos grandes defensores de posturas cristãs e humanitárias em relação também aos migrantes. Como uma voz que ecoa no deserto, o papa é um dos poucos líderes mundiais que combate o fechamento das fronteiras e o fortalecimento dos muros que tentam impedir a entrada de migrantes em vários países do mundo.

Francisco interpela a comunidade internacional e os cristãos à acolhida dos migrantes, para os cristãos, ele evidência que rejeitar os migrantes é falsificar a fé. A acolhida aos migrantes pode acontecer de diversas maneiras, porém, na sociedade atual a tendência é a de que esta seja pautada pela lógica econômica e consumista, levando os países a acolherem apenas aquelas pessoas vistas como promissoras para seu crescimento econômico, gerando a classificação e seleção na acolhida de migrantes como os que são "desejáveis", ou seja, passíveis de acolhida e favorecimentos legais e políticos, e os "indesejáveis" passíveis de rejeição e exclusão. Essa cruel classificação é revelada na prática cotidiana, mas também em políticas migratórias e resulta de qualquer olhar sincero à nossa realidade pautado pelo Direito Humano inerente à todas as pessoas de migrar. A acolhida aos migrantes é uma característica fundamental dos seguidores de Jesus e deve ocupar um lugar central na Igreja, sobretudo, nas dinâmicas pastorais, pois, acolher o migrante é acolher o próprio Jesus (Mt 25,35).

No Brasil a presença de migrantes apesar do recente crescimento, é pequena em relação a outros países do mundo:

> Importante destacar que o Brasil ainda não recebe uma quantidade tão expressiva de estrangeiros, como países da Europa e Estados Unidos. Foi, porém, crescente o contingente de imigrantes e refugiados que afluiu ao país nos últimos anos, requerendo uma maior atenção tanto das autoridades como de toda a sociedade brasileira (BÓGUS e FABIANO, 2015, 130).

Ainda no contexto brasileiro, mesmo sabendo que os migrantes não são vítimas, não podemos negar que geralmente essas pessoas sofrem muitas dificuldades para viver aqui, sobretudo, aqueles vistos como "indesejados":

> Existe no Brasil uma proliferação de manifestações ofensivas, racistas e xenófobas dirigidas aos imigrantes e refugiados, seja com ataques à sua integridade física ou por mensagens pelas redes sociais, principalmente destinadas aos negros, africanos e sul americanos. Infelizmente, os imigrantes que sofrem discriminação e preconceito vivem em situação de alta vulnerabilidade e, em muitos casos, sofrem violações de direitos. Devido sua condição irregular no país, muitos evitam procurar a Polícia,

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

> o Ministério Público ou os Consulados por temerem sofrer represálias ainda mais graves (BÓGUS e FABIANO, 2015, 133).

A discriminação e a xenofobia estão entre os maiores desafios. Muitos brasileiros acolhem e aceitam os migrantes e reforçam aquela imagem de que o país é acolhedor, porém

> apesar do Brasil ser internacionalmente reconhecido como um país acolhedor, por sua capacidade de abrigar diferentes culturas, os refugiados encontram muitas dificuldades para se integrar à sociedade brasileira. Geralmente, os obstáculos iniciais estão relacionados ao idioma português e às questões culturais, além dos problemas comuns aos brasileiros que também são enfrentados pelos refugiados, como dificuldades no mercado de trabalho, ao acesso à educação superior e aos serviços públicos de saúde e moradia. Além disso, o preconceito existente, antes disfarçado, deixou de ser tímido e passou a se manifestar de forma aberta e hostil (BÓGUS e FABIANO, 2015, 135).

A migração é uma realidade cada vez mais presente e diversificada na sociedade também na brasileira. Há constantes mudanças nos rostos das pessoas que se deslocam por diversos motivos, o que torna este fenômeno cada vez mais complexo. A realidade social da migração no Brasil tem mudado rapidamente, também em nosso país a migração se apresenta como uma dinâmica caracterizada muito mais pela permanência ou residência das pessoas do que temporalidade ou sazonalidade. As pessoas procuraram se estabelecer cada vez mais nos lugares de destino, formando famílias e redes de relações sociais e reivindicando cidadania. Aos poucos a percepção de que as pessoas em mobilidade não são apenas força de trabalho, mas sujeitos de direitos e deveres se intensificaram. Essa presença intensificada e permanente leva indiretamente a outra concepção de cidadania e dignidade por parte das pessoas que deixam seus países, como também dos residentes nos países de destino ou acolhida.

Na sociedade globalizada existem muitos discursos e posturas em favor do diálogo, mas há também grande aversão à alteridade: o "outro" desperta temores e fobias. A vida ao lado do diferente assume traços de incerteza e insegurança. Aumenta a saudade do tempo em que as sociedades eram menos complexas, menos pluralistas, ou seja, mais "seguras". A globalização favorece os contatos, mas não promove a lógica das relações e interações, e tampouco, garante o respeito integral, igualdade e reciprocidades entre as partes. O encontro entre os migrantes e a sociedade de acolhida não se dá necessariamente de forma dialógica e igualitária. Ao contrário, sendo o atual modelo de globalização impulsionado pelo capitalismo neoliberal, o diálogo entre as alteridades segue frequentemente a lógica da competição, concorrência e até mesmo

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

exclusão. Assim, a chegada do "outro" é muitas vezes interpretada como uma ameaça à própria identidade, despertando medos e preconceitos.

A busca pela segurança não é uma característica da sociedade atual, talvez aquilo que se destaca hoje é a situação de medo generalizada ampliada pela pandemia. O medo é o grande motivador do crescimento de posturas em nações e pessoas de fechamento, isso fica evidente com os nacionalismos, supremacismos, racismos, fundamentalismos, etc. Não são poucos os "ismos" que revelam o fechamento em guetos em diferentes níveis. O desejo cada vez mais crescente e solidificado por segurança leva ao surgimento ou enrijecimento das "bolhas" de nacionalismos identitários exacerbados. As políticas da inimizade de Mbembe prevalecem, também nas democracias onde sempre existiu grupos de pessoas consideradas como estrangeiras, indesejáveis e sem direitos:

> (...) a época privilegia a separação, os movimentos de ódio, de hostilidade e, sobretudo, a luta contra o inimigo e tudo isto é consequência daquilo a que, num vasto processo de inversão, as democracias liberais já amplamente branqueadas pelas forças do capital, da tecnologia e do militarismo, aspiraram (MBEMBE, 72, 2017).

Para concretizar as políticas de inimizade muitos países buscam implementar políticas de segurança nacional e seletividade, em que as pessoas em mobilidade transnacional estão em permanente suspeita. Isso independentemente da situação econômica dos países de destino.

Fraternidade e amizade social em um mundo fechado

Não são poucas as fronteiras ou muros que os migrantes conhecem no mundo atual. Há os muros físicos e também os invisíveis. Se as fronteiras entre Estados buscam selecionar e regular, e sobretudo, permitir que os "desejáveis" tenham a entrada permitida, os muros buscam impedir totalmente os fluxos migratórios. A migração virou para muitos Estados, motivados por discursos nacionalistas de seus respectivos governos e cidadãos, como o lugar de exercer a soberania por excelência. Na sociedade dita globalizada, a proliferação de muros que impedem a circulação das pessoas aumenta, livre circulação é um privilégio do dinheiro gerido pela "mão invisível" da sociedade capitalista em sua versão neoliberal. Marshall (6, 2018) destaca que em muitos lugares vemos paredes em construção ao longo das fronteiras. Para ele, apesar da globalização e dos avanços tecnológicos, nos sentimos mais divididos do que nunca. Nos últimos vinte anos, muros e cercas foram erguidos em todo o mundo por milhares de quilômetros. Pelo menos sessenta e cinco países, mais de um terço de Estados-nação do mundo construíram

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

barreiras ao longo de suas fronteiras; metade dos erigidos desde a Segunda Guerra Mundial foram criados no início deste milênio. Em poucos anos, os países europeus podiam contar mais quilômetros de muros, cercas e barreiras do que aqueles que existiam na fase mais crítica da Guerra Fria.

Francisco ressalta os dramas e sombras causadas por um mundo fechado. Para ele, a sociedade globalizada nos torna vizinhos, mas não nos faz irmãos e irmãs, e, então, lança um apelo para uma abertura que não ignore as identidades locais, e também apela à um projeto comum que supere as dinâmicas que coloca todos contra todos. É necessário que sejamos pertencentes de um "nós" que habita a casa comum (FT, n. 9-17).

> Neste mundo que corre sem um rumo comum, respira-se uma atmosfera em que "a distância entre a obsessão pelo próprio bem-estar e a felicidade da humanidade partilhada parece aumentar: até fazer pensar que entre o indivíduo e a comunidade humana já esteja em curso um cisma. (...) Porque uma coisa é sentir-se obrigado a viver juntos, outra é apreciar a riqueza e a beleza das sementes de vida em comum que devem ser procuradas e cultivadas em conjunto" (FT, n. 31).

O amor como fundamento do encontro com o desconhecido

As relações humanas comportam riscos, o ser humano portador de liberdade pode sempre surpreender de maneira negativa ou positiva. O ser humano carrega seus enigmas, a transparência total é algo inalcançável nas relações humanas. Esta parte de enigma ou mistério amedronta, pois, nunca se sabe o que nós ou o nosso interlocutor é capaz de fazer. Por isso, as relações humanas para que possam se desenvolver num nível satisfatório, é necessário também de uma boa fé antropológica, ou seja, a confiança livre no enigma alheio (o contrário também). Diante das experiências negativas, muitos optam pela falsa segurança do fechamento à amizade e a não aceitação do outro como ele é.

Não são poucos os testemunhos dramáticos, também contra migrantes, dessa não aceitação e inimizade. O que preocupa é que a não aceitação não se dirige na maioria das vezes ao surpreendentemente humano ou mesmo enigmático, mas a mais óbvia evidência, ou a sua parte de transparência. É, então, negado as pessoas, e também aos migrantes, de serem aceitos em suas caraterísticas mais visíveis e transparentes, como: identidade cultural, opção sexual, cor da pele, pertença religiosa, etc. Em outras palavras, não é só o enigma característico humano que assusta, é o visível, o transparente.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Diante disso, Francisco nos convida a revisitar a conhecida parábola do bom samaritano (Lc 10,25-37) e também outros aspectos da rica tradição judaico-cristã. É urgente abrir-se ao próximo sem fronteiras no amor, na confiança e na gratuidade. O papa constata que entre os cristãos não são poucos que "parecem sentir-se encorajados ou pelo menos autorizados pela sua fé a defender várias formas de nacionalismo fechado e violento, atitudes xenófobas, desprezo e até maus-tratos àqueles que são diferentes

> Às vezes deixa-me triste o facto de, apesar de estar dotada de tais motivações, a Igreja ter demorado tanto tempo a condenar energicamente a escravatura e várias formas de violência. Hoje, com o desenvolvimento da espiritualidade e da teologia, não temos desculpas. Todavia, ainda há aqueles que parecem sentir-se encorajados ou pelo menos autorizados pela sua fé a defender várias formas de nacionalismo fechado e violento, atitudes xenófobas, desprezo e até maus-tratos àqueles que são diferentes. A fé, com o humanismo que inspira, deve manter vivo um sentido crítico perante estas tendências e ajudar a reagir rapidamente quando começam a insinuar-se. Para isso, é importante que a catequese e a pregação incluam, de forma mais direta e clara, o sentido social da existência, a dimensão fraterna da espiritualidade, a convicção sobre a dignidade inalienável de cada pessoa e as motivações para amar e acolher a todos (FT, n. 86).

Sociedades abertas em busca de outras relações internacionais

As políticas migratórias nacionais são muitas vezes motivadas por um ideal de Estado que vê nas mesmas politicas uma, as vezes a única, oportunidade de revelar sua soberania. Os movimentos nacionalistas promovem com essa instrumentalização das políticas seu fechamento aos apelos internacionais, pois, são contra um globalismo imaginário e se fecham para mostrar a força de seu nacionalismo ansiado por muitos de seus habitantes.

Essa prática política revela também o seu fracasso, pois, mesmo que tentem restringir a entrada de migrantes nas fronteiras ou levantem muros, o fechamento total aos migrantes "indesejáveis" é improvável, para não dizer impossível. As fronteiras são porosas e os muros permeáveis! Neste sentido, a geração de sociedades abertas para Francisco é uma tentativa realista e que busca a integração, e pode ser para as dinâmicas e políticas migratórias uma necessária e urgente resposta diante da falência humanitária das políticas de cunho nacionalistas.

Para Francisco, as sociedades abertas não são homogêneas, mas, valorizam as identidades (o sabor local), promovem as dinâmicas de encontro e comunicação entre os participantes pautada pelo respeito às diferenças e a construção da comunhão (não da uniformização) na lógica do amor:

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

> Esta necessidade de ir além dos próprios limites vale também para as diferentes regiões e países. De facto, "o número sempre crescente de ligações e comunicações que envolvem o nosso planeta torna mais palpável a consciência da unidade e partilha dum destino comum entre as nações da terra. Assim, nos dinamismos da história – independentemente da diversidade das etnias, das sociedades e das culturas –, vemos semeada a vocação a formar uma comunidade feita de irmãos que se acolhem mutuamente e cuidam uns dos outros" (FT, n. 96).

Cada pessoa carrega consigo algo de "intransponível", mas há a possibilidade de dialogar com outras visões de mundo sem comprometer as identidades. Uma sociedade dominada pelo medo, inquietações, fundamentalismos e perigos, dificilmente fará com que os migrantes se sintam dignificados com suas diferenças, mas sim, ameaçados. A abertura não dissolve as identidades nacionais e individuais, pelo contrário, com Francisco percebemos que é o início de um novo caminho que relaciona o local e o universal e que não impede de agir em comum para a busca de pactos globais para tentar resolver problemas que nos interpelam.

Política e a amizade social

Francisco destaca que a amizade social, ou seja, o reconhecimento que todo ser humano é irmão ou irmã não é uma mera utopia e depende também de posturas políticas imbuídas de alto nível de caridade. Então, para que este nível de relação seja realizado, é necessária caridade política que preferencia os últimos da sociedade: "Trata-se de avançar para uma ordem social e política, cuja alma seja a caridade social. Convido uma vez mais a revalorizar a política, que "é uma sublime vocação, é uma das formas mais preciosas de caridade, porque busca o bem comum" (FT, n. 180).

O papa também demonstra sua preocupação e a urgência de ações políticas que busquem solucionar situações onde os Direitos Humanos são ignorados: exclusão social e econômica, tráfico de seres humanos, tráfico de órgãos e tecidos humanos, exploração sexual, trabalho escravo, incluindo a prostituição, tráfico de drogas e de armas, terrorismo e criminalidade internacional (FT, n. 188). Em muitas destas situações estão envolvidas pessoas em mobilidade, que se tornam presas fáceis diante das mesmas, sobretudo, por carências de políticas migratórias em sintonia com os Direitos Humanos.

Há alguns anos no Brasil vemos a tentativa de construir Leis que favoreçam politicas migratórias em sintonia com os Direitos Humanos. Essa tentativa teve protagonismo de muitos atores da sociedade civil, que pressionaram para que o país superasse a anacronia da lei vigente desde a

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

década de 1980, por uma nova Lei migratória que reconhecesse a dignidade da pessoa humana, o direito à liberdade de locomoção, de residência em outros países, sobretudos, os perseguidos, e de possuir uma nacionalidade. A vulnerabilidade dos migrantes reclama politicas migratórias que os proteja, integre e apoie. Com muitos avanços e retrocessos, nosso país conseguiu aprovar uma nova Lei de Migração em 2017, que tentou promover uma visão dos migrantes ausente na Lei anterior, ou seja, uma concepção pautada pelos Direitos Humanos. Mesmo com a aprovação de uma nova Lei, a luta pela a implementação da mesma sem retrocessos não terminou.

Neste sentido, Francisco destaca que a política como um todo não deve visar somente grandes resultados, mas ajudar as pessoas a viverem melhor como justificação do dom da própria vida. Para ele, a política é mais nobre que a aparência, o marketing, as diferentes formas de maquiagem midiática (FT, n. 195-197). A divisão ou a visão binária política e ideológica, diante dos problemas que requerem políticas condizentes com a situação, alimenta apenas a divisão entre as pessoas. No Brasil assistimos recentemente que o mantra recitado por alguns, imbuídos de interesses escusos, contra a corrupção não foi capaz de promover novas dinâmicas políticas. O show midiático feito gerou divisão e descrença, e colocou o país numa ciranda de violência, ódio e maldades que parece não ter fim.

Diálogo, promoção da vida e da dignidade dos migrantes

A promoção da vida e da dignidade dos migrantes leva a necessidade de refletir de forma mais aprofundada o diálogo. Tendo em vista a amizade social que promove convivência mais pacifica, justa e respeitosa. O diálogo tem várias formas e contextos, seu bom desenvolvimento certamente depende da forma como os envolvidos neste dinâmica possui do interlocutor. Dito com outras palavras, o diálogo depende da concepção prévia que se tem do "outro". Parafraseando um provérbio materno: diga-me qual a tua visão do outro, que te direis como irá se relacionar (dialogar) com ele. Não é uma lei ou regra universal, mas apenas uma experiência nascida na prática pessoal social.

O agir humano é epistemológico, então, na vivencia cotidiana da vida, grande parte das nossas ações são feitas sem terem uma teorização específica no momento que as mesmas acontecem, por exemplo, posso ser um pai e buscar educar meus filhos de determinada forma que possa estar mais ou menos de acordo com a pedagogia de um certo educador ou mesmo filósofo. Ainda que a ação tenha primazia nestes casos, em todas ações revelam formas de pensar, ou seja, conceitos e concepções! Ou, se eu me relaciono com as mulheres, me refiro a relações genéricas, de uma forma assimétrica, se sou um militante a favor de que o homem e a mulher

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

mesmo ocupando cargos iguais não devem receber o mesmo salário, por trás desta ação ou mesmo militância, tem uma visão de quem sou eu e quem é ela (no caso, a mulher ou as mulheres). Todos as nossas formas de agirmos e nos comunicarmos estão revestidas por ideias ou concepções. Quem eu sou e como devo agir em geral estão intimamente relacionados com nossas vidas. A resposta a primeira pergunta (quem sou eu?) inserida muito mais no nível do sentido, influencia a segunda (como devo agir?). Neste sentido, Francisco trata também da legitimidade presente no diálogo do "outro" ser quem ele e de ser aceito sem privações:

> O diálogo social autêntico pressupõe a capacidade de respeitar o ponto de vista do outro, aceitando como possível que contenha convicções ou interesses legítimos. A partir da própria identidade, o outro tem algo para dar, e é desejável que aprofunde e exponha a sua posição para que o debate público seja ainda mais completo. Sem dúvida, quando uma pessoa ou um grupo é coerente com o que pensa, adere firmemente a valores e convicções e desenvolve um pensamento, isto irá de uma maneira ou outra beneficiar a sociedade; mas só se verifica realmente na medida em que o referido desenvolvimento se realizar em diálogo e na abertura aos outros (FT, n. 203).

O diálogo social autêntico pressupõe a capacidade de respeitar o ponto de vista do outro, aceitando como possível que contenha convicções ou interesses legítimos. A partir da própria identidade, o "outro" tem algo para dar, e é desejável que aprofunde e exponha a sua posição para que o debate público seja ainda mais completo.

Memória e as migrações

Os fluxos recentes migrante causam muitas inquietações na população brasileira. Muitos brasileiros acham que suas oportunidades de crescimento econômicos e profissionais serão ameaçadas com a presença (ou chegada) de migrantes. Muitas vezes os migrantes são acusados de trazerem doenças, drogas e violência além de favorecerem a depreciação dos serviços públicos (já precários). Diante da guerra ao terror, que tem como símbolo maior o dia 11 de setembro de 2001, se espalhou pelo mundo a visão de que migrantes vindos de alguns países são terroristas. No Brasil, muitas pessoas e grupos reproduzem essa ou outras visões extremamente preconceituosas, sobretudo, pela internet. Outros grupos no âmbito da política e com representações na câmara de deputados ou mesmo no senado federal, militam a favor de uma suposta segurança nacional no Brasil que barre a entrada de migrantes. Muitas pessoas e grupos que promovem o preconceito e xenofobia, esquece de suas raízes migratórias pessoais e também da presença dos migrantes na construção, desenvolvimento e manutenção do Brasil.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

> No Brasil temos assistido, lido e ouvido muitas opiniões e reportagens a respeito das migrações de estrangeiros para o país. Apesar do movimento migratório para o Brasil ser novamente significativo há pelo menos três décadas, o tema agora chegou a quase todas as rodas de conversa e, especialmente, às redes sociais. De início, o fato que mais chama a atenção no discurso da população em geral é a desconexão entre as migrações do passado (de portugueses, alemães, italianos, japoneses, libaneses, entre outros), intensas no fim do século XIX e início do século XX, e as migrações de sul-americanos, haitianos e africanos que tem ocorrido ao longo dos últimos 30 anos para o Brasil (BÓGUS e FABIANO, 2015, 132-133).

Francisco destaca a importância da memória, não ignora os dramas do passado e nem propõe uma catarse coletiva que apague o passado, mas a memória ativa que busca não cometer no presente os erros do passado e que seja geradora de processos de cura para novos e diferentes encontros:

> Hoje é fácil cair na tentação de voltar página, dizendo que já passou muito tempo e é preciso olhar para diante. Isso não, por amor de Deus! Sem memória, nunca se avança; não se evolui sem uma memória íntegra e luminosa. Precisamos de manter "viva a chama da consciência coletiva, testemunhando às sucessivas gerações o horror daquilo que aconteceu", que assim "aviva e preserva a memória das vítimas, para que a consciência humana se torne cada vez mais forte contra toda a vontade de domínio e destruição". Precisam disso as próprias vítimas – indivíduos, grupos sociais ou nações – para não cederem à lógica que leva a justificar a represália e qualquer violência em nome do mal imenso que sofreram. Por isso, não me refiro só à memória dos horrores, mas também à recordação daqueles que, no meio dum contexto envenenado e corrupto, foram capazes de recuperar a dignidade e, com pequenos ou grandes gestos, optaram pela solidariedade, o perdão, a fraternidade. É muito salutar fazer memória do bem (FT, n. 249).

Paz entre as religiões

Um breve e genérico olhar nos leva a perceber com certa facilidade que alguns líderes das tradições religiosas mais presentes entres os migrantes que chegam atualmente no Brasil, viveram ou foram interpretados também em situação de deslocamentos: Abraão, Moisés, Jesus de Nazaré, Maomé, etc. Estas religiões estiveram associadas a deslocamentos, êxodos, movimentos missionários, peregrinações, e, infelizmente, não foram raros também os momentos em suas

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

histórias de protagonismos de violência, guerras, divisões e escravidão, motivando a expulsão, tráfico, deslocamentos de pessoas, etc.

Ainda que não haja no Brasil dados estatísticos sobre as religiões dos migrantes, sabemos que há uma importante presença, sobretudo, muçulmana. Num país majoritariamente cristão, chama a atenção essa incipiente presença religiosa distinta da grande maioria da população nacional, pois, há alguns lugares ou instituições que trabalham na acolhida destas pessoas em que esta pluralidade é mais visível e intensa. Sem dúvidas, no Brasil, a possibilidade dos migrantes que professam outras religiões que não as cristãs (especialmente católica e evangélica) serem rechaçados ou marginalizados é grande. Nestes casos, as religiões se tornam barreiras difíceis de transpor nas dinâmicas da acolhida dos migrantes.

Para Küng, não haverá paz no mundo, sem paz entre as religiões. E sem paz entre as religiões não haverá diálogo entre as religiões (KÜNG, 1993, 7). As religiões, apesar de suas ambiguidades, possuem um poder humanizador, que só poderá ser concretizado a partir de um diálogo inter-religioso que respeite as identidades religiosas e promova enriquecimento mútuo. O diálogo inter-religioso deve desafiar a todas as religiões e motivá-las a construção da paz. Nenhuma religião deve abster-se do diálogo inter-religioso em vista da sobrevivência humana e das tão urgentes novas formas de relação e convivialidade. Francisco nos recorda que novas formas de relação de convívio dificilmente serão concretizadas sem respeito a diversidade religiosa e diálogo:

> As várias religiões, ao partir do reconhecimento do valor de cada pessoa humana como criatura chamada a ser filho ou filha de Deus, oferecem uma preciosa contribuição para a construção da fraternidade e a defesa da justiça na sociedade. O diálogo entre pessoas de diferentes religiões não se faz apenas por diplomacia, amabilidade ou tolerância. Como ensinaram os bispos da Índia, "o objetivo do diálogo é estabelecer amizade, paz, harmonia e partilhar valores e experiências morais e espirituais num espírito de verdade e amor (FT, n. 271).

Conclusão

Vimos neste artigo algumas das enormes riquezas trazidas pela encíclica Fratelli Tutti para a acolhida de migrantes em nosso país. A encíclica traz aspectos fundamentais para tentarmos amenizar muitos dramas pelos quais passam os migrantes. Os questionamentos à comunidade internacional e aos cristãos feitos por Francisco são cada vez mais importantes. O drama, porém, está também em perceber que talvez Francisco seja uma das únicas lideranças mundiais com discursos e práticas em prol da acolhida digna aos migrantes.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Referências bibliográficas

BÓGUS, Lucia Maria M.; FABIANO, Maria Lucia Alves. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. Ponto e Vírgula, São Paulo, n. 18, p. 126-145, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/29806>. Acesso em: 15 jul. 2017.

FRANCISCO, Carta Encíclica *Fratelli Tutti*. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html> Acesso: 10 jan. 2021.

KÜNG, Hans. Projeto de ética mundial. Uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. São Paulo: Paulinas, 1993.

MARSHALL, Tim. *I muri che dividono il mondo*. Milano: Garzanti, 2018.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.

Recebido em: 07/01/2021

Aprovado em: 16/01/2021

Dados do autor

Colaborador da Missão Scalabriniana Nossa Senhora da Paz e Professor no Instituto São Paulo de Estudos Superiores (ITESP).

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

CIBERTEOLOGIA

LA POLÍTICA DEMOCRÁTICA EN *FRATELLI TUTTI*

ANÍBAL GERMÁN TORRES

Resumen: El artículo tiene el objetivo de contribuir a la comprensión del tratamiento que recibe la política democrática en la Encíclica social *Fratelli Tutti* del Papa Francisco. Particularmente, el interés se centra en la relación entre ética y política, en el contexto democrático. Para esto, el artículo recupera la noción de política en la enseñanza social de la Iglesia, y profundiza en dos aspectos que en *Fratelli Tutti* se abordan en relación con la política: el "liderazgo popular" y la "caridad política", necessária para el fortalecimiento de la democracia.

Palabras clave: *Fratelli Tutti*, Democracia, Discernimiento, liderazgo popular, caridad política

Abstract: The article aims to contribute to the understanding of the treatment that democratic politics receives in the social encyclical Fratelli Tutti of Pope Francis. In particular, the interest focuses on the relationship between ethics and politics, in the democratic context. For this, the article recovers the notion of politics in the Church's social teaching, and delves into two aspects that Fratelli Tutti addresses in relation to politics: "popular leadership" and "political charity", necessary for the strengthening democracy.

Keywords: *Fratelli Tutti*, Democracy, Discernment, Popular leadership, Political charity.

La encíclica del Papa Francisco denominada Fratelli Tutti ("Todos hermanos y hermanas", FT) viene despertando gran interés. Podemos afirmar que es un texto que interpela de manera especial y directa a quienes se dedican a la política, entendida como "una altísima vocación, (…) una de las formas más preciosas de la caridad, porque busca el bien común".[1] Para Santo Tomás de Aquino, en su comentario a la Ética de Aristóteles, la política adquiere el nivel de "máxima ciencia arquitectónica". Según Diego Fares, con tal expresión, el Aquinate "entiende indicar que la política preescribe a las demás ciencias lo que deben hacer. Ella considera y promueve el fin (bien común), armoniza el orden de las partes (la ley) y remueve los impedimentos (los enemi-

[1] FT 180.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

gos)".[2] A diferencia de *Laudato Si'* (LS), en su segunda encíclica social Francisco le dedica un capítulo completo a "la mejor política" y repara particularmente en una de las formas de gobierno en el marco de la cual se desarrolla tal actividad, aspectos que tienen implicancias para la ética social. Por este tipo de hechos entendemos que el Papa avanza decididamente en la renovación en la continuidad y en la continuidad en la renovación del Pensamiento Social de la Iglesia.

Democracia y líderes populares

Fratelli Tutti es el primer texto del Magisterio de Francisco que menciona expresamente a la democracia. Tomando las tres encíclicas que publicó hasta el momento, vemos que en la poco citada Lumen Fidei (vale aclarar, un texto escrito "a cuatro manos" –con Benedicto XVI–, que en sentido estricto no forma parte del Magisterio social) se menciona que la fe "nos enseña a identificar formas de gobierno justas".[3] En *Laudato Si'* podemos decir que la alusión a la democracia es implícita, por ejemplo en las referencias a los "intereses electorales", a "cada vez que cambia un gobierno" y a "período de gobierno".[4]

Pero en *Fratelli Tutti* el Papa explícitamente alude al régimen político democrático en cinco ocasiones: critica que las "grandes palabras" como "democracia, libertad, justicia, unidad" sean "manoseadas y desfiguradas para utilizarlas como instrumento de dominación";[5] muestra preocupación por los "ingentes intereses económicos" que están en juego en el "mundo digital", "creando mecanismos de manipulación de las conciencias y del proceso democrático";[6] llama la atención sobre "palabras como libertad, democracia o fraternidad [que] se vacían de sentido" cuando el "sistema económico y social produzca una sola víctima y haya una sola persona descartada";[7] advierte que se corre el peligro de "eliminar la misma palabra 'democracia'", a causa de "[l]a pretensión de instalar el populismo como clave de lectura de la realidad social", tergiversación que tiene entre sus debilidades "que ignora la legitimidad de la noción de pueblo";[8] y reclama el reconocimiento de los "movimientos populares", puesto que de lo contrario "la democracia se atrofia, se convierte en un nominalismo, una formalidad, pierde representatividad, se va desen-

[2] Fares, Diego (2016). "El Papa Francisco y la política", *Criterio*, n. 2424. Recuperado de: <https://www.revistacriterio.com.ar/bloginst_new/2016/04/01/el-papa-francisco-y-la-politica/>.

[3] LF 55.

[4] LS 178 y 181.

[5] FT 14.

[6] FT 45.

[7] FT 110.

[8] FT 157.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

carnando porque deja afuera al pueblo en su lucha cotidiana por la dignidad, en la construcción de su destino".[9] En resumen, así como hay un reconocimiento expreso de la democracia, vemos que los señalamientos de Francisco muestran una acentuada preocupación por su posible pérdida de sentido, por quedar reducida meramente al ámbito de lo formal, con el peligro de ser apropiada por las elites económicas, que dejan al pueblo sin incidencia en la toma de decisiones.

Además de tales observaciones, queremos destacar la marcada vocación de Francisco por renovar el diálogo con los políticos, sobre todo en el contexto de la democracia representativa, sin descuidar la dimensión participativa. En *Fratelli Tutti* hay una intención por contribuir a orientar éticamente a los responsables de las relaciones entre los Estados.[10] Como hijo espiritual de San Ignacio de Loyola, el Papa Bergoglio conoce muy bien el arte de formar en la *ciencia del discernimiento* particularmente a quienes tienen funciones de gobierno, para que sean "líderes populares", es decir "capaces de interpretar el sentir de un pueblo, su dinámica cultural y las grandes tendencias de una sociedad".[11] Francisco reivindica el "liderazgo popular" y previene contra sus degradaciones: la desfiguración de la palabra "pueblo" y el "inmediatismo".[12]

Tal diálogo con los políticos es abierto y sincero, sin excluir a nadie. Esto significa que no se trata de hablar exclusivamente con quienes se reconocen como parte de la Iglesia o están cerca de sus posicionamientos, sino también con quienes pueden llegar a tener posturas disonantes y hasta ideológicamente antagónicas. Sin dudas, aquí hay un gran desafío. Recordemos que en *Evangelii Gaudium* (EG), al decirnos que "el modelo es el poliedro, que refleja la confluencia de todas las parcialidades que en él conservan su originalidad", Francisco señala para la "acción pastoral" y la "acción política" que "[a]ún las personas que puedan ser cuestionadas por sus errores, tienen algo que aportar que no debe perderse".[13] En *Fratelli Tutti* va más lejos, afirmando (al comentar la parábola del buen samaritano): "La paradoja es que a veces, quienes dicen no creer, pueden vivir la voluntad de Dios mejor que los creyentes".[14]

Se trata de señalamientos que claramente tienen implicancias para la política democrática, donde es necesario hacer realidad el "sueño de fraternidad y amistad social"[15] en cada pueblo y

9 FT 169.

10 FT 126 y 127.

11 FT 159.

12 FT 160 y 161.

13 EG 236.

14 FT 74.

15 FT 6.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

entre los pueblos. Recordando que "la unidad es superior al conflicto",[16] hay que saber trascender las lógicas partidarias en pos de construir (en unión y distinción) la "cultura del encuentro", que se opone a la "cultura del enfrentamiento".[17]

La "caridad política", necesaria para fortalecer la democracia

Francisco señala cuál es el criterio de la "buena política": aquella que "une al amor la esperanza, la confianza en las reservas de bien que hay en el corazón del pueblo, a pesar de todo",[18] la política en la cual *el poder es servicio*, no omnipotencia o prepotencia, sí "amor social" operante (efectivo) que edifica "un mundo nuevo".[19] Y concluye su capítulo dedicado a "la mejor política" dejando estos interrogantes para que el político (de vocación o de profesión), mediante el *discernimiento*, pueda llegar a ser un líder popular: "Pensando en el futuro, algunos días las preguntas tienen que ser: '¿Para qué? ¿Hacia dónde estoy apuntando realmente?'. Porque, después de unos años, reflexionando sobre el propio pasado la pregunta no será: '¿Cuántos me aprobaron, cuántos me votaron, cuántos tuvieron una imagen positiva de mí?'. Las preguntas, quizás dolorosas, serán: '¿Cuánto amor puse en mi trabajo, en qué hice avanzar al pueblo, qué marca dejé en la vida de la sociedad, qué lazos reales construí, qué fuerzas positivas desaté, cuánta paz social sembré, qué provoqué en el lugar que se me encomendó?'".[20]

Sin dudas un líder popular fue Abraham Lincoln. Destacamos su alto compromiso personal con la sanción de la XIII Enmienda (1865) para abolir la esclavitud en los Estados Unidos, lacerado por la guerra civil. En el film que le dedicó Steven Spielberg (2012),[21] se pone en boca del representante del sector radical del partido republicano, Thaddeus Stevens (interpretado por Tommy Lee Jones), estas palabras: "la medida más importante del siglo XIX aprobada gracias a la corrupción urdida por el hombre más puro de América".

La alusión al término "corrupción" nos puede dejar un tanto perplejos, máxime habiendo sido Lincoln formado en un hogar baptista, alguien definido como un "apasionado de Dios" y gran lector de la Biblia.[22] Consideramos que la frase nos debe inspirar un sereno y renovado

16 FT 245.

17 FT 30.

18 FT 196.

19 FT 183.

20 FT 197.

21 Película basada en el libro de Doris K. Goodwin (2005). *Team of Rivals: The Political Genius of Abraham Lincoln*.

22 Malavia, Miguel A. (2019). La fe de Abraham Lincoln, *Vida Nueva*. Recuperado de: <https://www.vidanuevadigital.com/2019/05/02/la-fe-de-abraham-lincoln/>.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

abordaje de la relación entre ética y política, evitando dos tentaciones ideológicas: el rigorismo purista (como si la política no fuese hecha por varones y mujeres concretos, con sus luces y sombras) y el laxismo autonomista (como si se deba renunciar a que la ética ayude, corrija y oriente a la política, abierta cada una a "un intercambio de dones"[23]). A su vez, como enseñaba Juan Carlos Scannone, el recordado maestro del Papa, es bueno tener presente que la trascendencia permea "a la ética, de 'gratuidad' – que la libra de todo rigorismo –, y a la política, de 'amistad' social, más allá de la mera justicia, aunque presuponiéndola".[24]

En su histórica visita al Congreso de los Estados Unidos (2015), Francisco expresó que allí "la democracia está radicada en la mente del pueblo" y dijo que hablaba "como hijo de inmigrantes". Ante los congresistas recordó positivamente a cuatro "ciudadanos" de dicho país, entre ellos un político profesional: Lincoln. No sin admiración, el Papa le dedicó estas palabras: "Estamos en el ciento cincuenta aniversario del asesinato del presidente Abraham Lincoln, el defensor de la libertad, que ha trabajado incansablemente para que 'esta Nación, por la gracia de Dios, tenga una nueva aurora de libertad'. Construir un futuro de libertad exige amor al bien común y colaboración con un espíritu de subsidiaridad y solidaridad".[25]

Esa valoración positiva nos permite recordar que, como insistía el tres veces presidente argentino Juan Domingo Perón, "la política no se aprende, la política se comprende". Así, con actitud comprensiva y realista, Francisco, por un lado, llama a "rechazar el mal uso del poder, la corrupción, la falta de respeto a las leyes y la ineficiencia".[26] Por el otro lado, afirma que "[c]ualquier empeño"[27] en la construcción de "una amistad social que integre a todos" llega a ser "un ejercicio supremo de la caridad". Y esto se entiende en el sentido de que "un individuo puede ayudar a una persona necesitada, pero cuando se une a otros para generar procesos sociales de fraternidad y de justicia para todos, entra en 'el campo de la más amplia caridad, la caridad política'. Se trata de avanzar hacia un orden social y político cuya alma sea la caridad social".[28] De manera que, en línea con la tradición agustiniana, la justicia es la medida de la buena política. Lo que al fin

23 EG 246.

24 Scannone, Juan C. (2012). La trascendencia como intrínsecamente constitutiva de ética y política, *Open Insight*, v. III, n. 3 (Enero), p. 124.

25 Papa Francisco (2015). Visita al Congreso de los Estados Unidos de América. Recuperado de: <http://www.vatican.va/content/francesco/es/speeches/2015/september/documents/papa-francesco_20150924_usa-us-congress.html>.

26 FT 177.

27 Consideramos que en el fondo aquí está presente la máxima ignaciana: "…tengamos con otros la misma orden que el enemigo [de la naturaleza humana] tiene con una buena ánima *todo para el mal*, nosotros todo *para el bien*, es a saber: el enemigo entra con lo otro y sale consigo…" (Cf. *Ejercicios Espirituales* 332).

28 FT 180.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

de cuentas importa es obrar políticamente con *magnanimidad*, que desde la tradición jesuita el Papa entiende como "no tener límites para lo grande, para lo mejor y más bello, pero al mismo tiempo [estar] concentrados en lo pequeño, en la entrega de hoy".[29]

Todos estos señalamientos tienen fuertes implicancias para la situación actual de la democracia, a la cual Francisco alude desde la etimología del término: "gobierno del pueblo".[30] En las antípodas de la anti-política que conlleva el "paradigma tecnocrático",[31] con *Fratelli Tutti* el Papa hace una apuesta renovada y contundente por "rehabilitar una sana política",[32] llamando la atención sobre la necesidad de poner a la democracia, en definitiva, a salvo de dos amenazas: ciertas "formas populistas" y ciertas "formas liberales", cuya dificultad compartida es la incapacidad "para pensar un mundo abierto que tenga lugar para todos, que incorpore a los más débiles y que respete las diversas culturas".[33] La *caridad política* se revela como la propuesta superadora ante tales peligros y es la clave para fortalecer la democracia. A partir del diálogo con quienes se comprometen activamente con la caridad política y por ende, trabajan por la justicia social y el desarrollo humano integral para todos, retomamos la frase de Lincoln en su célebre discurso de Gettysburg en 1863 (citado en parte por el Papa en el Capitolio) y nos animamos a pedir que el mundo "por la gracia de Dios, tenga una nueva aurora de libertad, y que el gobierno del pueblo, por el pueblo y para el pueblo no desaparezca de la faz de la tierra".[34]

Recebido em: 10/01/2021

Aprovado em: 21/01/2021

Dados do autor

Doutor em Ciência Política. Professor de graduação da Pontifícia Universidade Católica Argentina (campus Rosário), da Universidade Nacional de Rosário e professor de pós-graduação da Universidade Nacional de San Martín (Buenos Aires). Membro do Grupo Farrell de Pensamento Social da Igreja, do GT CLACSO El Futuro del Trabajo y el Cuidado de la Casa Común y de la red de eticistas *Catholic Theological Ethics in the World Church.* Correo electrónico: <anibalgtorres@hotmail.com>.

29 *Gaudete et Exsultate* 169.

30 FT 157.

31 LS 166.

32 FT 168.

33 FT 155.

34 Cit. en Malavia, "La fe de Abraham Lincoln".

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

CIBERTEOLOGIA

UM SÓ CORPO: IDENTIDADE E DIFERENÇA NAS ASSEMBLEIAS PAULINAS

ONE BODY: IDENTITY AND DIFFERENCE IN THE PAULINE ASSEMBLIES

HAMILTON CASTRO DA SILVA

Resumo: Este artigo objetiva apresentar o desenvolvimento de uma escola paulina após a morte do apóstolo Paulo. Esta escola procurava responder as contingências no interior das comunidades de crentes em Cristo, utilizando a autoridade de Paulo na produção de cartas. Num período marcado pelo esfriamento da espera da parúsia e o deslocamento da atenção para o entendimento com o Império Romano. Portanto, as condições sociais provocadas pela morte de Paulo, colocou a segunda e a terceira geração de crentes em Cristo em situações de conflito e ausência de sentido. Diante do exposto, este texto se concentra nas cartas consideradas autênticas de Paulo e, assim, a partir da expectativa da crença na parúsia, as comunidades paulinas são orientadas a se organizarem como um só corpo e, assim, manterem a unidade, apesar das diferenças sociais que caracterizavam a sociedade greco-romana.

Palavras-chave: Paulo. Identidade. Diferença. Corpo. Comunidades Paulinas.

Abstract: This article aims to present the development of a Pauline school after the death of the apostle Paul. This school sought to respond to contingencies within the communities of believers in Christ, using Paul's authority for the production of letters. In a period marked by the cooling of the waiting time for the parousia and the shift of attention towards understanding with the Roman Empire. Therefore, the social conditions caused by the death of Paul, placed the second and third generation of believers in Christ in situations of conflict and meaninglessness. Given the above, this text focuses on the letters considered authentic by Paul and, thus, from the expectation of the belief in the parousia, the Pauline communities are oriented to organize themselves as one body and, thus, to maintain unity, despite the differences characteristics that characterized the Greco-Roman society.

Keywords: Paulo. Identity. Difference. Body. Pauline Communities.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Introdução

Paulo acreditava estar vivendo no fim dos tempos e, assim, não havia necessidade de um sistema hierarquizado de liderança e organização na Igreja. Paulo administrava as comunidades de crentes em Cristo numa perspectiva de curto prazo e durante esse período intermediário, ou seja, entre a ressurreição de Jesus e o final dos tempos, o Espírito de Deus estaria com a Igreja. Assim, os crentes em Cristo estariam equipados com algum dom, ou seja, todos eram iguais. Escravos estariam no mesmo nível que os senhores, as mulheres eram iguais aos homens e, assim, existia igualdade.

Também existiam divisões e conflitos nessas assembleias, alguns membros processavam outros, os serviços religiosos apresentavam problemas e existiam discordâncias em relação a questões éticas, como se era correto comer carne sacrificada a ídolos pagãos. Para corrigir esses problemas, Paulo recorre à Igreja e aos indivíduos pertencentes a ela para que ajam em unidade. Ele os orienta para utilizarem os dons espirituais visando o bem comum da comunidade. Exorta-os a manterem unidade diante das diferenças, isto é, eles não deveriam desenvolver hierarquias dentro das relações sociais praticadas no interior das assembleias.

1. Paulo e as Assembleias Paulinas

Quando falamos sobre Paulo, devemos ter em mente, que existe um Paulo histórico, mas existe também um Paulo depois de Paulo. Esse Paulo a-histórico foi construído por pessoas que tinham uma admiração por ele. Entretanto, estes admiradores de Paulo, criaram um personagem que se tornou objeto de diversas acusações (FIGUEIREDO; CATENASSI, 2018).

Essa percepção nos estudos bíblicos tornou-se evidente a partir do século XIX, período em que os pesquisadores colocaram em evidência a inserção do apóstolo Paulo em esquemas percepção no ambiente de seus admiradores (ARBIOL, 2028). Estes grupos funcionavam como escolas e objetivavam a atualização da tradição paulina. Essa escola paulina funcionaria como um espaço de recepção da tradição e, provavelmente, recebeu influência dos colaboradores de Paulo (SCHNELLE, 2010, p.175).

Nesse horizonte, os seguidores de Paulo tiveram que responder a determinadas demandas num período posterior a morte do apóstolo. Na ausência de Paulo, estes grupos paulinos decidiram produzir textos que tinham a função socioteológica de adaptar o projeto de Paulo dentro de um tecido social hierarquizado. Esses escritos ficaram conhecidos como deuteropaulinos, produto de um processo de estética de recepção das cartas de Paulo (DETTWILLER, 2011, p. 439).

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Nessa perspectiva, eles desenvolveram uma atividade de manutenção da herança paulina mediante coleção e redação dos escritos paulinos, produzindo ao mesmo tempo sua própria produção literária (cartas deuteropaulinas) (DETTWILLER, 2011, p. 440).

A língua materna do Paulo histórico foi o grego, sendo criado em Tarso, seu trabalho missionário se estendeu em sua maior parte na Ásia Menor e na Grécia, isso indica uma cultura helenística sobre o apóstolo (ARBIOL, 2018, p. 167). Paulo recebeu uma educação no farisaísmo, como atestam os textos de Filipenses 3.5-6 e Gálatas 1.14 (DETTWILLER, 2011, p. 449). O registro em Atos 22.3; 26.4-5 nos informa que Gamaliel foi o mentor de Paulo em Jerusalém. Todavia, de acordo com Bultmann, essa informação é questionável:

> Antes de sua conversão, Paulo talvez jamais tenha estado em Jerusalém, e é uma lenda aquilo que At 7.58-8.3 relata a respeito de sua participação no apedrejamento de Estevão, assim como a informação de At 22.3 de que ele teria sido discípulo de Gamaliel (2000, p. 81).

Provavelmente, Paulo não recebeu sua formação farisaica fora de Jerusalém, notícias sobre escolas superiores judaicas fora de Jerusalém são bastante escassas (HEYER, 2008). Além, do mais, Jerusalém era o centro de formação dos fariseus (DETTWILLER, p. 446; VERMES, 2006, p. 271).

Após os acontecimentos de Damasco, entre os anos 30 e 48, Paulo foi se familiarizando com as tradições dos crentes em Cristo. A comunidade Antioqueana e de Damaso parece ter tido influência sobre sua identidade religiosa (ARBIOL, 2018). Algumas tradições pré-paulinas encontradas em certas cartas autênticas, demonstram que Paulo absorveu tradições eclesiásticas nessas comunidades (DETTWILLER, 2011, p. 446).

Paulo não era um pregador nômade, suas cartas mencionam cerca de quarenta personagens que devem ser consideradas como colaboradoras e colaboradores. Pertenciam ao grupo mais próximo de Paulo, primeiramente Barnabé (At 15,36-40; Gl 2,13), Silvano (1Ts 1,1), Timóteo (1Ts 1,1; 2Co 1,1; Fl 1,1; Fm 1); Tito, Sóstenes (I Co 1,1) e outros (SCHNELLE, 2010, p. 177). Portanto:

> Os colaboradores e as colaboradoras de Paulo eram, em sua maioria, delegados das comunidades fundadas pelo apóstolo. Nessa função, participavam do projeto missionário de Paulo, mantendo o vínculo com as comunidades [.] e assumindo sua tarefa, pontual de corredatores das cartas de Paulo [.] Em outras palavras: esse grupo de colaboradoras e colaboradores constitui provavelmente o grupo central da "escola paulina" (DETTWILLER, 2011, p. 450-451).

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Partimos do pressuposto que seis escritos que fazem parte do *corpus paulinum* devem ser compreendidos como deuteropaulinos, obras que possuem a pretensão de pertencerem a Paulo. Todavia, estes textos foram produzidos por pessoas desconhecidas num período posterior à morte do apóstolo. Entretanto, este grupo redacional estava bem familiarizado com a herança paulina (DETTWILLER, 2011, p. 447-448).

As cartas deuteropaulinas (Cl, Ef, 2Ts) indicam a existência de uma escola paulina que deu continuidade ao legado do apóstolo, após sua morte (SCHNELLE, 2010, p. 179). Helmut Koester (2012, p. 317), acerca das cartas pastorais, nos informa que "essas três cartas, que formam uma unidade em sua linguagem, conceitos teológicos e intenção, e que foram redigidas pelo mesmo autor, diferem acentuadamente de todas as outras cartas do corpus paulino". Bornkamm entende que na Igreja antiga circularam muitas epístolas inautênticas produzidas com o nome de Paulo (2009, p. 366).

Quais seriam as necessidades de produção da literatura deuteropaulina? Ou seja, por que esses grupos paulinos não escreveram utilizando seus próprios nomes, mas recorreram ao nome do apóstolo Paulo? Queriam uma maior valoração e legitimação dos seus escritos? A resposta precisa ser abordada a partir do caráter transitório da pseudepigrafia do Novo Testamento, tendo em vista que estes escritos foram produzidos entre 70 e 110 (ARBIOL, 2018).

Partindo deste contexto, a melhor resposta seria que literatura deuteropaulina surgiu como necessidade de resposta no ambiente das discussões eclesiológicas. Observe:

> Não existia outra autoridade eclesial da envergadura de Paulo nesse período. Somente falando em nome de Paulo é que se tinha a chance de ser entendido nas comunidades paulinas. Fenômeno paradoxo à primeira vista apenas: a morte de Paulo suscitou ao mesmo tempo sua ressurreição literária pela emergência da literatura deuteropaulina (DETTWILLER, 2011, p. 453).

Diante desse cenário, a morte do apóstolo, que representava uma figura de estabilidade, provocou insegurança nas comunidades paulinas (DETTWILLER, 2011, p. 453), tendo em vista que o processo de desenvolvimento de liderança eclesiástica estava num estágio recente e rudimentar. A manutenção e atualização da herança paulina tornava-se um problema crítico e emergente.

A Igreja de II Pedro se encontrava com o problema da interpretação das cartas de Paulo, em relação aos demais escritos (THEVISSEN; KAHMANN; DEHANDSCHUTTER, 1999, p. 173). Na ausência do apóstolo, os portadores da tradição paulina, aparentemente não tinham

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

outra opção, senão a utilização da autoridade paulina para legitimar seus escritos, recorrendo a pseudepigrafia (CULLMANN, 2003, p. 65; DETTWILLER, 2011, p. 453).

Um indício em prol da hipótese da escola paulina está vinculado à constituição do *corpus paulinum*, mediante o processo de cópias dos manuscritos (PAROSCHI, 2012, p. 85-86). Desde o início, as cartas de Paulo foram lidas em voz alta nas comunidades (1Ts 5,27; Rm 16,16; Gl 1,2; Cl 4,16). Colossenses, a carta deuteropaulina mais antiga, informa à troca das cartas, "Quando tiverdes lido a minha carta, empenhai-vos para que a leiam também na Igreja de Laodiceia. Quanto a vós, lede a que vier de Laodiceia" (Cl 4,16) (DETTWILLER, 2011, p. 453).

2 Tessalonicenses pressupõe o conhecimento de cartas paulinas falsificadas (2Ts 2,2; 3,17). Durante a vida de Paulo, suas cartas já apontavam autoridade (2Co 10.10), indicando o motivo para que fossem reunidas e colecionadas posteriormente.

Essas observações apontam para a autoridade atribuída a Paulo nas igrejas paulinas, durante o período de vida do apóstolo. Entretanto, logo após a morte de Paulo, suas cartas passaram por ligeiras modificações (DETTWILLER, 2011, p. 454). Textos ou fragmentos textuais que foram inseridos ulteriormente em suas cartas (Rm 16.25-27; 1Co 14.33b-36; 2Co 6.14-7.1).

Assim, II Coríntios parece ser uma composição ulterior de vários fragmentos de cartas do Paulo histórico (STEGEMANN; STEGEMANN, 2004, p. 334-341). Alguém teve que reunir os fragmentos da carta ou a própria carta para apresentar uma redação coerente (DETTWILLER, 2011, p. 454). Parece que o processo de coleção e de classificação das cartas paulinas estava bem avançado no fim do primeiro século ou início do segundo (DETTWILLER, 2011, p. 455).

Desde o século II, as cartas de Paulo circularam em forma de coleção, e não separadamente. Foi como coleção que os cristãos do século II em diante as conheceram (BRUCE, 2011, p. 118). A primeira evidência para a existência de uma coleção é apresentada por Marcião no século II d.C. (DETTWILLER, 2011, p. 455). Nas palavras de F. F. Bruce:

> A edição de Marcião das cartas de Paulo (seu Apóstolo), publicada por volta de 144, baseou-se mais provavelmente um códice paulino que lhe era conhecido, que (semelhante à própria edição de Marcião) não incluía nem Hebreus, nem as epístolas pastorais. A inferência mais natural dessa evidência como a temos, sugere que a edição original da coleção das obras paulinas continha somente dez cartas (2011, p. 119).

Provavelmente, as pastorais tenham sido incluídas na coleção das cartas de Paulo, como resposta da igreja católica à atitude do Marcião de apresentar um "cânon" as comunidades cristãs

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

(BRUCE, 2012, p. 120). Parece que Marcião não conhecia as cartas pastorais. Assim, de acordo com Koester:

> Dúvidas sobre a autenticidade das Epístolas Pastorais foram levantadas já no início do século XIX; estudos recentes acumularam um número tão impressionante de argumentos conclusivos contra a autenticidade dessas cartas, que só é possível manter a autoria paulina com base em hipóteses intrincadas e numa torrente de improbabilidades históricas (2012, p. 317).

Essa identificação de cartas deuteropaulinas e cartas pastorais são fundamentadas em diferenças de estilo, vocabulário e conteúdo em relação ás sete epístolas autênticas. As cartas produzidas após a morte de Paulo foram escritas em seu nome dentro de uma tradição posterior e mostram-se, na verdade, contra o Paulo histórico, ou seja, são produções "antipaulinas em certos assuntos, como escravidão e ao patriarcado, assuntos em relação aos quais o radicalismo do Reino de Deus nega, muito óbvia e praticamente, a normalidade do Reino de Roma" (CROSSAN, 2009, p. 91).

Portanto, apresentada a distinção do Paulo histórico e do Paulo a-histórico, podemos perguntar: Como o apóstolo Paulo abordava a unidade na igreja? Quais as diferenças que existiam nas assembleias paulinas? Quais princípios eram importantes para Paulo, no que tange a identidade da igreja? Vamos procurar responder estas perguntas a partir das cartas autênticas de Paulo, verificando a identidade, diferença e os princípios apresentados pelo apóstolo, que visavam à manutenção da unidade na comunidade (COELHO, 2015).

2. Primeiros desafios e conflitos nas assembleias paulinas

A combinação do que era novidade com o mundo conhecido, forneceu aos grupos de Paulo uma identidade mais definida e, também, mais reconhecível (ARBIOL, 2018, p. 105). A mensagem da cruz poderia conceder vantagens sociais e estruturas simbólicas que traziam um sentimento de pertencimento aos indivíduos que faziam parte das comunidades paulinas. Nestes grupos de pertencimento, existiam alguns judeus, assim, como também, alguns dos chamados "tementes a Deus", isto é, grupos de gentios crentes em Yahweh. Existiam também gentios, alguns deles, artesãos ou de círculos sociais, que participavam regularmente de alguma associação voluntária, é possível que alguns fossem oriundos das religiões de mistério (ARBIOL, 2018, p. 105).

A incorporação à igreja oferecia muitas das vantagens que estas instituições possuíam. Todavia, não era uma tarefa fácil pertencer à comunidade e pertencer a uma sinagoga, um culto e etc.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Encontramos um caso particular deste no ambiente de Corinto por volta do ano 52 d.C., nesta localidade podemos encontrar as dificuldades para pertencer a novidade (assembleias paulinas) e conservar as relações sociais na sociedade greco-romana (ARBIOL, 2018, p. 106).

As dificuldades sociais ocorriam devido às festividades que aconteciam nas cidades, participar dessas festas poderia proporcionar algumas vantagens para um cidadão ou estrangeiro. De acordo com Ferreira, naquela época, "o consumo da carne não era comum. Ela estava à disposição em geral, nas grandes festas, em sacrifício. As sobras eram vendidas. Ora, quem podia comprar eram os ricos" (2013, p. 108).

Nestas festividades se organizavam comidas para serem consumidas e, assim, as carnes dos animais eram sacrificadas à divindade que patrocinava o evento, que poderia ser uma homenagem ao Imperador. Essa carne consumida e sacrificada era, ritualmente, uma demonstração de comunhão de cada pessoa com a divindade patrona e os convidados/participantes que estavam presentes (ARBIOL, 2018, p. 106).

As pessoas que habitavam nas cidades não queriam perder essas novidades, somente aqueles que tinham alguma incompatibilidade por causa de sua forma de expressão cúltica, como alguns judeus. Portanto, aqueles que tinham problemas de consciência, procuravam se abster destas reuniões, com as desvantagens de serem reconhecidos a partir de uma perspectiva de "receios, rotulação, hostilidade ou segregação" (ARBIOL, 2018, p. 106).

Quando Paulo chegou a Corinto no ano 51 d.C. e se pôs a trabalhar como artesão, foi criada uma assembleia de crentes em Cristo. Ao término de um pouco mais de um ano (At 18,11), depois que Paulo tinha saído em viagem à cidade de Éfeso, surgiu a ocasião de colocar à prova o sentimento de pertencimento: alguns crentes tiveram a oportunidade de participar de um banquete sacrificial, possivelmente um convite feito por parte de pessoas que não eram crentes (1Co 10,1-22) (ARBIOL, 2018, p. 106).

Este fato gerou diversos posicionamentos distintos, contendas e conflitos na assembleia: um grupo gostaria de participar, outros, não queriam nem aceitavam que outros o fizessem; para estes, comer carne oferecida e sacrificada aos ídolos era idolatria (ARBIOL, 2018, p.106). Nessa perspectiva, os "fortes" não viam problema no consumo de carnes oriundas dos sacrifícios pagãos. Eles tinham condições financeiras para poder comprar essas carnes e não se sentiam moralmente incomodados, isto é, não conseguiam ver nenhum problema no consumo.

Entretanto, os "fracos" que não tinham dinheiro e, também, não possuíam orientação sobre o significado dos rituais por trás do sacrifício, decidiram não comer as carnes oferecidas às

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

divindades. Assim, estas questões foram levantadas e encaminhas ao apóstolo Paulo (FERREIRA, 2015, p. 108).

A partir deste quadro referencial, Estéfanas, Fortunato e Acaico (1Co 16,17), foram se encontrar com Paulo para informá-lo sobre estes conflitos. Mas, o apóstolo estava iniciando um trabalho em Éfeso que não poderia ser deixado (1Co 16,8). Todavia, Paulo envia uma carta aos coríntios oferecendo uma solução para este problema (à qual se encontra em 1Co 10,1-22). Sobre esta carta de correção, Arbiol nos informa que:

> Nela, dá razão aos que consideram que participar dessas refeições é idolatria, é como entrar em comunhão com deuses falsos ("ídolos", "demônios", 1Co 10,19-20), e lhes responde firmemente: "Não quero que entreis em comunhão com os demônios. Não podeis beber o cálice dos demônios. Não podeis participar da mesa do Senhor e da mesa dos demônios. Ou queremos provar o ciúme do Senhor? Seríamos mais forte do que ele?" (2018, p. 107).

Esta resposta taxativa e bem direta não agradou algumas pessoas, não participar dessas refeições, poderia trazer perda do prestígio social e uma perda econômica. Assim, este grupo decide escrever uma carta a Paulo com várias perguntas, eles decidiram apresentar os seus próprios argumentos a partir de uma lógica teológica, procurando justificar a participação nas festividades. Eles se basearam em um princípio bem simples: o monoteísmo. Mas, a compreensão e a utilização da liberdade é também um tema importante para Paulo e necessitava de sua orientação para resolver um conflito entre "fracos" e "fortes" em Corinto (1Co 8,1-11,1) (ARBIOL, 2018, p. 107).

Estes conflitos foram produzidos a partir de diferentes percepções, nessa fase da correspondência de Paulo com os coríntios, as perguntas procuravam encontrar soluções, isto é: os membros da comunidade de Corinto poderiam comer carne no mercado? Os crentes de Corinto poderiam aceitar convites para se alimentarem com pessoas que não pertenciam à comunidade? Até que ponto participar dessas refeições afetava o relacionamento com Cristo? Um membro do corpo de Cristo poderia participar das refeições destinadas ao panteão dos deuses nos templos pagãos?

Paulo procurou responder essas perguntas de tal maneira que a comunidade se tornou consciente dos conflitos que estavam por trás desses questionamentos (ARBIOL, 2018, p.108). Os coríntios afirmavam que como o próprio Paulo lhes havia dito, só existe um Deus e, portanto, não existe outro Deus e, assim, não possui valor sacralizado, mesmo que algumas pessoas possam acreditar em outras divindades. Quando Paulo leu estes argumentos, não pode senão admiti-lo e escreveu:

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

> No que ser refere às coisas sacrificadas a ídolos, reconhecemos que todos somos senhores do saber. O saber ensoberbece, mãos o amor edifica. Se alguém julga saber alguma coisa, com efeito, não aprendeu ainda como convém saber. Mas, se alguém ama a Deus, esse é conhecido por ele. No tocante à comida sacrificada a ídolos, sabemos que o ídolo, de si mesmo, nada é no mundo, e que não há senão um só Deus (1Co 8,1-4).

Portanto, a participação nas comidas que faziam parte dessas festividades fica dessacralizada e, portanto, autorizada, "legitimada porque carece de sentido teológico para aqueles que creem no Pai como único Deus e em Jesus como único Senhor" (ARBIOL, 2018, p. 107). Nas palavras de Ferreira:

> O v. 1, quando disse que "todos temos a ciência exata" (*pántes gnósin échomen*), era uma referência aos "fortes". A explicação virá, daqui a pouco, no v.4. Paulo não abominou a ciência, porém, com os pés no chão, percebeu que quem se baseava somente na ciência, podia "inchar", ou seja, podia criar uma falsa segurança ou tornar-se prepotente. O que construía era a vida da caridade (amor). Esta colocava até os preparados, cientificamente, com os pés no chão. Ninguém se ensoberbeceria, vivendo o amor. Por isso, quem "ama a Deus", por ele "é conhecido". O ideal era que o conhecimento e o amor caminhassem juntos (2013, p. 109).

Os "fortes" entendiam que os ídolos não existiam, consequentemente, isso significava que eles poderiam comer as carnes sacrificadas aos deuses pagãos. Os "fortes" em Corinto não viam problemas nessa prática. Os "fortes" em Corinto pensavam a partir de uma perspectiva monoteísta, isto é, os fortes, que se baseavam no conhecimento, afirmavam ser monoteístas, e entendiam que "um ídolo não é no mundo e não há outro Deus a não ser o Deus único" (FERREIRA, 2015, p. 109).

Entretanto, os "fracos" não pensavam dessa forma, a participação nessas festividades significava participação de rituais que envolviam a crença em outros deuses, isso era visto por eles como idolatria. Diante destes conflitos, Paulo orienta que os coríntios estavam autorizados à participarem dessas refeições, quer ocorresse na casa de um não crente (1Co 10,27), quer fosse em um templo pagão (ARBIOL, 2018, p. 107). Nas palavras de Schnelle:

> Paulo compreende a liberdade de modo severamente cristológico: "Pecando assim contra vossos irmãos e ferindo a sua consciência, que é fraca é contra Cristo que pecais" (1Co 8,12). Esta advertência aos "fortes" revela o fundamento do conceito

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

> paulino de liberdade. A liberdade cristã é para Paulo uma liberdade adquirida para nós por Jesus Cristo, de modo que o abuso dessa liberdade, sendo uma conduta somente para os cristãos, parece simultamente como uma conduta errada diante de Cristo (2010, p. 263).

Todavia, o problema assumiu outras proporções, "porque Paulo se reservou uma condição para aceitar este argumento" (ARBIOL, 2018, p. 107), isto é, não prejudicar a consciência de outros membros da assembleia que não possuem conhecimento ou alguma formação para poder pensar com mais liberdade (1Co 8,1-9). Assim, encontramos o seguinte conflito:

> A participação nessas festas estava permitida e legitimada exceto no caso em que tal participação ferisse a consciência daqueles a quem Paulo chama "fracos", os que não têm o conhecimento ou a formação necessária. Estes, segundo Paulo, não são judeus radicais, mas indivíduos "habituados ao culto aos ídolos" (1Co 8,7), aqueles que comeram com frequências nessas ocasiões com um sentido de comunhão com a divindade patrocionadora; são, portanto, antigos devotos dos cultos, que ainda não formularam totalmente sua consciência de crentes em Cristo. Estes, ao ver que outros mais formados ou fortes de consciência participam, podiam precipitar-se a fazer o mesmo sem estar preparados e podiam confundir-se ou perder-se (1Co 8,10-12) (ARBIOL, 2018, p. 108).

3. Paulo e a Teologia de Caminho

Quando olhamos para esses conflitos nas assembleias paulinas e os manejos teológicos de Paulo para resolvê-los, devemos estar conscientes que Paulo não organizou uma comunidade para um período de longo prazo; ele não planejou uma instituição para que pudesse permanecer inalterada no tempo. Paulo, da mesma forma que Jesus antes dele (Mc 9,1;13,30), acreditava viver na última hora.

Do ponto de vista religioso, Jesus foi erguido dentre os mortos e, dentro da tradição cristã, esse seria o sinal de que o fim começara e de que uma futura ressurreição estava prestes a acontecer (EHRMAN, 2013, p. 105). Assim, Paulo achava que estaria vivo quando Jesus retornasse do céu (1Ts 4.13-18).

Essa chave hermenêutica para compreensão do pensamento paulino numa perspectiva escatológica, deve nos levar a pensar Paulo como alguém que discute as questões conflituosas em suas dimensões práticas. Nas palavras de Gabel e Wheeler:

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

> Essa escatologia [...] construiu um potente apoio ao seu ensinamento ético; Paulo nunca concebeu a conduta humana em termos abstratos, divorciada da situação histórica presente. A interrogação candente, dado que ele estava no estágio da história perto do fim do ato final, era: como devem os cristãos comportar? Que é apropriado agora? Questões que, em outras circunstâncias, seriam importantes – tais como a decisão de casar ou de conseguir um novo emprego – tornam-se insignificantes (1993, p. 197).

Durante esse período intermediário entre a ressurreição de Jesus e o final dos tempos, as assembleias paulinas acreditavam que o Espírito de Deus estaria com a comunidade e, consequentemente, com cada crente que fazia parte dela. Assim, do ponto de vista religioso, quando uma pessoa era batizada com água, receberia o Espírito (I Co 12,13). Acreditava-se que este Espírito concedia as pessoas um "dom" espiritual e, assim, poderia ajudá-las a permanecerem em unidade como um corpo de Cristo na terra (I Co 12-14) (EHRMAN, 2013, p. 105).

As pessoas nessas assembleias estariam equipadas com algum dom, ou seja, todos eram iguais. Escravos estariam no mesmo nível que os senhores, as mulheres eram iguais aos homens, "havia igualdade" (EHRMAN, 2013, p. 105). Por isso, Paulo dizia que "não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus" (Gl 3,28).

Quando apareciam os problemas nas comunidades, como aconteceu na igreja de Corinto, Paulo escrevia para lidar com eles, procurava resolver os problemas dia a dia, ou seja, fazendo uma "teologia de caminho" (COELHO, 2015, p. 227).

Essa teologia de caminho em Paulo era construída a partir da crença na *parúsia* que se aproximava[1] e assim, nessa perspectiva, Paulo procurava resolver os conflitos no interior das igrejas. Portanto, Paulo não trata somente de uma determinada prática, mas da compreensão adequada do evangelho numa perspectiva de unidade (COELHO, 2015).

Para poder reforçar essa compreensão de igualdade no evangelho até o momento da *parúsia,* Paulo apresentou um contraste entre *gnose* e *ágape* em 1Co 8,1. A *gnose* confia em sua própria força; *ágape*, porém, edifica porque é solidária com a fraqueza dos outros. A liberdade cristã realiza-se justamente não em individualismo, antes, acontece na comunidade regulada pela unidade (FERREIRA, 2015, p. 110).

[1] "Em um sistema hierárquico, não há igualdade; há liderança. É o que você encontra nas epístolas pastorais – igrejas se preparando para o longo prazo. Mas não é o que encontra no Paulo histórico. Para o Paulo histórico, não haveria longo prazo. O fim estava próximo" (EHRMAN, 2013, p. 106).

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Dessa maneira, a liberdade dos fortes de comer sem necessidade a carne oferecida aos ídolos, não poder fazer com que os fracos perdessem a sua liberdade. Assim, a liberdade ilimitada conduz a falta de liberdade, ela não considera os limites que lhe são postos (SCHNELLE, 2010, p. 262). Paulo entendia que o princípio do amor era necessário para regular as práticas diante dos alimentos disponibilizados na mesa.

Portanto, "se o comer escandalizava os fracos, então, era preciso rever a visão de liberdade. Essa era para construir e não para arruinar" (FERREIRA, 2015, p. 112). Nesse horizonte, Paulo quer manter a unidade em Corinto, apresentando explicações teológicas para fazer a manutenção das relações sociais no âmbito destes espaços, objetivando a preservação da identidade a partir da unidade no interior das assembleias reunidas. Todavia, essa liberdade precisava ser praticada com responsabilidade e, assim, perguntamos; qual seria o lugar para demonstrar essa liberdade regulada pela unidade?

4. O corpo como lugar de responsabilidade e unidade nas assembleias paulinas

A orientação paulina aos coríntios que diz: "todas as coisas me são lícitas, mas nem todas convêm" (1Co 6,12) produz, na perspectiva de Paulo, uma relação/tensão entre responsabilidade e liberdade (SCHNELLE, 2010, p. 256). O local concreto dessa disputa ocorre no corpo, tendo também implicações na sexualidade. A liberdade precisa ser acompanhada de uma sabedoria que permitia tratar o corpo como um espaço sagrado. Todavia, os coríntios eram tolerantes em sua comunidade com casos de falta de castidade. Um membro da comunidade estava vivendo incestuosamente com a mulher de seu pai (talvez uma madrasta viúva), observe:

> Só se ouve falar de imoralidade entre vós, e imoralidade tal que não se encontra nem mesmo entre os gentios: um dentre vós vive com a mulher de seu pai. E vós estais cheios de orgulho! Nem mesmo vos mergulhastes na tristeza, a fim de que o autor desse mal fosse eliminado do meio de vós? Quanto a mim, ausente de corpo, mas presente em espírito, já julguei, como se estivesse presente, aquele que perpetrou tal ação em nome do Senhor Jesus. É preciso que, estando vós e o meu espírito reunidos em assembleia com o poder de nosso Senhor Jesus, entreguemos tal homem a Satanás para a perda da sua carne, a fim de que o espírito seja salvo no dia do Senhor (1Co 5,1-5).

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Uma prática como esta, "mesmo no mundo greco-romano [...] era extremamente ofensiva" (SHEDD, 2000, p. 53). Todavia, a posição dos coríntios foi de não excluir o malfeitor, antes, eles se sentiam orgulhosos por essa demonstração de libertinismo sexual (SCHNELLE, 2010, p. 257).

Paulo se vê obrigado a reagir imediatamente e se coloca contra a posição dos coríntios. De acordo com o apóstolo, a comunidade deveria excluir o malfeitor, ao reunir-se junto a Paulo, presente no espírito (SHEDD, 2000, p. 53), e entregar o malfeitor, sob a invocação do nome do Senhor, a Satanás (1Co 5,4-5). Do ponto de vista religioso, as punições servem não à vingança, mas à salvação do malfeitor e da comunidade (SCHNELLE, 2010, p. 257).

A comunidade dos coríntios reage ainda de outra forma à corporeidade como espaço da santidade e obediência, eles mantinham relações com prostitutas. Na perspectiva de Paulo, o corpo não é para a fornicação e, sim para o Senhor. O corpo como espaço de sexualidade não deve participar da fornicação. Porque os crentes pertencem com todo o seu corpo ao Senhor, ao mesmo tempo, são também membros do corpo de Cristo (SCHNELLE, 2010, p. 257). De acordo com o texto bíblico:

> Mas o corpo não é para fornicação e, sim, para o Senhor, e o Senhor é para o corpo. Ora, Deus, que ressuscitou o Senhor, ressuscitará também a nós pelo seu poder. Não sabeis que os vossos corpos são membros de Cristo? Tomarei então os membros de Cristo para fazê-los membros de uma prostituta? Por certo, não! Não sabeis que aquele que se une a uma prostituta constitui com ela um só corpo? Pois está dito: Serão dois em uma só carne. Ao contrário, aquele que se une ao Senhor, constitui com ele um só espírito. Fugi da fornicação. Todo outro pecado que o homem comete, é exterior ao seu corpo; aquele, porém, que se entrega à fornicação, peca contra o próprio corpo! Ou não sabeis que o vosso corpo é templo do Espírito Santo, que está em vós e que recebestes de Deus? ... e que, portanto, não pertenceis a vós mesmos? Alguém pagou alto preço pelo vosso resgaste; glorificai, portanto a Deus do vosso corpo (1Co 6,13b-19).

Sendo o corpo, o local onde se encontra o ser humano no mundo e a representação religiosa no existir humano. Do ponto de vista religioso, torna-se necessário resistir a tentação e buscar uma vida de santidade. Assim, Paulo orienta os coríntios a viverem sua sexualidade no espaço social do matrimônio. Todavia, o apóstolo gostaria que os coríntios fossem como ele, asceta, mas, nem todos possuem este dom (1Co 7,7). Aqueles que podem viver em ascese

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

sexual deveriam abraçar essa vocação; mas aqueles que não resistem à tentação da sexualidade, deveriam optar pelo casamento como lugar de sexualidade (SCHNELLE, 2010, p. 260).

Nesse horizonte, Paulo defende a comunidade como um espaço de santidade e pureza, onde as pessoas deveriam viver separadas do pecado. Assim, malfeitores deveriam ser excluídos desse espaço sagrado para os crentes, pelo bem da comunidade e dos seus fiéis (SCHNELLE, 2010, p. 260).

Conclusão

O Paulo histórico procurou apresentar princípios que objetivavam manter a unidade nos espaços das assembleias. Diante da diversidade cultural encontrada no interior desses espaços religiosos, ele procurou apresentar o amor como princípio regulador das práticas dentro de uma comunidade dirigida pelos carismas e o monoteísmo como paradigma teológico que aponta para a unidade no corpo de Cristo. Um elemento-chave para compreender o pensamento paulino é a ansiosa expectativa, para Paulo, a qualquer momento seu trabalho religioso poderia ser interrompido de forma abrupta pelo retorno triunfante de Cristo. Essa escatologia era um potente apoio ao seu ensinamento ético e prático.

Paulo no seu projeto de renovação de Israel, defendia a igualdade entre judeus e gregos. Assim, Paulo organizou assembleias nas quais cabiam pessoas de origens sociais distintas. Ele os orientava para utilizarem os dons espirituais visando a unidade nas assembleias de crentes em Cristo. Exortando-os a manterem essa unidade diante das diferenças. Isto é, "não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo" (Gl 3, 28).

Para corroborar com este princípio identitário, Paulo apresentava discursos teológicos. Isto é, "para nós há um só Deus, o Pai, de quem são todas as coisas e para quem existimos; e um só Senhor, Jesus Cristo, pelo qual são todas as coisas, e nós também por ele" (1Co 8,6). Do ponto de vista religioso, esse monoteísmo teológico deveria ser produzido e reproduzido nas ações práticas dos coríntios, e assim, as diferenças teriam que ceder espaço para a unidade em Cristo.

Em suma, construindo uma teologia durante o caminho, procurando dirimir problemas nas assembleias dos crentes em Cristo e, assim, desenvolvendo e escrevendo cartas que apontavam para princípios identitários. Estes, visavam a manutenção da unidade das comunidades paulinas a partir das crenças teológicas: a primeira, ansiosa expectativa e a segunda, a crença no monoteísmo judaico.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Referências

ARBIOL. Carlos Gil. *Paulo: na origem do cristianismo*. São Paulo: Paulinas, 2018.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova Edição, Revista e Atualizada. São Paulo. Paulus, 2003.

BÍBLIA SAGRADA. Almeida Revista e Atualizada no Brasil. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2004.

BORNKAM, Günter. *Paulo: vida e obra.* São Paulo: Academia Cristã, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa/Portugal: edições 70, 2011.

BRUCE, F.F. *O cânon das Escrituras: como os livros da Bíblia vieram a ser reconhecidos como Escrituras Sagradas*. São Paulo: Hagnos, 2011.

_____. *Paulo, o apóstolo da graça: sua vida, cartas e teologia*. São Paulo: Shedd, 2003.

BULTMANN, Rudolf. *Ensaios selecionados: crer e compreender.* São Leopoldo: Sinodal, 2001.

CASTRO, Hamilton. Jesus de Nazaré e a tributação romana: empobrecimento, endividamento e o impacto no ambiente dos camponeses a partir de Marcos 12,13-17. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2017.

COELHO, A. S. C. *O cidadão do céu: uma viva confissão de fé.* São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

CROSSAN, John Dominic. As duas vozes mais antigas da tradição de Jesus. In: CHEVITARESE. André; CORNELLI. Gabriele (Orgs.). *A descoberta do Jesus histórico*. São Paulo: 2. ed. Paulinas, 2010, p. 85-103.

CULLMANN, Oscar. *A formação do Novo Testamento*. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

DEHANDSCHUTTER, B. KAHMANN, J. J. A.; THEVISSEN, G. *As Cartas de Pedro, João e Judas*. São Paulo: Loyola, 1999.

DETTWILLER, Andreas. A escola paulina; avaliação de uma hipótese. In: DETTWILLER, Andreas; KAESTLI, Jean-Daniel; MARGUERAT, Daniel. *Paulo: uma Teologia em construção*. São Paulo: Loyola, 2011, p. 439-461.

EHRMAN, Bart D. *O que Jesus disse? O que Jesus não disse? Quem mudou a Bíblia e por quê?* Trad. Marcos Marcionilo. Rio de Janeiro, Agir. 2006.

_____. *Quem escreveu a Bíblia? Por que os autores da Bíblia não são quem pensamos que são*. Trad. Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Agir, 2013.

GABEL John; WHEELER Charles. *A Bíblia como Literatura*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

FERREIRA, Joel Antônio. *Primeira Epístola aos Coríntios: Comentário Bíblico Latinoamericano*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

HEYER DEN, C. J. *Paulo: um homem de dois mundos*. São Paulo: Paulus, 2008.

KOESTER, Helmut. *Introdução ao Novo Testamento 2: história e literatura do cristianismo primitivo*. São Paulo: Paulus, 2012.

PAROSCHI, Wilson. *Origem e transmissão do texto do Novo Testamento.* São Paulo: SBB, 2012.

RICHTER REIMER, Ivoni; SOUZA, Carolina Bezerra; FERREIRA, Joel Antônio. Paulo e a questão de gênero em sociedades patriarcais. In: FIGUEIREDO, Telmo José Amaral; CATENASSI, Fabrizio Zandonadi. *Paulo: contextos e leituras.* São Paulo: Paulinas, 2018, p. 209-228.

SCHNELLE, Udo. *Paulo: vida e pensamento*. São Paulo: Academia Cristã, Paulus, 2010.

SHEDD, Russel. *Disciplina na Igreja*. São Paulo: Vida Nova, 2000.

STEGEMANN, Ekkehard; STEGEMANN, Wolfgang. *História social do protocristianismo: os primórdios no judaísmo e as comunidades de Cristo no mundo mediterrâneo.* São Paulo: Sinodal, Paulus, 2004.

VASCONCELOS, Pedro Lima. *O Código da Vinci e o cristianismo dos primeiros séculos*. São Paulo: Paulinas, 2006.

VERMES, Geza. *As várias faces de Jesus*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Recebido em: 30/09/20

Aprovado em: 23/10/20

Dados do autor

Doutorando e Mestre em Ciências da Religião pela PUC Goiás. Graduado História e Teologia, Graduando em Ciências Sociais e Ciências da Religião. Pesquisa temas relacionados à Religião, Sociedade e Cultura, especialmente, Ciência da Religião.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

CIBERTEOLOGIA

ENTREVISTA

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que contexto histórico e da trajetória da Igreja foi elaborada e publicada a Populorum progressio, pelo papa Paulo VI, e qual foi a novidade dessa encíclica para a sua época? Por que ele decidiu escrever essa encíclica e dar-lhe o direcionamento que foi dado?

Frei Carlos Josaphat – O pontificado de Paulo VI (1963-1978) é marcado, sobretudo, pelo Concílio Vaticano II, que o Papa orientou de maneira discreta, jeitosa, mas muito inteligente e eficaz. Três grandes documentos sociais nos vieram de Paulo VI. Dois pessoais: o primeiro é a encíclica *Populorum progressio*, "Sobre o desenvolvimento dos povos" (1967), na qual colaborou o padre Lebret, e que é o documento, vindo de Roma, mais voltado para os problemas do terceiro mundo. O segundo documento é a Carta Apostólica Octogesima adveniens, que comemora o 80º aniversário da *Rerum novarum* (1971). É o texto do Magistério que insiste sobre o caráter operacional da doutrina social. Dá à iniciativa e ao discernimento das comunidades e dos fiéis o seu verdadeiro lugar, isto é: o primeiro. O terceiro documento, no mesmo ano de 1971, emanava do Sínodo dos Bispos, sobre a "Justiça no mundo". Era publicado imediatamente sem retoques por parte da Cúria Romana. É uma mensagem calorosa, visando conduzir à prática, em contraste estimulante com os textos redigidos sem olhar para o povo.

Promulgada um ano e três meses após o fim do **Concílio**, a encíclica coroa o progresso crescente de consciência social da Igreja, que o Vaticano II recebeu de João XXIII e da ação de Paulo VI. Nos últimos meses da elaboração da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, a maioria dos padres conciliares mostravam-se desejosos de produzir textos mais práticos visando os continentes menos desenvolvidos e em parte ainda (mal) colonizados. Paulo VI acolheu os desejos e mesmo as queixas dos bispos mais abertos ao social, sobretudo dos bispos da América Latina. Prometeu vir e veio à Conferência episcopal da América Latina (de Medellín). E antes disso, promulga a encíclica, encarando, esclarecendo e orientando o "progresso dos povos".

IHU On-Line – E qual foi a recepção dessa encíclica na Igreja em geral e especialmente na Igreja brasileira? O senhor ainda estava no Brasil à época ou já estava no exterior? Que

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

memórias têm acerca da repercussão da encíclica tanto na Igreja brasileira quanto nas Igrejas no exterior?

Frei Carlos Josaphat – Quase se diria que foi acolhida como o melhor do Sumo Pontífice, prolongando o melhor do Concílio. Foi bem aceita no Brasil e na América Latina, inspirando os encontros e documentos dos Pastores. Estimulou as atividades das associações renovadoras tais como as Campanhas da Fraternidade, que já datavam de 1964.

Desde finais de 1963, os preparadores do golpe de 64 me "convidaram" a deixar o Brasil, pois eu trabalhava para impedir o envolvimento da Igreja nesse carnaval militar. Passei a ter uma orientação direta do padre Chenu e acompanhei com imensa felicidade e bem de perto a marcha desse maior carisma eclesial, Vaticano II. Em janeiro de 1966 (aliás, sem poder voltar à "Pátria amada"), passei a ensinar na Universidade de Friburgo, aí permanecendo por 27 anos. Na Europa, especialmente na Suíça, este documento e o conjunto do Vaticano II poderiam ter tido recepção melhor e mais pronta. Lá estavam os adversários do Concílio tentando embargar a ação conciliar renovadora. É uma lição negativa, mas preciosa.

IHU On-Line – Diz-se que um dos principais inspiradores indiretos da encíclica foi Louis Joseph Lebret. Quais pensamentos ou que visão de mundo tida por Lebret influenciaram a elaboração da encíclica e a definição de seu conteúdo?

Frei Carlos Josaphat – Sim. O querido padre Lebret participou na redação da encíclica como tinha participado na elaboração da II Parte da Constituição conciliar *Gaudium et Spes*. Fundador do Movimento Economia e Humanismo, era o maior conhecedor da ética social, econômica e política. Ele foi inspirado por uma visão tomista realista e por uma capacidade de consultar os mestres da tecnologia. Passei com ele os momentos dolorosos de sua última enfermidade, em julho de 1966. Acabrunhado de dores, orava e agradecia ao Pai pela felicidade de ter participado do **Concílio** e da marcha da Igreja. Era um cientista e um místico. E em momento de delírio, na terrível doença que o levou, eu o escutei agradecer a Deus: "Obrigado, meu Deus. A encíclica está pronta". Quando saiu do delírio, que tinha algo de um êxtase, perguntei-lhe por essa encíclica que já estaria pronta. Ele me repreendeu e ordenou que mão falasse nisso. Uns meses depois, eu reconheci que a encíclica era a *Populorum progressio*. Fato muito raro, no início da encíclica (*Populorum Progressio*, n. 14) o Papa se refere a **Lebret** como "eminente especialista", e tem em **Lebret** o inspirador do essencial da encíclica

IHU On-Line – As ideias de Marie-Dominique Chenu também influenciaram particularmente Paulo VI na elaboração da encíclica?

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Frei Carlos Josaphat – Não há, na encíclica, uma utilização direta de textos ou de doutrinas peculiares a **Chenu**. Este Mestre faz parte da equipe de teólogos que prepararam e depois ajudaram a elaborar a mensagem pré-conciliar, conciliar e pós-conciliar. Como se dirá na resposta à questão seguinte.

IHU On-Line – De modo geral, qual foi a participação, a importância e a influência dos dominicanos no processo de elaboração da encíclica?

Frei Carlos Josaphat – Convém situar a questão e a resposta no contexto pentecostal que animou toda a Igreja nesse carisma comunitário, o **Concílio**, dele fazendo uma Jerusalém universal, resultando de uma colegialidade de crismas. Jesuítas, franciscanos, beneditinos, dominicanos, tantas instituições universitárias, acadêmicas, muitíssimas comunidades de base, movimentos renovadores, litúrgicos, ecumênicos, pastorais, de empenho e lutas sociais, surgiam e marchavam, sem saber, mas conduzidos pelo Espírito para o *aggiornamento* que Ele inspirava a João XXIII. Os dominicanos entraram nessa caminhada de sabedoria, com eminentes teólogos, Congar, Chenu, Schillebeeckx e todos os outros competentes e mesmo especialistas em vários ramos, como acontecia às diferentes famílias religiosas.

Aos adversários da renovação e reforma da Igreja, eles apareciam como perigosos inventores da "Nova Teologia". O grande teólogo conservador Garrigou Lagrange lançava o grito de alarme: "La Théologie Nouvelle où va-t-elle" (Para onde vai a Nova Teologia?). Em 1967, quando a Universidade de Friburgo (Suíça) conferia o título de doutor honoris causa ao padre Congar, em momento de efusão, lançou-se o diálogo irônico:

"Pra onde vai a Nova Teologia?

Vai para o Aggiornamento pentecostal lá em Jerusalém."

Congar despertava o entusiasmo das centenas de jovens estudantes. Mas os velhos conservadores tentavam boicotar a festa, com alarme de bomba no recinto da conferência do Mestre, que simbolizava a **renovação teológica**, pastoral, social de seus irmãos dominicanos e de toda a fraternidade em busca da verdadeira "nova teologia", da nova Igreja e de um mundo novo.

IHU On-Line – Quais são os temas mais fundamentais da Populorum progressio e de que modo eles ainda ecoam hoje?

Frei Carlos Josaphat – Sintetizando ao máximo, se poderia responder que a encíclica destacava a realidade do desenvolvimento, em marcha na história e no mundo, proclamando a necessidade de que ele seja um desenvolvimento integral de todo o ser humano, e um desenvolvimento universal, para todos os seres humanos, para todas as pessoas, as famílias, as profissões,

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

as classes e instâncias sociais. O destaque é dado aos pobres, aos marginalizados entre os indivíduos e categorias sociais. A intenção do Papa e dos Bispos que solicitavam sua intervenção era fazer com que o concílio fosse como uma onda de Misericórdia divina e reparasse a desgraça do colonialismo, que desde a aurora do mundo moderno, com os descobrimentos e assalto da cristandade sobre o hemisfério sul, espalhou a injustiça constitucionalizada entre as nações. A Encíclica proclamava a urgente necessidade da teologia, da pastoral, da ação plena e universalmente libertadoras. Ela é mais atual hoje, dado que o colonialismo escravocrata se universalizou sobre no plano internacional.

IHU On-Line – Cinquenta anos depois da publicação da *Populorum progressio*, em que aspectos ela ainda é atual para nossos dias?

Frei Carlos Josaphat – A encíclica é mais atual hoje por esta razão universal. O que ela denunciou na marcha, no sistema geral do desenvolvimento, se agravou com o acúmulo das injustiças e opressões institucionalizadas: na comunicação, na educação, inserindo a mentalidade da vantagem do maior enriquecimento dos poderosos e a aceitação das migalhas que caem das mesas deles para o conjunto da população pacificada pela ideologia da necessária concentração da riqueza e do poder.

IHU On-Line – Essa encíclica tem sido atualizada pelo pontificado de Francisco?

Frei Carlos Josaphat – Papa Francisco é a grande surpresa que renovou e atualizou a surpresa com que o Espírito Santo enriqueceu e alegrou a Igreja, dando-lhe o Pastor do sorriso e da coragem, São João XXIII, e parece bem, insistir, com a maior das simplicidades. O papa Francisco assume e intensifica a docilidade ao Espírito de Amor Universal, que leva a querer todo e o melhor bem para todos, mesmo àqueles que o rigorismo inquisitorial aponta como os maus, os adversários da Igreja hierárquica, da Igreja da ortodoxia, ainda que esta seja imposta à força da forca ou da fogueira. Francisco propõe o melhor da melhor maneira, buscando viver e difundir a pobreza e a misericórdia do Evangelho. Nossa Esperança há de ser total porque a Igreja se vê felizmente desafiada a ser e difundir o que ela é, o dom da comunhão na graça e no amor da Comunhão Trinitária do Amor Infinito e Universal.

IHU On-Line – Como o senhor tem percebido o nosso mundo e o Brasil em particular nos últimos anos? As orientações da Populorum progressio geraram efeitos positivos ao longo desses 50 anos?

Frei Carlos Josaphat – Com toda simplicidade, a Igreja vive o momento supremo da Verdade do seu ser, que é a comunhão de amor anunciando ao mundo a Felicidade do Amor, num

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

clima de Esperança apocalíptica. Pois os monstros frios, os sistemas sem alma e sem condescendência com mãos fortes, com ciência e arte, com a mais eficaz tecnologia, não estão conduzindo aquele desenvolvimento que a encíclica e, mais ainda, a mensagem e atitude de Francisco proclamam que deve ser plena e universalmente humano.

"*Populorum progressio*, encíclica da ressurreição." As aspas indicam o título de um estudo do economista francês, François Perroux, colaborador constante nos projetos do padre Lebret e seu assessor principal na elaboração da II Parte da Constituição conciliar *Gaudium et Spes*. Este seu artigo destaca a inspiração evangélica e teológica da encíclica e testemunha o empenho de difundir logo todo conteúdo e a nova visão conciliar. Tal foi a atitude inteligente e corajosa das **Editoras Vozes**, franciscana, e **Éditions du Cerf**, dominicana, de Paris. "Encíclica da Ressurreição", a visão de fé do economista cristão, que calejou as mãos na tarefa conciliar. Ela calha bem mesmo nesta nossa revolução na **Páscoa de 2017**.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

CIBERTEOLOGIA

NOTAS

O POSICIONAMENTO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB) FRENTE À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (2020)

RODRIGO HENRIQUE FERREIRA DA SILVA

Introdução

Um acontecimento global como a Pandemia do Coronavírus, que afetou de diferentes formas todos os povos e indivíduos, naturalmente gerou inúmeras leituras, por vezes contraditórias. Assim, podemos enxergar a pandemia sob diversos ângulos; sob o ponto de vista médico, político, popular e também religioso.

Mas, mesmo dentro do campo religioso, as análises foram as mais diversas possíveis. Alguns grupos enxergaram na pandemia um castigo divino. Outros viram nela a ação direta do maligno. Já outros entenderam a Covid como uma etapa purificadora. Diante desta pluralidade de visões, qual seria o posicionamento da Igreja Católica no Brasil, frente a este fenômeno?

Para chegarmos a esta resposta analisaremos a postura adotada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), organização que reúne os bispos católicos no país. Historicamente a CNBB sempre se posicionou em todos os momentos marcantes da vida nacional, sejam eles religiosos ou não, e representa uma importante voz da sociedade civil. Além do mais, comumente seus pronunciamentos encontram bastante destaque na cobertura midiática, em virtude de representar o maior grupo religioso do país e por seu papel histórico desenvolvido desde a segunda metade do século XX.

A "palavra oficial"

No presente texto discutiremos a postura da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil frente à pandemia do coronavírus, tomando por base alguns textos publicados no site daquela instituição.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

De imediato, consideraremos os textos publicados na aba "palavra oficial", um classificador utilizado pelo site para divulgar os posicionamentos oficiais da Conferência sobre temas candentes no cenário social, político e religioso brasileiro. Portanto, analisaremos aqui os comunicados, notas e pronunciamentos oficiais da CNBB acerca da pandemia, sendo todos assinados pelo atual presidente, Dom Walmor Oliveira de Azevedo e pelos demais membros da mesa diretora.

Desta forma, num primeiro momento, não levaremos em consideração outros textos publicados no site, que, apesar de tratarem do mesmo tema, não são classificados como "oficiais". Assim, *a priori*, não consideraremos os artigos lá publicados, que apesar de serem assinados por bispos, não representam o posicionamento da Conferência, bem como outros textos divulgados no site, como notícias, por exemplo. Com o avançar do texto, iremos analisar dois artigos escritos bispos brasileiros, que apesar de não refletirem necessariamente a opinião da Conferência, foram publicados no site da mesma.

Os comunicados

Analisaremos aqui três textos oficiais publicados no site da CNBB que trataram diretamente do tema pandemia. O primeiro foi publicado no mês de março e os dois seguintes no mês de abril.

Vale lembrar que este foi um período bastante agitado no cenário político e social, tendo sido marcado pelo aumento exponencial no número de casos e mortes no país, pelas orientações conflitantes entre autoridades públicas, por frases no mínimo infortunadas da maior autoridade do país como: "e daí? Lamento quer que eu faça o quê?"[1] ou "não sou coveiro, tá?",[2] além da crescente crise institucional, que beirou à ruptura do estado democrático. Possivelmente, isso explica a concentração dos textos em um período tão curto, além do aumento no tom das críticas ao Governo Federal em cada comunicado.

O primeiro texto oficial da CNBB a tratar da pandemia do coronavírus foi emitido em 14 de março de 2020 e se intitula "Tempos de Esperança e Solidariedade". Nesta data o Brasil contava com cento e vinte e um casos confirmados e nenhuma morte pela doença.[3]

1 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 05 nov. 2020>.

2 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 05 nov. 2020.

3 Talvez, o maior sinal do fracasso do Estado brasileiro frente à pandemia seja a existência de, ao menos, duas listas de casos e mortos: uma oficial divulgada pelo Ministério da Saúde e uma segunda organizada por um consórcio de veículos de impressa. Esta última se deve as repetidas tentativas do governo em mudar a metodologia de contagem, de modo a contabilizar números menores e assim transmitir a sensação de controle da situação. Em virtude da facilidade de acesso e maior quantidades de dados e gráficos utilizaremos aqui os dados oficiais, oriundos do Ministério da Saúde. Informações disponíveis em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 06 nov. 2020.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Trata-se de um documento curto, composto por sete parágrafos. Já de início recomenda-se "atenção e consideração irrestrita dos especialistas de saúde e autoridades competentes" (CNBB, 2020a), bem como a adoção de medidas sanitárias como a higienização dos ambientes e que se evite aglomerações. O texto reconhece que a adoção de tais medidas levaria a mudanças nos ritos e celebrações,

> Algumas restrições mexem com o nosso jeito de conviver e celebrar, pois somos um povo que traz em si o desejo de sempre estar juntos, tanto nos momentos alegres quanto tristes. Conscientes de que as restrições ao convívio não durarão para sempre, aprendamos, a valorizar a fraternidade. Aproveitemos para pensar nos inúmeros outros modos em que a vida de pessoas, povos e do planeta vem sendo agredida. Tornemo-nos ainda mais desejosos de, passada a pandemia, podermos estar juntos, celebrando a vida, a saúde, a concórdia e a paz (CNBB, 2020a).

Esta informação se torna ainda mais relevante se levarmos em consideração a proximidade das festividades da Páscoa (celebrada em 12/04/2020), ponto central do calendário católico e marcado por grandes celebrações. Todavia, o texto não trás nenhuma orientação especifica sobre como os ritos deveriam ocorrer, decisão esta que ficou a cargo de cada bispo diocesano. Isso se deve às atribuições limitadas das conferências nacionais frente à autonomia e autoridade dos bispos em matéria de liturgia, conforme previsto pelo Código de Direito Canônico.

Por fim, o texto recomenda ainda "muita oração elevando nossos corações ao Deus da Vida, no acolhimento de sua Palavra e por uma vivência de renúncias neste tempo quaresmal" (CNBB, 2020a), além de especial atenção às notícias falsas, que já circulavam na época.

O segundo documento assinado pela CNBB a tratar da pandemia foi chamado de "Pacto pela Vida e pelo Brasil", tendo sido publicado em 07 de abril de 2020, dia mundial da saúde, quando o país registrava 679 mortes e mais de treze mil casos confirmados.

Este documento foi elaborado em parceria com outras instituições da sociedade civil como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Academia Brasileira de Ciências, Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Comissão Arns e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Após sua divulgação, o pacto recebeu a adesão de mais de uma centena de organizações.[4]

Diferentemente do "Tempo de Esperança e Solidariedade", não encontramos nenhuma referência religiosa neste texto, já que ele foi elaborado em parceria com outras organizações não

[4] <https://comissaoarns.org/blog/2020-04-14-mais-de-100-organiza%C3%A7%C3%B5es-assinam-o-pacto-pela-vida-e-pelo-brasil/>. Acesso em: 07 nov. 2020.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

confessionais. Podemos perceber essa "universalidade" do documento logo em seu início, ao se destinar aos "Cidadãos brasileiros, mulheres e homens de boa-vontade" (CNBB, 2020b, p. 01), sem fazer qualquer distinção de credo.

O início do documento faz uma análise do contexto da pandemia no Brasil, marcado por diversas crises simultâneas (social, política, econômica, sanitária) e conclama a todos, em especial as autoridades públicas, a agirem em prol do "bem comum, particularmente dos mais pobres e vulneráveis" (CNBB, 2020b, p. 01). Defende ainda o isolamento social e medidas de auxilio econômico como

A atualização e ampliação do Bolsa Família; a rápida distribuição dos benefícios da Renda Básica Emergencial, já aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Executivo, bem como a sua extensão pelo tempo que for necessário para a superação dos riscos de saúde e sobrevivência da população mais pobre; a absorção de parte dos salários do setor produtivo pelo Estado; a ampliação de estímulos fiscais para doações filantrópicas ou assistenciais; a criação do imposto sobre grandes fortunas, previsto na Constituição Federal e em análise no Congresso Nacional; a liberação antecipada dos precatórios; a capitalização de pequenas e médias empresas; o estímulo à inovação; o remanejamento de verbas públicas para a saúde e o controle epidemiológico; o aporte de recursos emergenciais para o setor de ciência & tecnologia no enfrentamento da pandemia; e o incremento geral da economia. São um conjunto de soluções assertivas para salvaguardar a vida, sem paralisar a economia (CNBB, 2020b, p. 02).

Contem ainda duras críticas ao comportamento do governo federal, e em especial, ás ações do chefe do executivo, ainda que seu nome não seja citado diretamente.

Nossa sociedade civil espera, e tem o direito de exigir, que o Governo Federal seja promotor desse diálogo, presidindo o processo de grandes e urgentes mudanças em harmonia com os poderes da República, ultrapassando a insensatez das provocações e dos personalismos, para se ater aos princípios e aos valores sacramentados na Constituição de 1988. Cabe lembrar que a árdua tarefa de combate à pandemia é dever de todos, com a participação de todos no caso do Governo Federal, em articulada cooperação com os governos dos Estados e Municípios e em conexão estreita com as nossas instituições (CNBB, 2020b, p. 02).

Por fim, o texto defende ainda o Sistema Único de Saúde, o papel da ciência na tomada de decisões políticas e a primazia da saúde frente a questões econômicas, já que o discurso presidencial criou na época o (falso) dilema saúde versus economia:

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

> Reconhecemos que a saúde das pessoas e a capacidade produtiva do país são fundamentais para o bem-estar de todos. Mas propugnamos, uma vez mais, a primazia do trabalho sobre o capital, do humano sobre o financeiro, da solidariedade sobre a competição (CNBB, 2020b, p. 03).

Pode-se dizer que o "Pacto pela vida e pelo Brasil" serviu de base para o posicionamento da CNBB durante a pandemia. O texto foi amplamente divulgado no site da conferência e foram organizados diversos eventos online (as populares "lives") para se abordar pontos específicos do documento.

Por fim, o último texto a ser publicado na página "palavra oficial" do site da CNBB a tratar diretamente da pandemia, foi intitulado "Posicionamento da CNBB em defesa da democracia, pela justiça e pela paz!", datado de 30 de abril de 2020. Nesta data o país contava 5.912 mortes e 85.507 casos confirmados, segundo os números oficiais.

A fim de melhor compreendermos o posicionamento citado, torna-se necessário recordar o cenário sob qual foi publicado. Em paralelo ao número galopante de casos e mortes, o mês de abril foi marcado por inúmeras contendas políticas e crises institucionais.

De início, vale recordar os pronunciamentos oficiais do Presidente da República em cadeia nacional de rádio e televisão. No período entre 06/03/2020 e 08/04/2020 foram no total cinco pronunciamentos (a mesma quantidade feita ao longo de todo o ano de 2019), todos relacionados à Pandemia (06/03, 12/03, 24/03, 31/03, 08/04).[5] Não cabe aqui uma análise detalhada de cada um, todavia podemos elencar alguns pontos: crítica as medidas de isolamento social adotadas por governos estaduais e municipais, críticas a cobertura da imprensa, relativização da doença, defesa do uso da cloroquina, dentre outras. Algumas frases ganharam ampla divulgação, por beirarem o tragicômico, como a dita no discurso de 24/03:

> No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão (Pronunciamento de 24 mar. 2020).[6]

[5] Pronunciamentos disponíveis em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos>. Acesso em: 08 nov. 2020.

[6] Disponível em: <https: //www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-em-cadeia-de-radio-e-televisao-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro>. Acesso em: 08 nov. 2020.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Outro fato marcante foi a crescente tensão entre o Presidente e o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, culminando com sua demissão em 16/04/2020. Outra baixa importante no Governo no período foi o pedido de demissão do Ministro da Justiça de Segurança Pública, Sérgio Moro, em 24/04/2020, realizando graves denuncias ao chefe de Estado. Além do mais, o período foi marcado por inúmeras manifestações organizadas por apoiadores do presidente, que inclusive chegou a comparecer em algumas, que solicitavam a ruptura do estado de democrático, a intervenção das Forças Armadas e o fechamento do Congresso e STF.

Este cenário é essencial para compreendermos o posicionamento da CNBB, marcado por fortes críticas à atuação do Governo Federal. Neste pronunciamento, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil retoma e reforça seu posicionamento já expresso no "Pacto pela vida e pelo Brasil", ou seja: defesa da democracia, das instituições que compõem a República e independência entre os poderes, cuidados com a saúde, respeito às medidas sanitárias e adoção de estratégias que diminuam o impacto da crise econômica.

De entrada, o texto trás como epígrafe uma passagem do livro do Profeta Isaias (Is 1,16b-18a), "Parai de fazer o mal, aprendei a fazer o bem: buscai o direito, socorrei o oprimido, fazei justiça ao órfão, defendei a causa da viúva. Então, sim, podemos discuti" (CNBB, 2020c, p. 01), texto utilizado nas celebrações do sacramento da penitência (cf. Sacramentário, 2011, p. 88). Sem citar nominalmente qualquer autoridade, o texto manifesta perplexidade frente ao comportamento adotado pelo Governo Federal:

> Diante da mais grave crise sanitária dos últimos tempos, com o sistema de saúde já entrando na fase de colapso, consideramos este momento dificílimo, que clama pelo efetivo exercício da solidariedade e da caridade. É tempo das palavras e atitudes serenas de paz, de fé e de esperança, de respeito às leis e à democracia. É com perplexidade e indignação que assistimos manifestações violentas contra as medidas de prevenção ao coronavírus; que ouvimos declarações enviesadas de desprezo pela vida, por parte de agentes públicos sobre a morte de milhares de brasileiros e brasileiras contaminados pelo covid-19; que vimos acontecer eventos atentatórios à ordem constitucional, com a participação de autoridades públicas, onde se defendeu o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, a volta do AI-5 e o retorno aos sombrios tempos da ditadura; que todo o Brasil soube de denúncias acerca da politização da justiça, ferindo sua necessária autonomia de investigação (CNBB, 2020c, p. 01).

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Apesar do teor muito semelhante ao "Pacto pela vida e pelo Brasil", o diferencial do "Pronunciamento da CNBB em defesa da democracia, pela justiça e pela paz!" está no fato de este recorrer a elementos da doutrina católica para justificar o posicionamento da Conferência, como as duas citações ao Compêndio da Doutrina Social da Igreja presentes no texto. Conforme dito anteriormente, o "Pacto pela vida e pelo Brasil" foi elaborado em parceria a diversas outras organizações não confessionais da sociedade civil, o que explica seu caráter mais amplo e a ausência de elementos religiosos.

Outros textos

O site da CNBB disponibiliza inúmeros outros textos, que não necessariamente, refletem o posicionamento oficial da mesma. Dentre eles estão diversos artigos, geralmente curtos, escritos por bispos de diferentes lugares do país. Analisaremos brevemente, dois destes textos, que trataram diretamente do comportamento dos fieis católicos frente à pandemia do coronavírus.

Em 26 de março de 2020 foi publicado um artigo intitulado "Comunhão Espiritual" assinado por Dom Rodolfo Luís Weber, Arcebispo de Passo Fundo-MG. Em seu texto, o autor apresenta a chamada "comunhão espiritual" como alternativa à comunhão sacramental, impossibilitada devido ao fechamento das igrejas,

> vivemos dias em que os fiéis não podem se reunir para participarem ativamente da Eucaristia. Podem somente acompanhar pelos meios de comunicação. Quem participa ativamente da Eucaristia já "sente falta" dela. O que fazer nesta hora? Como vivenciar estes dias? Como manter a comunhão com a Igreja? Como participar ativamente se não posso estar presente? O que é comunhão espiritual? [.] **O que fazer enquanto não podemos sair de casa para participar das celebrações eucarísticas? Acompanhemos virtualmente**, além disso, é salutar criar espaços com sinais sagrados em casa. "Sem dúvida, para a plena participação na Eucaristia é preciso também aproximar-se pessoalmente do altar para receber a comunhão; (…) **Mesmo quando não for possível abeirar-se da comunhão sacramental, a participação na Santa Missa permanece necessária, válida, significativa e frutuosa**; nesse caso*, é bom cultivar o desejo da plena união com Cristo, por exemplo, através da prática da comunhão espiritual*" (SCa n. 55). (WEBER, 2020. Grifos nossos).

Importante ressaltar a existência de grupos e movimentos conservadores na Igreja que sob o lema "devolvam-nos a missa", criticaram a interrupção das celebrações presenciais e o fechamento das igrejas, fundamentando suas petições no direito à liberdade de culto, prevista na lei

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

civil, e no direito aos sacramentos, previsto pelo Código de Direito Canônico.[7] Assim, em seu texto, Dom Rodolfo Luis procura legitimar as celebrações remotas e a comunhão espiritual através de elementos da doutrina católica.

O segundo artigo por nós analisado foi publicado em 17 de setembro de 2020 no site da CNBB, e tem por título "A desafeição da Eucarístia, em tempo de pandemia, real ou fictícia?", de autoria de Dom Pedro Brito Guimarães, Arcebispo de Palmas-TO.

Em seu texto, Dom Pedro Brito recorda os pedidos dos fiéis pelo retorno das celebrações presenciais e manifesta tristeza frente ao baixo comparecimento dos mesmos após a reabertura das igrejas. O autor questiona o quando a liturgia católica teria se transformado durante o período de isolamento social, a eficácia das celebrações remotas e se isso criou (ou aumentou) a "desafeição" pelo sacramento da Eucaristia. Por fim convida os fiéis a retornarem as atividades presenciais:

> Sem querer ou sem perceber, a liturgia eucarística se tornou um produto on-line. Mas a missa virtual veio para ficar? Esta foi ou é uma fase passageira ou fará parte do que convencionamos chamar de "novo normal?" A Covid-19 é o início de uma Igreja mais virtual do que presencial? Estamos entrando em uma nova fase da renovação litúrgica, no pós-Covid? Mais um desafio que nos impõe, neste tempo de pandemia e de pós-pandemia. Há, portanto, incertezas e desafios no campo litúrgico, neste novo tempo. O vírus provoca mutações nos campos biológico, psíquico e litúrgico. A missa virtual é um banco de prova para a Igreja. A pergunta é a seguinte: no culto virtual, como fica a participação consciente, piedosa e ativa dos fiéis, como nos pede a reforma litúrgica, promovida pelo Vaticano II (SC 48)? **Eu continuo convencido de que falta nas experiências eucarísticas virtuais, ao menos, uma desta tríplice participação.** A grande contribuição do Vaticano II foi entrelaçar os atos litúrgicos de quem preside a Eucaristia, com os de quem participa dela presencialmente. O culto virtual foi o grande esforço e contou com investimentos, mas pode ter nos levado a uma Liturgia pré-conciliar e a perder a batalha, que é a participação ativa das pessoas nas ações litúrgicas. [...] Nesta pandemia e em outros momentos da vida, a Igreja foi a que mais cuidou da vida. Muitos que fizeram menos, abriram antes e mais as suas portas, às vezes, sem os devidos cuidados sanitários, e estão aglomerados. **Por tudo isto, pedimos a todos: voltem às suas Igrejas!** Prometemos assegurar a todos: espaços

[7] A respeito desta discussão, cf. o artigo "Eucaristia em tempo de pandemia". Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/599866-eucaristia-em-tempo-de-pandemia>. Acesso em: 10 nov. 2020.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

> litúrgicos santos, com as normas higiênicas, os distanciamentos, a não aglomeração, evidentemente, com as exigências de usos de máscaras faciais. Vamos acabar com a desafeição da Eucaristia, em tempo de pandemia, alegremente, participando dela presencial, consciente e ativamente? (Brito, 2020. Grifos nossos).

Os posicionamentos parecem ambíguos. O primeiro texto procura legitimar as celebrações online e a comunhão espiritual. O segundo aponta para as limitações dos ritos celebrados de forma remota e convida o retorno dos fiéis a suas paróquias. E, apesar de separados por pouco menos de seis meses, ambos se encontram publicados no site da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que conforme visto, em seus documentos oficiais defendeu o cumprimento irrestrito de medidas médico-sanitárias, dentre elas o isolamento/distanciamento social.

Importante ressaltar que em 14/09/2020, data da publicação do artigo "A desafeição da Eucaristia, em tempo de pandemia, real ou fictícia", o Brasil contabilizava 132.006 mortes acumuladas pela Covid-19, e apesar da tendência de queda, uma média móvel de mais de 28.000 casos confirmados diariamente. Diante deste cenário seria o melhor momento para o retorno dos fiéis?

A retomada das atividades presenciais defendida por Dom Pedro Brito parece contrariar até mesmo o comunicado "Tempos de Esperança e Solidariedade" que reconheceu que a pandemia traria mudanças significativas nas formas de celebração, mas que isso deveria servir de estímulo para o retorno no pós-pandemia:

> Algumas restrições mexem com o nosso jeito de conviver e celebrar, pois somos um povo que traz em si o desejo de sempre estar juntos, tanto nos momentos alegres quanto tristes. Conscientes de que as restrições ao convívio não durarão para sempre, aprendamos, a valorizar a fraternidade. Aproveitemos para pensar nos inúmeros outros modos em que a vida de pessoas, povos e do planeta vem sendo agredida. **Tornemo-nos ainda mais desejosos de, passada a pandemia, podermos estar juntos, celebrando a vida, a saúde, a concórdia e a paz** (CNBB, 2020a. Grifos nossos).

Compreende-se que os artigos não representam o posicionamento oficial da Conferência. Todavia, ganham certa legitimidade institucional ao serem veiculados no site da mesma (importante ressaltar, que em nenhum momento é informado ao leitor que o artigo reflete somente a opinião de seu autor e não da CNBB).

Assim, podemos dizer que, apesar de em seus comunicados oficiais, a CNBB adotar uma postura alinhada ao discurso médico-sanitário, por vezes, as mensagens veiculadas em seu site podem trazer informações contraditórias, como a defesa do retorno as atividades presenciais em um momento ainda marcado por números bastante expressivos da doença.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Religião, pandemia e a CNBB

Em um de seus artigos, a teóloga Ivone Gebara, narra as frequentes perguntas acerca das explicações religiosas para a pandemia. Seria ela uma punição divina? A consequência do abandono da religião? Um castigo divino pelos erros da sociedade moderna? Uma armadilha preparada pelo demônio? E, diante da reposta negativa da autora, aqueles que a questionaram não escondem sua frustração:

> Nesses últimos meses, muitas pessoas e grupos têm me perguntado qual a mensagem cristã especial frente a pandemia que assola todos os cantos do mundo. [...] Confesso que algumas vezes tenho presenciado à frustração de algumas pessoas quando meu parecer não coincide com as expectativas que têm em relação à minha resposta. Sinto-as incomodadas, quase decepcionadas porque minha reflexão não coincidiu com os argumentos delas e com suas expectativas. Se fosse apenas a discussão de argumentos não me importaria, mas o fato é que as emoções e reflexões presentes nas perguntas expressam reais sofrimentos em busca de alguém que os/as compreenda e que possa confirmar que após este turbilhão algo de bom possa advir dessa situação. Por isso muitas vezes me calo e respondo: "não sabemos"! (GEBARA, 2020).

Da mesma forma, aqueles que esperam encontrar uma resposta, um motivo religioso para a pandemia nos pronunciamentos oficiais da CNBB devem se sentir profundamente decepcionados. Diferentemente do posicionamento adotado por alguns outros grupos religiosos, não encontramos nos documentos analisados nenhuma tentativa de se atribuir uma explicação religiosa à pandemia. Ela não é apresentada como castigo ou provação divina, tampouco como obra do maligno com o objetivo de perder as almas fiéis.

A CNBB ignora qualquer tentativa de se estabelecer uma causa ou origem sobrenatural ao Covid-19. E se não há nos textos uma explicação sobrenatural para a doença, tampouco localizamos referências ou expectativas de uma cura milagrosa ou intervenção divina direta no sentido extinguir a doença. Da mesma forma não identificamos qualquer pretensão a um favor divino especialmente destinado aos católicos.

A Conferência se limita a estabelecer um comportamento ético, ou seja, um modo de agir frente à doença. E esse agir deve estar em conformidade às orientações médico-sanitárias baseadas em argumentos científicos. Conforme visto, a CNBB em seus comunicados oficiais defende o seguimento irrestrito das orientações das autoridades médicas, como o isolamento social:

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

> **Recomendamos atenção e consideração irrestrita dos especialistas de saúde e autoridades competentes.** As indicações sobre o modo como celebrar a fé cabem aos bispos em cada diocese. Todas as normas visam à proteção das pessoas, buscando evitar a contaminação e preservar a vida. **Os cuidados com higienização pessoal e do ambiente, bem como o evitar aglomerações são regras que precisam ser seguidas por todos, com irrestrita atenção e cuidados**, a partir da própria consciência, regida pelo bom senso e pela fraternidade (CNBB, 2020a. Grifos nossos).
>
> Devemos, pois, repudiar discursos que desacreditem a eficácia dessa estratégia, colocando em risco a saúde e sobrevivência do povo brasileiro. Em contrapartida, **devemos apoiar e seguir as orientações dos organismos nacionais de saúde, como o Ministério da Saúde, e dos internacionais, a começar pela Organização Mundial de Saúde – OMS** (CNBB, 2020 b, p.01. Grifos nossos).

Da mesma forma, o combate ao coronavírus e suas consequências econômicas, se dará por meio de ações políticas e não através da intervenção divina. Cabe aos governantes, e não a Deus, adotar medidas que garantam a redução das contaminações, o tratamento dos doentes e auxilio econômico a todos os afetados:

> É hora de entrar em cena no Brasil o coro dos lúcidos, fazendo valer a **opção por escolhas científicas, políticas e modelos sociais** que coloquem o mundo e a nossa sociedade em um tempo, de fato, novo. [...] **É fundamental que o Estado Brasileiro adote políticas claras** para garantir a saúde do povo, bem como a saúde de uma economia que se volte para o desenvolvimento integral, preservando emprego, renda e trabalho (CNBB, 2020b, p. 02. Grifos nossos).

Todavia, a adoção de uma postura ética intramundana não significou a ausência de referências religiosas nos documentos da CNBB. A exceção do "Pacto pela vida e pelo Brasil", os outros dois pronunciamentos oficiais são marcados por diversas citações religiosas. Mas, a utilização de passagens bíblicas ou de documentos da tradição católica não busca dar uma explicação sobrenatural à pandemia e sim nortear o comportamento frente a ela, através da ciência e da política.

Já no título do primeiro comunicado "Tempos de Esperança e Solidariedade" encontramos referências a função ordenadora da religião frente às situações de caos ou de "anomia" (cf. BERGER, 2020, p. 51-113). Por mais que na data da publicação a doença ainda estivesse em seu estágio inicial no país, as notícias que chegavam da Europa e dos EUA já indicavam as possíveis (mas não inevitáveis) dificuldades que estavam por vir. Diante deste cenário a CNBB exorta: "evitemos que o medo nos torne mais vulneráveis. Deus nunca nos abandona e, nos

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

momentos mais difíceis, nós o podemos sentir ainda mais próximo em seu amor e sua paz" (CNBB, 2020a). Além do mais, o texto associa as privações necessárias em virtude da quarentena ás tradicionais austeridades do período quaresmal, permitindo assim uma leitura religiosa do isolamento social:

> Por isso, é importante que essas orientações sejam acolhidas como uma contribuição em vista do bem de todos. Elas requerem ser acompanhadas de muita oração elevando nossos corações ao Deus da Vida, no acolhimento de sua Palavra e por uma vivência de renúncias neste tempo quaresmal. Em momentos difíceis e delicados como este, mais fortes devem ser nossa fé, esperança e união (CNBB, 2020a).

No parágrafo final do texto "Posicionamento da CNBB em defesa da Democracia, pela Justiça e pela Paz!" encontramos outra referência religiosa que corrobora a hipótese anteriormente descrita:

> **Sob a proteção de Nossa Senhora Aparecida**, Maria, mãe discípula de Jesus, **irmanamo-nos na luta empenhada por justiça e paz e pela democracia plena, onde deve prevalecer o bem comum e a dignidade de cada pessoa**, como partícipe da construção de uma nova sociedade marcada pela solidariedade (CNBB, 2020c, p. 02).

Apesar da menção a Maria, invocada sob o título de Nossa Senhora Aparecida, em momento algum se menciona qualquer ação sobrenatural direta pelo fim da pandemia. "Sob a proteção de Nossa Senhora", ou seja, debaixo de sua proteção, devemos, nós humanos, unirmo-nos, a fim de, por meio de nossas ações e não na espera de um milagre, garantir o bem comum.

Portanto, nos posicionamentos adotados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil fé, ciência e política não deveriam ser elementos conflitantes ou excludentes no trato da pandemia. Percebemos um exemplo deste posicionamento em uma das lives promovidas em desdobramento do "Pacto pela vida e pelo Brasil", veiculada nas redes sociais da Conferência no dia 22 de setembro, intitulada "Porque devemos ouvir a ciência se temos fé?".[8]

Conclusão

A CNBB tradicionalmente sempre se posicionou nos grandes momentos da vida nacional e durante a Pandemia do Coronavírus sua atuação não foi diferente. Foram publicados três documentos oficiais (ou seja, que refletem o posicionamento da Conferência enquanto organização)

[8] Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/porque-devemos-ouvir-a-ciencia-se-temos-fe-e-tema-da-terceira-live-sobre-o-pacto-pela-vida-e-pelo-brasil/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

que abordaram o tema diretamente, além de inúmeros outros textos veiculados pelas mídias da CNBB, mas que não refletem necessariamente seu posicionamento institucional.

Não observamos nenhuma tentativa de se estabelecer uma causa sobrenatural para a Pandemia por parte da CNBB. Da mesma forma que não se atribui ao sobrenatural a origem do vírus, não localizamos qualquer expectativa de uma ação divina direta no sentido de controlar/extinguir a doença, o que se dará por meio das ações humanas. Assim, todas as medidas de combate ao Covid-19 e suas conseqüências sociais devem estar ancoradas em argumentos científicos e não numa expectativa de intervenção divina.

Nesta perspectiva as referencias religiosas contidas nos textos buscam legitimar e orientar a ação ética dos indivíduos, instituições e governos. Como exemplo, podemos citar o uso de um trecho do livro do profeta Isaías, utilizado liturgicamente nas celebrações do sacramento da penitência, como epígrafe em um texto crítico ao Governo Federal. Da mesma forma, o texto convida o Governo à conversão (mudança, revisão) de suas atitudes equivocadas frente à pandemia.

Todavia, por mais que a Conferência estabeleça a ciência referencia para a tomada de decisões, encontramos posições conflitantes como o artigo do Arcebispo de Palmas-TO, Dom Pedro Brito Guimarães, que defende o retorno dos fieis as atividades presenciais em um momento marcado por números ainda altos da doença.

Outro ponto comum nos posicionamentos da CNBB foi as críticas às ações/inações do Governo Federal. Já que prevenção/cura da doença depende das ações humanas, a Conferência cobra que o Governo exerça seu papel. Todavia, as críticas devem ser moderadas, de modo a não causar uma ruptura total ou fechamento de qualquer forma de diálogo. Assim, em momento algum o Presidente da República é citado nominalmente. Do mesmo modo não encontramos nenhuma referência oficial ao texto "Carta ao povo de Deus" publicado em julho de 2020 e marcadamente contrário as ações governamentais.

Outra questão que se impõe seria mensurar até que ponto o posicionamento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil representa e foi acolhido dentro da Igreja. Por mais que a CNBB represente a instituição Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, sabemos que o catolicismo é um pequeno universo, marcado por diferentes grupos, visões, ideias. Desta forma, como teria o catolicismo popular compreendido e se posicionado frente à pandemia? E a leitura dos grupos carismáticos, como a RCC? E os grupos tradicionalistas? Por mais relevantes que sejam estas questões, elas ultrapassam o recorte estabelecido neste texto, que se limitou a analisar o posicionamento oficial da CNBB.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Referências bibliográficas

Livros

BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985.

_____. *Sacramentário*. São Paulo: Paulus, 2003.

Artigos

AZEVEDO, Wagner Fernandes de. Eucaristia em tempo de pandemia. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/599866-eucaristia-em-tempo-de-pandemia>. Acesso em: 15 nov. 2020.

GEBARA, Ivone. Religião e pandemia Covid-19. Artigo de Ivone Gebara. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/600224-religiao-e-a-pandemia-covid-19-artigo-de-ivone-gebara>. Acesso em: 15 nov. 2020.

GUIMARÃES, Dom Pedro Brito. A desafeição da Eucaristia, em tempo de pandemia, real ou fictícia? Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/a-desafeicao-da-eucaristia-em-tempo-de-pandemia-real-ou-ficticia/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

WEBER, Dom Rodolfo Luís. Comunhão espiritual. Disponível em: https://www.cnbb.org.br/comunhao-espiritual/. Acesso em 15 nov. 2020.

Documentos da CNBB

CNBB. Tempos de esperança e solidariedade. Brasília: 2020a. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Tempos-de-esperan%C3%A7a-e-solidariedade-Nota-da-CNBB-diante-da-pandemia-corona-v%C3%ADrus.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020

CNBB. Pacto pela vida e pelo Brasil. 2020b. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Pacto-pela-Vida-e-pelo-Brasil-.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CNBB. Posicionamento da CNBB em defesa da democracia, pela justiça e pela paz! Brasília, 2020c. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/04/NOTA-DEFESA-DA-DEMOCRACIA-PELA-JUSTI%C3%87A-E-PELA-PAZ-1.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

Sites

<https://www.cnbb.org.br/porque-devemos-ouvir-a-ciencia-se-temos-fe-e-tema-da-terceira-live-sobre-o-pacto-pela-vida-e-pelo-brasil/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos>. Acesso em 08 nov. 2020.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-em-cadeia-de-radio-e-televisao-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro>. Acesso em: 08 nov. 2020.

<https://comissaoarns.org/blog/2020-04-14-mais-de-100-organiza%C3%A7%C3%B5es-assinam-o-pacto-pela-vida-e-pelo-brasil/>. Acesso em: 07 nov. 2020.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 05 nov. 2020.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 05 nov. 2020.

<https://covid.saude.gov.br/ Acesso em: 06 nov. 2020.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

CIBERTEOLOGIA

A SOMBRA DE TUDO QUE SOMOS NÓS

MÁRCIO OLIVEIRA ELIAS

São tantas perdas para lamentar; tantas lágrimas secas pela estiagem consciencial no meu país. Mas é vida que segue (que sofre e se alegra); é a entrega do sangue que deve correr enfim, para que a vida venha viva (impávida e forte), socorrendo toda a dor que exista para sentir.

A sabedoria revela que somente a saudável distância temporal traz uma reflexão menos conveniente (e mais isenta) dos fatos que se pretende analisar. No futuro que será alcançado por esse distanciamento sadio, os vindouros filósofos, sociólogos e pensadores talvez estejam imersos no processo de compreensão do que aconteceu naquelas primeiras décadas do século 21, quando o mundo civilizado pelas tecnologias da informação e pelo consumerismo comportamental, regurgitava suas idiossincrasias de ódio e preconceito, antes velados no íntimo das consciências.

No limiar do primeiro século do terceiro milênio nações elegeram democraticamente seus renovados déspotas, inflamados por discursos nacionalistas xenófobos e preconceitos explícitos dos mais variados matizes ideocráticos, mas todos com as cores do totalitarismo e da hegemonia de um único pensamento validado. Não se tratava naquele momento de afirmar o renascimento do nazifascismo no espectro da direita, ou do stalinismo-maoísmo à esquerda, pois só poderia renascer aquilo que um dia verdadeiramente morreu. O que se observa é o despertar consciencial da soberba hermética, que nunca deixou de habitar a natureza humana, desde o primeiro e mítico fratricídio.

Nossa América Latina se viu novamente imersa em lideranças totalitárias, mas agora democraticamente eleitas na Venezuela, Bolívia, Chile e Equador, entre outros exemplos ainda envergonhados de revelar seus verdadeiros anseios; seguindo a tendência mundial de discursos similares em países da nobreza parlamentar democrática da Europa e, paradoxalmente, na democracia libertária dos Estados Unidos, que foi entregue ao seu "homem laranja", desconcertadamente fã do dinástico russo Putin, como metáfora relativista da liberdade sob as coleiras do status governamental.

Na "terra brasilis" a realidade não se torna diferente do matiz mundialmente desenhado, porquanto expeliu de suas entranhas sombrias à presidência da república o seu "Messias", capitão

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

expurgado de sua corporação por organização de maquinações terroristas; deputado federal reconhecido pela sua ineficiência legislativa, bem como pelo relacionamento contumaz com submundo das milícias cariocas, que incluem denúncias repetidas de apropriação de salários, nepotismo cruzado e contumaz discurso fascistoide. Tudo muito bem documentado e de sabença pública e notória.

Para não dizer que não falei de flores, a vitória do "Messias" se explica pela desilusão endêmica da população brasiliana, alimentada pela massificação dos discursos midiáticos em favor do neoliberalismo canibalista (capitalismo é outra coisa). A decepção sangrou o carisma daquele filho do nordeste, baluarte de sonhos que se tornaram pesadelos recorrentes, contaminando a história de um movimento político embasado no melhor da classe operária e da intelectualidade sonhadora, com uma proposta de ideal ético social diferenciado e límpido (uma verdadeira utopia de igualdade e solidariedade), que se desfez nos pactos diabolicamente construídos nos esgotos da politicagem cancerígena dessa nação.

Embora o discurso vencedor tenha como fundação o sepulcro da chamada "velha política", o "novo salvador" na verdade não representa essa diretriz sofista, mas o que há de pior nela, pois materializa o lado mais obscuro e inescrupuloso do sistema político brasileiro. Havemos de concordar que o "Messias" não está envolvido em nenhum esquema nacional ou internacional de corrupção, tão pouco com a engenharia de subornos do nosso primeiro escalão político e da nossa elitista classe empresarial, que remonta aos tempos dos saudosos Pedro Álvares e Pero Vaz.

Explica-se que o "seu Jair" não é um corrupto de estirpe, isto é um fato qualificado. Não existe nele e no seu séquito a capacitação intelectual para uma atuação tão sofisticada, como nos esquemas de empreiteiras e de estatais; isto demandaria uma inteligência aguda que não lhe é peculiar. Sua corrupção é pequena, rasteira, parasitária; seus desvios estão nas esquinas de revendas de gás e instalação de "TV a cabo" clandestinos, rachadinha de assessores e contratações da parentalha na alcateia política. Todas essas situações foram reiteradamente noticiadas pela mass media em notas de rodapé que, convenientemente, não lhes destacaram a devida compreensão naquele momento eleitoreiro do país, pois o senso utilitarista prevaleceu: "o fim justificam os meios".

Os vindouros filósofos, sociólogos e pensadores irão contemplar as primeiras décadas do século 21 e constatar que, nas expressões culturais e comportamentais ali vigentes, a estupefação com as palavras e atitudes do "seu Messias" não poderiam embasar a procedência crítica aos seus primeiros e caudalosos passos de governo, porquanto reverberava exatamente nas mídias e na aristocracia que o elegeu. Apoiaram a mentira insana e agora inflamam pela verdade ética, rememorando a hipocrisia farisaica.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

O “heroico mítico” erigido se mostrou um fiel paradigma das massas brasilianas; uma imagem explícita da maneira como essa significativa claque pensa o mundo ao derredor, bem como as suas relações com a sociedade e a política, caracterizando o típico cidadão brasileiro medianeiro (na sua versão mais sombria e realista), contrariando a definição hegemônica e romantizada do nativo receptivo, divertido e esperto, que se vê na literatura pátria desde os tempos dos saudosos posseiros Pedro Álvares e Pero Vaz.

Não menosprezando a latinidade e a verve fraterna existente no país Brasil, o que os futuros pesquisadores verão na época pretérita em análise serão um percentual significativo de endêmicos nativos preconceituosos, violentos, analfabetos políticos e funcionais, racistas, machistas, autoritários, moralistas e desonestamente convenientes, sem neles haver distinção de composição em sexo, credo, raça e extrato social, apesar do paradoxo de examinar um negro-racista, uma mulher-machista ou um homossexual-homofóbico. Trata-se de valores primitivos arraigados nos padrões culturais de comportamento, mesmo que estejamos todos imersos numa rede de crescentes informações e relações interpessoais sem fronteiras, mas que não significa a transformação da sombra de tudo que somos nós.

Os avanços civilizatórios chegaram e se materializaram em políticas inclusivas, deteriorando as expressões públicas de racismo e de machismo pela criminalização dos preconceitos, bem como avalizando as diretrizes educacionais de base. Mas tudo isso ainda sobrevive na consciência das pessoas, no cotidiano das vidas residenciais, nas relações afetivas e nos espaços de trabalho, no compartilhamento consensual nas redes sociais e grupos de whatsapp, perfilando nas comédias e nos comentários costumeiros entre amigos, nos seletos grupelhos onde prevalece a certeza de que ninguém será delatado ou deletado.

Os vindouros pesquisadores poderão enxergar a obviedade: os preconceitos estão proibidos de se manifestar, mas sobrevivem internalizados, não por uma convicção modificativa cultural, mas por medo do caráter punitivo do ‘politicamente correto’, que serve tão somente para reprimir a naturalidade cotidiana. Esses sentimentos reprimidos, ensina a psicologia, vão potencializando uma conotação negativa maior dentro dos limites emocionais do indivíduo; se criam expectativas sobre a vida sem as frustrações da repressão, aguardando serem libertos e extravasados por algum gatilho existencial.

A história contada no próximo século discorrerá sobre o acionamento deste gatilho existencial nos brasilianos e brasilianas medianos nesses anos acinzentados, que do mais profundo de suas vísceras entupidas de preconceitos e ódios reprimidos, escolheram um ídolo perfilado em sua imagem e semelhança para a Presidência da República Federativa do Brasil varonil. Essas

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

pessoas agora se sentem representadas pelo "Messias" que despreza os homossexuais, os índios, os pobres, as mulheres, os nordestinos e os negros (salvo mucamas e serviçais da 'Casa Grande'). Useiro e vezeiro de palavrões e ofensas para destruir aquele que ousa ter um pensamento diferenciado. O "mito" (uma mentira que explica realidade) enaltece a ignorância, a violência, o preconceito e a difamação sobre todas as áreas do conhecimento humano.

Os brasilianos e brasilianas medianos não seguem sua marcha somente em defesa da "mentira que explica sua realidade", mas para também exaltar a sua própria mediocridade paleolítica, condenando todos os avanços relacionais de liberdade, igualdade e fraternidade conquistados ao longo da história, reverberando seus padrões de intolerância, preconceito e falta de senso crítico, presentemente bem representados pelo "seu Jair".

Os vindouros filósofos, sociólogos e pensadores deverão aprofundar com mais isenção e menos conveniência o processo de compreensão dessas primeiras décadas brasilianas do século 21, aferindo os comportamentos de ódio e preconceito velados no íntimo das consciências. Poderão rever os conceitos de humanidade que, sem dúvida, sempre pautou os temas mais refletidos pelos pensadores históricos. Talvez consigam chegar a conclusões menos entristecedoras do que a realidade deste tempo; talvez uma resposta que consiga orientar gerações para um conhecimento consciencial de sua existência e de sua cultura, que certamente (confiando sempre) sobreviverá no melhor das idades.

Recebido em: 08/05/2020

Aprovado em: 12/10/2020

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

CIBERTEOLOGIA

DOCUMENTOS

LAUDATO SI', NA PERSPECTIVA DA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA

FREI CARLOS JOSAPHAT OP.
SÃO PAULO, 30 DE MARÇO DE 2016.

No vigor de seus setenta anos, a PUC-SP quer oferecer à mensagem do Papa Francisco uma recepção de alto nível pluri e interdisciplinar. O que coincide com um valioso encontro acadêmico. Essa Casa se tem consagrado a estudar e a difundir a doutrina social da Igreja, doutrina que o Papa Francisco leva agora à plenitude de sua realização. Propõe-nos um projeto eclesiológico, aprimorado em sua fidelidade evangélica e em sua abertura ao bem da humanidade e de nossa casa comum.

Somos, pois, convidados a confrontar a mensagem e a atitude do Papa Francisco com a marcha da Doutrina social da Igreja desde a *Rerum Novarum* até a *Laudato Si'*.

A superação das atitudes antagônicas da Igreja diante da modernidade culmina finalmente na esperança da plena reconciliação da humanidade e na valorização científica e tecnológica e estética de toda a criação

Em uma primeira reflexão de caráter histórico, é indispensável bem discernir a realidade, a extensão e o sentido das atitudes antagônicas da Igreja e da modernidade. Nos últimos pontificados, esse antagonismo se atenua mais e mais até chegar aquele abraço que a igreja oferece ao mundo no gracioso prólogo da Constituição conciliar *Gaudium et spes* (GS 1). Para isso, aqui se indicam apenas dados e etapas de uma evolução histórica progressiva, coroada por um bom modelo para hoje e amanhã, em cuja promoção se empenha o Papa Francisco.

Depois de ter celebrado, ainda simples monge, o "triunfo da Santa Sé e da Igreja", Gregório XVI, em 1832, declara que, com seu pontificado, era chegada a hora de levar a cabo esse triunfo. De que jeito e com que instrumento? Com a nitidez e o rigor de um bom latim ciceroniano, res-

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

ponde o Papa beneditino: *Virga compescere:* é o momento de "coibir com bastonadas" os insolentes desatinos da modernidade. O antagonismo já antigo dispõe agora de sua linguagem própria.

Após um momento de simpatia pelos movimentos liberais, o sucessor de Gregório XVI, Pio IX se volta com toda a sua energia para o uso decidido do bastão. O bastão pontifício será a pena, a força da palavra escrita, mais e mais veemente. Pois, o poder político mesmo sobre os Estados Pontifícios, já atingidos pela tentação da modernidade, foge das mãos do Papa. E esses territórios, dados e como que identificados a Igreja na alta Idade Média, acabam por serem invadidos e anexados na unificação italiana.

Vai surgindo um projeto pedagógico, inspirado e guiado pela confiança na palavra. Ele um caráter de novidade, na medida em que se visa mais a suscitar a adesão pela convicção e não se impor pelo medo e por medidas punitivas. Essa inovação irá crescendo e se afirmando. Progredindo na sua autocompreensão de comunidade de Cristo e do Espírito de Amor, a Igreja não dará mais a prioridade à denuncia e á condenação de erros e de errados. Buscará, então, o bem total e concreto, a fidelidade diante de toda a humanidade atual e futura. E mesmo para o cuidado carinhoso e tecnológica do Planeta Terra, a Casa Comum de todos os povos e de todas as gerações.

O modelo, em parte renovador, da eclesiologia de Leão XIII

Simplificando um pouco e sintetizando ao máximo, podemos destacar os traços de modelos eclesiológicos, a partir desse Papa pioneiro.

Para promover a unidade evangélica dentro da própria Igreja, Leão XIII começa pela vida de oração que há de animar todo rebanho de ovelhas e pastores. A atitude inovadora talvez venha a surpreender (felizmente) em nossos dias. O Papa reconhece que, após o Concílio de Trento, enquanto as comunidades protestantes rezavam junto e em vernáculo, a liturgia católica lacrada no seu latim continuava tarefa exclusiva do clero. Partindo para a prioridade do realismo, Leão XIII faz a opção pelo que era possível, a reza coletiva do rosário até durante a missa. Em seu longo pontificado, púbica dez encíclicas amplas e bem elaboradas exaltando o rosário como a oração que o povo cristão entende e que o pode unir na meditação evangélica. O Papa consagra essa instância acessível de oração popular, deixando ficar a liturgia como apanágio do clero. O comum dos fiéis continuará a assistir, sem participação ativa a liturgia em latim, se desenrolando como espetáculo sagrada. O papel seletivo do santo Rosário era assim estendido e oficializado por Leão XIII, pois bem sabia que nos institutos monásticos e religiosos, desde os fins da Idade Média os chamados irmãos leigos tinham algo como o rosário qual modo comunitário de rezar.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Um terceiro elemento do modelo eclesiológico de Leão XIII corresponde ao empenho de aprimorar a figura do católico praticante que se tinha consolidado após o Concílio de Trento. Pois, o Papa vai longe e mais fundo. Insiste em que os fieis cumpram seus deveres na intimidade do coração, no seio da família e em meio à sociedade. Em alguns discursos e escritos. Ele aborda tema da "ação dos cristãos", da atividade conjunta, organizada dos católicos, dando o bom testemunho ao mundo moderno que se organiza mais e mais. Pode-se reconhecer aqui umas primeiras sementes do que chegará a ser a Ação católica organizada e participante do apostólico hierárquico, sobretudo com Pio XI.

Um quarto e último elemento eclesiológico parece vir mais das bases. É uma ação social ativa movida por grupos e associações de patrões e de trabalhadores que reagiam contra socialistas e comunistas e buscavam caminhos de justiça social. Esse despertar da consciência social nessas empresas e grupos católicos exerceu uma influência sobre Leão XIII, de que desejavam uma manifestação formal, uma doutrina social de autoridade pontifícia. Essa influência conjunta de patrões e trabalhadores cristãos virá da Alemanha da França e da Suíça.

A primeira oficina pontifícia consagra o despertar da consciência social da Igreja diante do mundo moderno. A encíclica *Rerum Novarum* (15 de maio 1891)

É o que mais interessa o nosso propósito. Leão XIII vai levar a Igreja a entrar oficialmente no campo social, cedendo às sugestões, quase à pressão dos leigos e pastores locais, que já se haviam despertado à urgência da "questão social". Ele só pôde falar em termos de justiça social, quando a Igreja já fora despojada e desembaraçada do poder temporal, dos Estados Pontifícios. Nestes as autoridades eclesiásticas e os diferentes setores e instâncias do poder civil delas dependentes, mais ligados aos nobres e poderosos não tinham jamais dado mostras de uma consciência social.

Ainda aqui se verifica o axioma. Em cada momento histórico, a Igreja há de libertar-se para se tornar libertadora.

Os católicos conservadores e liberais pretendiam que a questão social dependia da "caridade" dos patrões, entendida no sentido assistencialista, e da simples honestidade, da sobriedade, da tranquilidade e da dedicação dos trabalhadores.

A adesão do Papa aos católicos sociais leva-o a organiza uma espécie de oficina pontifícia montada para se chegar a uma encíclica que abrisse a porta da Igreja para o campo social, em que ela venha se afirmar como guia e mestre da humanidade. Essa oficina instaurada pelo

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Papa estabelecia e intensificava um diálogo vertical, uma ascensão crescente de informações e doutrinas vindas da base e acolhidas pelo Soberano Pontífice. Ele, então, se punha a organizar esse dado eclesial, recorrendo a seus colaborares romanos, um dominicano e outro jesuíta. Leão XIII tem a arte de multiplicar as consultas, para bem poder decidir sozinho, como chefe soberano. Praticava um bom começo de colegialidade vertical. Por mensagens escritas ou múltiplas audiências, tomava conhecimento das experiências e das doutrinas já desenvolvidas na Alemanha, onde contara com as excelentes contribuições de Von Ketteler, na França se afirma e mesmo se agitam inquietos pesquisadores como Léon Harmel, Albert de Mun. E especialmente da Suíça, sugestões concretas e textos bem elaborados são enviados a Roma, a partir do longo trabalho da União dos Trabalhadores Suíços, sob a orientação do Bispo de Friburgo, Dom Mermillhod.

Fazendo opção pelos "católicos sociais", Leão XIII mostrava lucidez e coragem, ao publicar a encíclica *Rerum novarum*, em 15 de maio de 1891. Nesta, se condenam vigorosamente os socialistas e comunistas, se defende a legitimidade da propriedade privada. O que já vinha sendo feito em documentos pontifícios da primeira dúzia de anos do pontificado. A novidade está em abordar de frente o ponto nevrálgico e dever embaraçoso. É a necessidade urgente de humanizar a condição dos proletários, nova classe social criada e mais massificada pela nascente economia industrial.

Quais os pioneiros dessa difícil proeza? É preciso – proclama e argumenta a encíclica – conjugar a intervenção do Estado, a ação organizada e solidária dos patrões e dos próprios operários, com a ajuda e sob a guia da Igreja, entenda-se da Autoridade da Igreja, para buscar soluções de justiça e de caridade em vista de resolver a "questão social". Social, porque toca toda a sociedade. A originalidade da encíclica era esse movimento total a partir de uma consciência social mobilizadora de todas as forças da sociedade. É a atitude exatamente antagônica a uma luta de classes. O Papa imaginava mesmo e o declara em várias mensagens, que era uma volta à harmonia social que teria reinado na cristandade medieval, graças especialmente às corporações profissionais. O que coincidia com o projeto global de Leão XIII que consistia em reconduzir a modernidade à bela e feliz tradição estruturada na Idade Média. A se tinham afirmado e articulado, hierarquizado o universo da consciência, da fé, da teologia, da promoção da justiça nas reações entre pessoas, camadas e instituições sociais. Tal era programa descrito, analisado e comprovado por Leão XIII, na primeiria grande enscíclica doutribal, que o Papa lançava no fim do priero ano do pontificado: a encíclica *Aeterni Patris* (04.08.1879) sobre a tradição doutrinal e mora da Igreja, tal como se apresenta no Doutor comum da Igreja, Santo Tomás de Aquino.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Em síntese, Leão XIII inaugura uma marcha, de início, lenta e parcial da atitude reconciliadora da igreja, repercutindo em sua doutrina social, no ensino e na prática dos amplos pontificados que, sem o saber, preparavam a Constituição conciliar *Gaudium et spes* e a encíclica duplamente franciscana Laudato Si'.

São Pio X. Tentativa de conciliar a severidade e a misericórdia

Durante seu pontificado (1903-1914), São Pio X não teve ocasião de mostrar interesse pela questão social. Seu sucessor, Bento XV, interveio com lucidez e coragem, em prol da paz, durante a 1ª guerra mundial, que marcou terrivelmente o seu pontificado (1914-1922).

Diga-se muito de leve que o pontificado de São Pio X foi marcado por traços da velha severidade, prolongando Pio IX, bem como por indícios da misericórdia inaugurada por Leão XIII. Em sua análise pastoral, ele vê e aponta no modernismo a confluência de todas as heresias. Seria urgente opor um antimodernismo geral para suplantar o modernismo na teologia, na pastoral, nos estudos históricos e das ciências humanas, sobretudo na filosofia. Todos os filósofos modernos devem ter seu lugar reservasdo entro os autores condenado no Index. Na vida ínterior da Igreja. Todos responsáveis das instâncias da pastoral e do ensino devem sempre em toda parte fazer de joelhos a profissão de fé antimodernista. Nesse clima de mobilização da Igreja militante, abre-se o espaço para o ortodoxismo extremo, impelindo a manter a Igreja na repetição formalista do que foi o saber de ontem, mantendo, açulando a desconfiança frente a tudo o que é novo. É o lado da volta à severidade na Igreja em virtude do predomínio da Congregação do Santo Ofício e de Sagrada Inquisição. Um simples exemplo. Desejando acabar com modernismo de que Alfredo Loizy lhe parece, a total personificação, o Papa o condena como "excomungado vitando", a ser evitado, abandonado na solidão em toda a parte, tornado uma vítima viva de uma morte social. Fomentada pela delação generalizada, essa severidade ocasional chegou a cair sobre o Padre Lagrange, o homem da confiança de Leão XIII, fundador da Escola Bíblica de Jerusalém e pioneiro da renovação bíblica na Igreja.

Ora esse mesmo são Pio X inaugurava a renovação litúrgica da Igreja, indispensável à vida evangélica e à mobilização social do povo cristão. É a outra dimensão, a face interna dessa dúzia de anos de um ativo e fecundo pontificado. Ele proclama com insistência que a liturgia é a fonte eminente da teologia, difunde o *Lex orandi*, *Lex credendi*, mostrando no processo constante do desdobrar da liturgia toda a riqueza da revelação e da tradição iluminando e guiando a Igreja por dentro. Manteve contato com os pioneiros e os movimentos da renovação litúrgica, tonando-se, assim, neste ponto, um vanguardeiro do *aggiornamento* de João XXIII, do Concílio

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

e do Papa Francisco. Sua contribuição é menos ostensiva do que as contribuições doutrinais ou institucionais dos dois pontificados exemplares da marcha da doutrina social e dos modelos históricos de sua realização os quais vem ser os dois pontificados de Pio XI (1922-1938) e de Pio XII (1939-1958). Dada a influência de um já amplo e ativo movimento litúrgico, textos em si de pouco relevo, como o motu próprio *Tra le Sollicitudine* (22/11/1903) se difundiam e eram lidos e comentados nas comunidades e movimentos renovadores.

Pio XI (1922-1939), avanços doutrinais e operacionais do modelo eclesiológico e da doutrina social de Leão XIII

O primeiro gesto de Pio XI ao assumir o pontificado foi de abrir uma janela. Já vestido de branco, mandou abrir a janela sobre a praça de S. Pedro. E deu a bênção *urbi et orbi.* O que não se fazia mais desde que Pio IX, para marcar que o novo Papa condenava o despojamento dos Estados Pontifícios e se declarava prisioneiro injustiçado no Vaticano.

Rompendo com essas páginas de uma história dolorosa, mas grandemente ambígua, o novo Papa hasteia logo, em sua pregação, a bandeira do Reino de Cristo, anúncio e fonte da paz para o mundo que preparava a guerra com o anunciado pulular das ditaduras agressivas e colonialistas. Tal é o sentido bíblico, mas bem atual de seu lema pontifício naquele momento da história "A paz de Cristo no Reino de Cristo". Três anos após sua elevação ao trono pontifício, ele lança com destaque e mesmo com entusiasmo a festa de Cristo Rei em 1925, reatualizando o esse título evangélico de Cristo. Não se ocupa em lhe ajuntar uns ramos de oliveira. Mas, quer logo proclamar, com todo realismo, que a humanidade não se apostasse nos chefes que aí vinham na Itália, na Alemanha, na Espanha, em Portugal, e mais ainda Rússia. O verdadeiro Senhor e Mestre era o Príncipe da paz, que inaugurou na terra o "Reino da Verdade e da Vida, Reino de Justiça do Amor e da paz".

Leão XIII tinha inaugurado a ruptura com a fase agressiva do *Syllabus* e da Sagrada Inquisição. Retomou em uma perspectiva positiva os temas modernos condenados por seus dois últimos predecessores, Gregório XVI e Pio IX. E se tinha, então, empenhado em elaborar tratados positivos e clássicos sobre a liberdade, a verdade, a justiça, sobre o poder, o bem comum, sobre os direitos e deveres dos cidadãos.

Pio XI, de maneira original, reassume esse projeto eclesial e social, a que seus predecessores imediatos não se mostraram tão atentos. Por outro lado, esse Papa tinha o dom de abordar temas e problemas de maneira operacional, juntando o esclarecimento doutrinal e o encaminhamento prático, procurando fazer acontecer e acompanhando o processo do bom acontecer.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Assim, a sua encíclica *Quadragésimo anno* de maio 1931, serviu de base para a introdução da dimensão social na Constituição brasileira de 1934, graças ao trabalho inteligente e criativo de Dom Leme e de Alceu Amoroso Lima. Na mesma encíclica Pio XI sugeriu um aperfeiçoamento do sistema salarial dentro da economia liberal. O que foi em parte realizado.

De forma mais ampla suas grandes prioridades, a Ação Católica com a participação efetiva dos leigos no apostoado hierárquico, as Missões com a criação de uma hierarquia nos países recém evangelizados. O Papa gostava de receber confidencialmente em audiências particulares o Cônego Kardijn fundador e à frente da JOC. Ele lançava a doutrina e chegava a contatar e orientar os líderes realizadores desses avanços apostólicos e sociais. Era deveras o chefe, mas, sobretudo o pastor de toda a Igreja.

Pio XI orientou seu pontificado (1922-1939) de maneira muito pessoal, mas retomando a inspiração social de Leão XIII, ajuntando-lhe o projeto de mobilização do laicato nos movimentos da Ação Católica. Insistiu em comemorar os quarenta anos das grandes cartas encíclicas de Leão XIII. Com o grande destaque dado à *Rerum* N*ovarum,* é oportuno lembrar que Pio XI escreveu excelentes encíclicas sobre os pontos essenciais aborddos por Leão XIII, o Matrimônio e a Família, a Educação, a justiça no trabalho e na sciedade pontos importantes.

Da *Rerum novarum* à *Quadragesimo anno* verifica-se um salto qualitativo. De maneira criativa, Pio XI aprofunda e adapta a mensagem já comumente aceita confrontando-a com as aspirações, os desvios e os grandes sistemas totalitários que começavam a eclodir, para em seguida explodir para desassossego da humanidade.

Pio XI denuncia os desvios dos próprios sistemas, propõe inovações nas empresas, tais como a participação dos trabalhadores nos lucros e – de alguma maneira sugere ele, – até na gestão. Essa sugestão de um superamento do contrato e do sistema salarial jamais foi tomada a sério, a não ser por um ou outro grupo mais generoso. O sistema de economia lucrativa tende a recalcar os projetos de reforma que o tocam de qualquer modo.

Pio XII (1939-1958). Prosseguimento e retoques dos projetos eclesiológicos precedentes

É significativa a orientação imprimida à Igreja por esse Papa em momento dos mais delicados da históra, inaugurados com a segunda guerra mundial. Senhor de uma vasta cultura, conhecedor da situação política do mundo, era eminente orador. Abordou uma infinidade problemas e temas nos seus discursos assíduos, enquanto possível cotidianos, falando às diferentes

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

profissões e grupos que o visitavam. Não se preocupava tanto com o que para Leão XIII e Pio XI constituía o projeto eclesiástico e social, um novo modelo evangélico de Igreja ou uma forma justa e solidária de sociedade.

O Papa emérito Bento XVI criticou uns tantos estudiosos das fontes tradicionais do Vaticano II, os quais lhe parecem não dar o devido apreço a Pio XII, que é o Papa mais citado nos Documentos conciliares. Em uma homília de nove de outubro de 2008, celebrativa do quinquagésimo aniversário da morte de Pio XII, Bento XVI deixa falar a inteligência o coração. Vaticano II teria prolongado simplesmente o pontificado que o precedeu. Há dados significativos evocados pelo Papa que teve a coragem de renunciar ao supremo pontificado. Primeiro, pode-se reconhecer que, depois de relegar a preparação do Concílio construída pela Cúria romana no estrito e fiel seguimento de Pio IX, os Padres conciliares timbraram em mostrar o quanto apreciavam as fontes tradicionais e, mesmo inovando, tinham nas mãos e nas mentes o ensino anterior da Igreja especialmente de Leão XII, Pio XI, e Pio XII. Este é particularmente frequentado. No que concerne o paradigma eclesial renovador e os modelos de diálogo com o mundo, Pio XII assume os principais os projetos de Pio XI, cortando ou aprimorando os pontos que esses documentos de seu predecessor haviam sido acolhidos, por vezes ampliados na recepção dos líderes reformadores. O que Pio XI lançara com entusiasmo, as missões, a Ação Católica, a eclesiologia do Corpo Místico, e, já Pio X, a renovação litúrgica, todos esses dados foram retocados, precisados, alguma vez, limitadod por Pio XII. Em geral as inovações, quando aceitas, eram submetidas à necessária aprovação dos bispos. Uma comunidade e deseja renovar sua liturgia, que não minimize a função primordial do clero na presidência das assembleias e em tudo siga as orientações dos bispos.

Assim, a Ação Católica pareceu ter pretensões de certa primazia. O Papa Pio XII declara- o que então me causou a mais dolorosa surpresa- que todas as formas de piedade e devoção eram Ação Católica. Especialmente as Congregações Marianas então florescentes e concorrentes. Ouvi nessa época o comentário tranquilo e irônico do Cônego Cardijn, em vista ao Brasil: "Que se exaltem as Congregações Marianas, mas que sejam JOC ou JUC não se vu até hoje e será difícil de ver amanhã".

Levando muito em conta as numerosas referencias conciliares aos textos de Pio XII, pode-se propor a seguinte forma hermenêutica. Quando se trata do projeto conciliar de levar a bom termo o paradigma evangélico renovador da Igreja e o novo modelo de dialogo eclesial com o mundo, Vaticano II cita em geral Pio XI e Pio XII, indo mais longe do que o dado tradicional representado pelos dois Pontífices. Mas há algo de surpreendente na utilização que deles faz o

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Concílio. Que se tome, por exemplo, o ponto mais original do pontificado de Pio XI. A Ação Católica. Pio XI inaugurou e promoveu "a participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja". Essa definição oficial exigia uma eclesiologia renovada, superando o velho clericalismo, definindo a identidade e a missão dos leigos pelo o que eles são e plos dons recebidos diretamente de Cristo.

Pio XII na constituição *Bis saeculari die* ressalta o papel dos leigos, mas igualando todas as formas de devoções sem ter em conta formas de participação dos leigos. Algo de semelhante se observa no que toca a liturgia tratada na encíclica *Mediator Dei* publcada por Pio XII em 1947.

O Concílio assume e vai mais longe e mais fundo na valorização dos leigos e na sua participação na constituição e na vida da Igreja (Constituição *Lumen gentium*). No culto, na liturgia da Igreja (Constituição *Sacrosanctum*) e na transmissão da tradição viva da Igreja (Constituição *Dei Verbum*). E, sobretudo reconhecendo-lhes a missão própria e primordial na promoção da justiça e da paz no mundo (*Gaudium et spes*). Tem em conta as críticas de Pio XII, que visava conter excessos e manter a autoridade eclesiástica e as prerrogativas do clero, temeroso do prestigio que Pio XI dera aos leigos. Mas superando de todos os lados essas reservas de Pio XII, a definição conciliar da Igreja valoriza os leigos, privilegiando a comunhão, a participação e a missão com as dimensões essenciais de toda a Igreja de Cristo. Diga-se, portanto Vaticano II não utilizou tanto os textos pontifícios anteriores. Mas prolongou a contribuição deles, dando-lhes mais força, precisão e coerência.

O pontificado de Pio XII se destacou pela sua extraordinária fecundidade em discursos, alocuções e mensagens, sendo superado apenas por João Paulo II. No entanto, nenhuma encíclica foi consagrada à doutrina social, nem mesmo por ocasião do cinquentenário da *Rerum novarum* (1941*;* 1951 teria sido uma ocasião de reparar a omissão, se essa se devesse à guerra. O papa não a aproveitou). No dia 1º de junho de 1941, solenidade de pentecostes, Pio XII pronunciou uma rádio mensagem, breve, mas de rara densidade doutrinal. Várias outras rádiomensagens foram dedicadas a temas sociais de grande importância, sempre na festa de natal, de l939, 40, 50, 51, 54. O valor dessas intervenções papais reside no vínculo que ele estabelece entre a mensagem cristã, a democracia e os direitos humanos fundamentais. O que era uma originalidade, a que João XXIII saberá dar um grande realce, fazendo desses temas positivos as notas luminosas de seu curto e prodigioso pontificado.

Atenuou o primado que Pio XI atribuíra à Ação Católica, descartou iniciativas audaciosas do tipo Padres-Operários. Mas, sobretudo, inaugurou um diálogo discreto da Igreja com a democracia, insistindo sobre as condições e exigências para a efetivação dessa difícil e qualificada

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

forma de governo e de vida. Com mesma discrição, abriu caminho para a reflexão sobre os direitos humanos, cuja declaração em clima revolucionário no século XVIII tinha sido uma pedra no meio do caminho, cada vez mais acidentado, desde então percorrido pela Igreja.

Não deu grande importância ao fo da maior importância da atualidade, a ONU e sobretudo, à *Declaração Universal dos Direitos Humanos* em 1948. Assim, mais do que se tem salientado geralmente, Pio XII preparou a plena eclosão da doutrina social da Igreja nas famosas encíclicas sociais de João XXIII.

João XXIII, inovador a partir da releitura seletiva e criativa do passado

Esse jovem papa ancião começa por uma releitura da história, vendo à luz do modelo da Igreja comunidade universal, guiada por uma autoridade apostólica de colegialidade e serviço. O que já começara a fazer Pio XI. Ambos em suas mocidades foram levados a passar pela biblioteca do Vaticano, por empenho de superiores que os achavam um e outro um tanto avançados em seus projetos eclesiológicos. Sem dúvida, tiraram seu proveito para a aprofundar e melhor esclarecer esses projetos.

Com efeito, João XXIII esperava que seu pontificado (1958-1963) fosse um "novo pentecostes", um "*aggiornamento*" da Igreja. O que se realizou em grande parte com o Concílio, por ele convocado e preparado. Quanto à doutrina social, João XXIII a renovou no fundo e na forma, com as suas duas encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in terris* (1963). Elas deram uma imensa atualidade ao ensino social cristão, que se tornava compreensível e bem aceito, apesar das dificuldades opostas à sua prática efetiva, pelos dois sistemas rivais: o capitalismo liberal e socialismo comunista. Essas duas encíclicas, juntamente com a segunda parte da Constituição conciliar GS, que nelas se inspira, constituem a melhor síntese da doutrina social da Igreja, mesmo após os prolongamentos trazidos pelos pontificados seguintes.

Pois as encíclicas de João XXIII serão grandemente retomadas e homologadas pela autoridade suprema do Concílio Vaticano II na 2ª Parte da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, promulgada já no apagar das luzes da assembleia conciliar, dia 7 de dezembro de 1965. A preparação dessa Constituição atrsou todo o Concílio e é significativo que tenha sido promulgada na última hora, junto com a Declaração *Dignitatis humanae* sobre a Liberdade religiosa, que começa por ser de fato uma exaltação da liberdade humana. A const. GS e a Declaração sobre a liberdade religiosa são documentos de uma riqueza imensa que não foram ainda bastante assimilados pela Igreja até hoje.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Nelas se reconhece o olhar positivo e quase carinhoso da Igreja sobre o mundo moderno, acolhido agora naquilo que tinha sido a famosa pedra de escândalo, a opção revolucionária pelas liberdades e pelos direitos, vista, temida e odiada de início pelo mundo eclesiástico, como a sanha de lançar por terra o trono e o altar.

São João XXIII proclama que a Igreja passou da "severidade à misericórdia". Com rara felicidade, São João XXIII proclama a novidade singular que e propõe oficialmente ao Concílio, que este procurou realizar e que o Papa Francisco quer tornar plena realidade de como a primeira das urgências evangélica de que a humanidade tem a extrema necessidade e que apontam para coração e o rosto da Igreja. Esposa amada de Cristo e "Mãe e Mestra" das pessoas e dos povos.

Eis esse texto que é como a síntese das atitudes fundadoras do Concílio: "A Igreja jamais cessou de se opor aos erros. Ela os condenou mesmo muitas vezes com grande severidade. Mas hoje, a Esposa de Cristo prefere recorrer ao remédio da misericórdia, mais do que recorrer às armas da severidade. Ela julga que em vez de condenar, responde melhor às necessidades de nosso tempo colocando em maior valor as riquezas de sua doutrina".

Assim se relega uma atitude que não merece o título de tradicional, pois não era a expressão adequada do modelo evangélico da Igreja de Cristo, animada por seu Espírito de Amor. Essa prerrogativa da misericórdia da Igreja, assumindo e prolongando a misericórdia divina, será acolhida pelo Concílio e se tornará como sua originalidade singular e fundamental.

Tal o sentido autêntico das mudanças sintetizadas no famoso *aggiornamento* de João XXIII. A primeira figura é a misericórdia tomando o lugar da severidade inquisitorial e punitiva. No entanto, no conjunto de seus Documentos, Vaticano II pouco recorre ao termo misericórdia, mas exprime e desdobra sua forma concreta: a riqueza divina, evangélica e eclesial de seu conteúdo utilizando a linguagem total ou parcial do "Amor divino universal". É o que se verifica e vem explicado no verbete *Amor-Caridade*, no Dicionário do Concílio Vaticano II.

Paulo VI entre o dinamismo do Concílio e os freios da Cúria Romana

O Cardeal Montini entre os cardeais pioneiros que salvam o Concílio do enfeudamento à Cúria romana. Como Papa, ele garante em geral o clima de liberdade e diálogo no Vaticano II. E dá o belo exemplo de por em prática as sugestões que lhe fazem os padres conciliares Paqulo VI chegou a surpreendê-los. Quando o Concílio terminava de aprovar o Decreto sobre a Missão Pastoral dos Bispos (*Christos Dominus*, cap. III, no. 36) em que se fazia sugestão da retomada e da revalorização dos Sínodos, o Papa os parabenizou e informou de que já tinha acolhido a sugestão e estabelecido a instituição dos Sínodos periódicos.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Acolhendo a sugestão dos Padres conciliares, Paulo VI estabelece como que uma ponta avançada para o estudo da mensagem e a aplicação ativa e operacional da doutrina social da Igreja é o Conselho Pontifício Justiça e paz.

O pontificado de Paulo VI (1963-1978) é marcado, sobretudo, pelo Concílio Vaticano II, cuja celebração o Papa orientou de maneira discreta, jeitosa, mas extraordinariamente profunda e eficaz.

Três grandes documentos sociais nos vieram de Paulo VI. Dois pessoais: o primeiro é a encíclica *Populorum Progressio,* "Sobre o desenvolvimento dos povos" (1967), na qual colaborou o padre Lebret, e que é o documento, vindo de Roma, mais voltado para os problemas do terceiro mundo. O segundo documento é a Carta Apostólica *Octogesima adveniens,* que comemora o 80º. aniversário da *Rerum novarum* (1971). É o melhor texto do magistério sobre o caráter operacional da doutrina social. Dá à iniciativa e ao discernimento das comunidades e dos fiéis o seu verdadeiro lugar, isto é: o primeiro. O terceiro documento, no mesmo ano de 1971, emanava do Sínodo dos Bispos, e era publicado imediatamente sem retoques, sobre a "Justiça no mundo". É uma mensagem colegial, calorosa, visando conduzir à prática, em contraste estimulante com os textos produzidos nos gabinetes, dotadas de apreciável valor acadêmico, mas abstratos, desprovidos de contato com a realidade social e as bases da Igreja.

João Paulo II: amplos progressos especialmente na formulação da Doutrina social

João Paulo II deu especial relevo à doutrina social da Igreja, insistindo sobre o seu caráter de elemento integrante da mensagem evangélica e, portanto, parte indispensável da pregação e do ensino da Igreja. Sem esquecer bom número de pronunciamentos importantes, destacamos alguns dados como essenciais para nossa reflexão sobre a natureza, as propriedades e os relevos da Doutrina social.

Um primeiro dado significativo, a Declaração conciliar *Sobre a liberdade* e a parte propriamente social da *Gaudium et spes* mereceram uma atenção especial e por vezes uma judiciosa colaboração do então jovem arcebispo de Cracóvia, Karol Wojtyla. Este, uma vez eleito papa (em 1978), logo no primeiro ano de seu pontificado lançou dezenas de declarações sobre os Direitos humanos, pondo em destaque a liberdade e mesmo a luta pacífica pela liberdade. O que lhe parecia uma necessidade mais do que urgente na Polônia, seu país natal.

Merecem realce as suas três grandes encíclicas sociais. Duas delas comemoram aniversários da *Rerum novarum: Laborem exercens,* sobre o valor do trabalho e sobre a dignidade e os direitos

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

do trabalhador; marcando, em 1981, os noventas anos, e *Centesimus annus,* em 1991, comemorando precisamente o centenário da encíclica de Leão XIII. Festeja o fracasso do comunismo, saudando esse evento como o cumprimento da mensagem profética de Leão XIII, e indica os caminhos para o bom funcionamento da economia de mercado. A encíclica *Sollicitudo rei socialis*, traduziríamos quase a Solicitude da igreja pelo social, visa celebrar o vigésimo aniversário da encíclica *Populorum progressio* de Paulo VI.

Pois, João Paulo não nos deixa esquecer Paulo VI que prolongou e mesmo aprofundou a mensagem de João XXIII e do Concílio em pontos da maior importância, tais como as relações entre os povos, as quais só serão justas e pacíficas se promoverem o desenvolvimento integral e equitativamente partilhado entre todos. O desenvolvimento é o verdadeiro nome da paz. O valor de João Paulo II, prolongando os ensinos dos predecessores, está, sobretudo, no empenho de sintetizar e realçar o essencial e o mais atual, e também de refletir sobre o elemento constitutivo e característico da Doutrina social da Igreja, perspectiva à qual voltaremos num instante.

Mas outro dado importante do pontificado passado é que a doutrina social penetrou dois domínios de que estivera ausente até agora. Ela está inserida no Direito Canônico sendo objeto de prescrição no novo Código de 1982 como elemento do magistério da igreja e da sua pregação corrente, citando-se mesmo a homilia dominical (cf. Cn 222, 2; 528 1; 768 2). Ela é amplamente utilizada, ela é definida e explicada com esmero no *Catecismo da Igreja Católica.* Neste se incluem os elementos essenciais dessa doutrina, tomando-os geralmente da const. GS. (Ver no *Catecismo cit.* IIIª Parte, 1ª seção, cap. 2º, n. 1877-1948; 2ª seção, cap. 2º, art.7, n. 2401-2463; e, expressamente sobre a doutrina social da Igreja: n. 2419-2425).

Notamos como Papa Paulo VI se apressou em atender às sugestõesdos Padres Conciliares. Convem insistir no acerto de estabelecer em união mas com certa indepndência das grandes Congregações da Cúria Romana. Deste Conselho temos o excelente Compendio da Doutrina social da greja. Aí temos não apenas as informações mas seguras mas uma valiosa teologia da Doutrina social. Na verdade trata-se da dimensão social do Evangelho, se manstentando desde os Profetas e os Apóstolos e sobretudo do ensino de Cristo. Em nossos tempos se afirmou como um aspecto dessa dimensão do Evangelho, a partir da *Rerum Novarum.*

De Bento XVI (24/04/005-28/02//2013)

Deste Papa que ficará na história especialmente pela coragem de renunciar, na perspectiva de nossa reflexão sobre a marcha da eclesiologia e da doutrina social, destacaremos l apenas as duas encíclicas sobre o Amor e sobrea justiça.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Originalidade da doutrina social da Igreja diante dos desafios de ontem e de hoje

Uma leitura atenta da história permite verificar a conjunção de certos elementos negativos: uma compreensão puramente individualista do Evangelho se soma coma visão individualista da ética, mais uma compreensão autoritária, excessivamente clerical e pouco atenta às prerrogativas e responsabilidades próprias dos leigos tudo isso leva a uma religião que pratica ou tolera as desigualdades que se implantam nas relações interpessoais e se fixam nas próprias instituições. Ao contrário a confluência de uma compreensão integral do evangelho em sua dimensão divina, pessoal, comunitária e social vai ao encontro dos valores humanos da igualdade, da solidariedade, de responsabilidade e corresponsabilidade. O sentido e a prática do social que se verificam primeiro nas comunidades eclesiais e são homologadas pela autoridade suprema da Igreja contribuem para a eclosão da doutrina social da Igreja.

A análise desses processos de desenvolvimento da ética ou do compromisso social, com seus momentos de lentidão e de atraso ou de avanço se funda e se esclarece primeira e fundamentalmente pela consideração do significado do social como qualificativo da doutrina e da atitude da Igreja em sintonia cm o reconhecimento do seu enraizamento no Evangelho.

Pontificado do Papa Francisco, promissor amanhecer evangélico e social

Na verdade, ele assume, condensa e prolonga marcha pastoral e social da Igreja. Nele se reconhece a plena realização de três dois dados singulares e fundamentais:

– buscar aprender do Papa Francisco e com ele o seu modelo hermenêutico próprio que ele assume prolonga e aprimora. É o modelo lançado por João XXIII, realizado na convivência colegial de Vaticano II e condensado nos seus 16 documentos conciliares. Essa hermenêutica conciliar consiste em uma releitura lúcida e constante da história da Igreja, a partir do ideal, quase diríamos do sonho de Cristo. Este se prolonga no sopro de seu Esírito que suscita e guia os Pastores proféticos, carismáticos, e comunidades surgindo em toda parte animadas pelo mesmo Espírito atentas às realidades, às necessidades de cada época histórica.

– Em seguida, graças a esse precioso instrumento hermenêutico, relendo a história e buscando discernir o presente da Igreja, chega-se a elaborar novo paradigma doutrinal e pastoral, amplo e coerente, que é uma Suma, um feixe de paradigmas, que se podem ordenar na figura de uma Montanha, do Monte Sinai da Nova e Eterna Aliança.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

– Em terceiro e último lugar, iluminado pela hermenêutica sempre ativa, pela Suma teológica e pastoral, surge e se afirma um novo paradigma e um novo modelo de Igreja, sacramento total da presença salvadora e elevadora de Deus Amor Universal na humanidade em marcha, ainda descuidada e desastrosa para a globalização.

Convém buscar aprender os dados e articulações desta maravilhosa Suma de sabedoria doutrinal e prática já elaborada pelo Papa Francisco. Três sugestões ficam bem na inauguração desse Congresso interdisciplinar:

– Essa releitura crítica, evangélica, pneumatológica do ontem e do hoje da Igreja tendendo a discernir ou a abrir os caminhos do futuro, sempre na fidelidade ao duplo critério: a novidade do Evangelho e as novas condições da humanidade sob o impulso do progresso científico e etnológico. Ousando simplificar, pode-se enumerar e articular em cinco modelos os paradigmas da plenitude da Igreja face da humildade em vias de globalização. Aos paradigmas anda o por aprende com ele o modelo o hermenêutico para entender sua mensagem, na sua verdade, no seu dinamismo e sua fecundidade.

O Papa Francisco lança como base de tudo o pequeno e incontido verbo sair. Em atitude de quem empurra o carro do Reino de Deus que vem vindo, ele quer ver e mostrar a "Igreja em saída" (*Evangelii Gaudium*, n. 20). A Igreja em saída é a libertação do inferno sartriano, de gente fechada em seu egoísmo efervescente se afrontado dentro de "Quatro paredes". Sair, sair do egoísmo individual, familiar, econômico, político, é libertar-se e se se tornar missionária da libertação da religião e da humanidade. Esta gênese da pacífica revolução social esboçada ou apenas semeada qual semente evangélica se enraíza e cresce na história da Igreja e da humanidade.

O "sair" do inferno das quatro paredes do egoísmo dos sistemas de concentração da riqueza e do poder será reconhecer a Casa Comum de toda família humana criatura de Deus e para Deus. Semelhante projeto exige a difícil compreensão da consciência social na história da Igreja e da humanidade. Nessa visão da história emergem o sentido e o papel construtivo da Universidade, especialmente da Universidade Católica.

Será momento de fechar esta exposição, mas com uma pergunta radical: como a Universidade, especialmente a PUC, são chamadas a escutar, compreender, eventualmente instrumentar o projeto humano e evangélico do primeiro Papa da América, cuja corte como a de Jesus Cristo, são os pobres, os necessitados, os espoliados e oprimidos.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

A PUC-SP e demais universidades católicas diante da *Laudato Si'* e do programa sempre mais fascinante e exigente do Papa Francisco

A maravilhosa originalidade da *Laudato Si'*: projeto de evangelismo integral, assumindo os dados renovadores do projeto eclesiológico iniciado com Leão XIII, encontro sua expressão plena com João XXIII, no Concílio e sua aplicação na Igreja pós conciliar.

Todas essas casas, esses santuários da cultura são chamados a escutar, compreender, eventualmente instrumentar o projeto humano e evangélico do primeiro Papa da América, cuja corte como a de Jesus Cristo, são os pobres, os necessitados, os espoliados e oprimidos.

A história lida em profundidade tem mostrado belos exemplos de universidades que assumem suas identidades e suas atitudes em momentos críticos da civilização. Emerge e se afirma então a Universidade da cultura militante, abridora de caminho da educação, da pesquisa, do estudo para todas as camadas do povo em todas as regiões e de todos os países e continentes.

Assim nasceu a Universidade, no coração da Igreja, acima das ideologias e dos interesses das camadas, dos grupos e empresas particulares. Que essa bela aurora da cultura não seja ofuscada pelos descalabros ulteriores economismo usurpador e dominador, pelo colonialismo da educação e da comunicação na modernidade e na pós-modernidade. A Igreja sempre contou com a Universidade às vezes em contexto de certo ortoxismo e de um magistério que julgava necessário ser autoritário. Hoje a Universidade especialmente Católica tem a consciência mais nítida e segura seu papel especial, do serviço específico, eminente, e insubstituível que é o seu, junto dos Pastores e de todo o povo.

A PUC, seara e sementeira da cultura militante, tendo sido há meio século campo pacífico de batalha da ideologia da violência armada e empenhada na promoção no bem e da casa comum da humanidade. No vigor de seus setenta anos, esse santuário da sabedoria e das ciências tem tudo para ser colaborador qualificado do Papa Francisco, o renovador da doutrina social e do modelo social, cultural, evangélico da Igreja a serviço da vida planetária e da casa comum da humanidade.

Bibliografia sumária

Estudos, publicações e coleções sobre a Doutrina social elaborados pelos professores da PUC-SP. Tais como:

COLEÇÃO: RELIGIÃO & CULTURA. Departamento de Teologia e Ciências da Religião – PUC-SP. Vários Autores.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

– *A crítica do horror.* EDUC, Paulinas, São Paulo, 2003. Ver "A teologia em diálogo interdisciplinar no seio da universidade moderna". p. 47.

– *Cristianismo na América Latina e Caribe: (Re) Visões*. EDUC, Paulinas, São Paulo, 2004. Ver "Globalização, religião, mídia e mercado". Pág. 91.

– *Bastidores da Primavera. Revendo o Concílio Vaticano II – 40 anos depois*. EDUC, Paulinas, São Paulo, 2005. Ver "Ratziger, Chenu e Congar: teólogos pioneiros no Concílio Vaticano II". Pág. 9.

REVISTA HORIZONTE TEOLÓGICO. Revista Semestral do Instituto Santo Tomás de Aquino. Centro de Estudos Filosóficos e Teológico dos Religiosos. ANO 4, No. 7, Belo Horizonte, Jan/Jun 2005.

COLEÇÃO: DOUTRINA SOCIAL E UNIVERSIDADE

– *O Cristianismo desafiado a construir cidadania*. PASSOS, João Décio e SOARES, Afonso Maria Ligório (Orgs.). EDUC/Paulinas, São Paulo, 2007.

– BEOZZO, José Oscar e VOLANIN, Cremildo José (Orgs.), *Alternativas à crise. Por uma economia social e ecologicamente responsável*. Cortez Ed., São Paulo, 2009.

COLEÇÃO: RELIGIÃO E CONSUMO

– Relações e discernimentos. VILHENA, Maria Angela e PASSOS, João Décio (Orgs.), Paulinas, São Paulo, 2012.

COLEÇÃO: TEOLOGIA E COMUNICAÇÃO

– Corpo, palavra e interfaces cibernéticas. ALTEMEYER JR., Fernando e BOMBONATTO, Vera Ivanise. (Orgs.) Paulinas, São Paulo, 2011.

COLEÇÃO: INSTITUTO MARITAIN

– *Direitos humanos e fundamentais e Doutrina social*. SANTOS, Ivanaldo e POZZOLI (Orgs.). Pref. Rubens Ricupero, Boreal Ed., Birigui, 2012.

ALBERIGO, Giuseppe. *A Igreja na História*. Paulinas, São Paulo, 1999.

– De Carlos Josaphat:

Dicionário Concílio Vaticano II, Paulus/Paulinas, São Paulo, 2015. Ver verbetes: Amor, Caridade, Colegialidade.

Vaticano II: A Igreja aposta no Amor Universal. Paulinas, São Paulo, 2013.

Paradigma teológico de Tomás de Aquino, Paulus/EDT Escola Dominicana de Teologia, São Paulo, 2012.

Ética Mundial. Esperança da humanidade globalizada. Vozes, Petrópolis, 2010.

– Do Papa Francisco:

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Carta Encíclica Laudato Si' – sobre o cuidado da casa comum. Paulinas, São Paulo, 2015.

Misericordiae Vultuus – o rosto da misericórdia. Bula de proclamação do Jubileu extraordinário da Misericórdia. Paulinas, São Paulo, 2015.

Evangelii Gaudium – A alegria do Evangelho, sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. Paulus/Loyola, São Paulo, 2013.

– Sobre o Papa Francisco:

TORNIELLI, Andrea. *Francisco, o nome de Deus é Misericórdia*. Planeta, São Paulo, 2016.

PASSOS, João Décio e SOARES, Afonso M. (Orgs.). *Francisco renasce a esperança*. Paulinas, São Paulo, 2013.

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

CIBERTEOLOGIA

QUE PARÁBOLAS PARA ESTE TEMPO?

CARDEAL JOSÉ TOLENTINO DE MENDONÇA

Meditação apresentada à CNBB – 25.11.2020

Um tipo de comunicação de Jesus que faz pensar é aquele patente em frases como esta que servem de fórmulas introdutivas ao seu discurso: "A que é semelhante o Reino de Deus? A que o hei de comparar?" (Lc 13,18). Talvez ainda não valorizemos devidamente essas frases que parecem apenas simples estruturas de passagem e, na verdade, são bem mais. É importante que nos perguntemos o que pretende Jesus com esse recurso de linguagem e o que é que este nos ensina sobre o seu método de interpretação da realidade. Nesse sentido, eu diria que há três coisas que se tornam manifestas.

• A primeira delas é que nem sempre é fácil interpretar a realidade. Em tantas situações esta como que resiste ao nosso modo habitual de a descrever e o mete em crise. Na verdade, a pergunta "A que é semelhante o Reino de Deus?" introduz uma espécie de pausa reflexiva, um distanciamento em relação aos saberes feitos; instaura um tempo mais lento dedicado à escuta.

• A segunda coisa que aprendemos com estas interrogações de Jesus é que para explicar a vida de Deus e dos homens em profundidade precisamos de parábolas e comparações. E precisamos de parábolas ou de comparações que sejam novas, que relancem as tarefas do olhar. As perguntas de Jesus, de facto, abrem espaço a um discurso não teórico, mas narrativo, existencial e simbólico. Porque a narrativa e a atenção ao símbolo fazem-nos sintonizar diretamente com o real da vida e é aí que Jesus coloca a revelação do Reino de Deus. Sabemos, no entanto, como não é fácil entrar em comunicação com esse núcleo vital e, pelo contrário, como é tentador sobrevoarmos teoricamente a realidade ou permanecermos indiferentes a ela, mesmo aquela que nos está mais próxima.

• A terceira coisa a aprender é o facto do discurso de Jesus ter como finalidade ganhar os corações para o Reino de Deus em vez de se ficar pelos meros exercícios da retórica. A retórica faz uma camuflagem da realidade através das palavras, adiando o desejo de verdade e autenticidade. Tão diferente da persuasão evangélica que procura gerar no sujeito crente a plena autoconsciência

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

do presente modelado por Deus, indicando que o *Kairós* se desenvolve precisamente dentro do *krónos*, apresentando como desafio para uma hermenêutica profética aquilo que parece apenas a incerta convulsão da história, desafiando-nos a acolher o aqui e o agora, na sua indefinição e dureza, como um misterioso radar para sondar o futuro.

É bom que nos coloquemos perguntas

"A que é semelhante o Reino de Deus? A que o hei de comparar?" (Lc 13,18). Mergulhados nesta situação histórica distópica aberta pela pandemia, que nos encontrou a todos impreparados e destapou uma vulnerabilidade bem maior do que aquela que supunhamos ser a nossa, também nós nos fazemos perguntas: "A que é que este tempo é semelhante? A que o havemos de comparar?". Apercebemo-nos, e de uma forma dramática, que os nossos discursos, as nossas práticas estabelecidas, os nossos espaços, a nossa organização foram, de um momento para outro, também colocados em crise ou declarados inadequados. E transcorridos estes meses, dentro de nós sabemos como era o passado, mas não sabemos ainda exatamente como será o futuro.

Contudo, Jesus também aqui é o nosso Mestre, pois Ele nos incita a uma auscultação mais profunda da realidade e a nos colocarmos corajosamente perguntas, em vez de nos precipitarmos em procurar no nosso alforje o que julgamos serem já respostas. De fato, um elemento de novidade destes tempos difíceis que vivemos é o patrimônio de perguntas que muitos se estão fazendo, e perguntas que não se debruçam apenas sobre o imediato e a sua obsediante vertigem, mas que se prendem com o sentido da vida, com a avaliação crítica daquilo que a sociedade moderna coloca como prioritário, com a forma como cada um tem habitado o real. É bom que nos coloquemos perguntas. E também a nível eclesial. Não desperdicemos a oportunidade que representa fazermo-nos perguntas. Isso o escritor João Guimarães Rosa sublinhava: "Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é a fazer outras maiores perguntas". A Igreja tem essa responsabilidade: a de promover as "maiores perguntas".

A praça vazia e a barca onde estamos todos

Que parábolas e comparações podem hoje aproximar o Reino de Deus da nossa linguagem e da nossa experiência vital? Que parábolas e comparações nos estão a abrir à compreensão desde momento do mundo que, como insiste o Papa Francisco, não se caracteriza apenas por uma enxurrada de mudanças, mas protagoniza efetivamente uma mudança de época? Recordo as suas palavras em Florença, em novembro de 2015, dirigidas aos participantes do V Congresso da Igreja Italiana:

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

> Pode-se dizer que hoje não vivemos uma época de mudança mas uma mudança de época. Portanto, as situações que vivemos hoje apresentam desafios novos que para nós às vezes são até difíceis de compreender. Este nosso tempo exige que vivamos os problemas como desafios e não como obstáculos.

Foi o próprio Papa Francisco que nos ofereceu, num dos momentos mais terríveis do curso desta pandemia, duas imagens simbólicas que nos ajudam a concretizar aquilo que o Concílio Vaticano II, na "Gaudium et Spes" chamava o "dever da Igreja investigar a todo o momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho" (GS 4). Naquela oração extraordinária no Sagrado diante da Basílica de São Pedro (27 de março de 2020), o Santo Padre ofereceu-nos duas imagens que à primeira vista parecem contrapostas, pois de um lado temos o vazio e do outro lado o cheio; de um lado temos a Praça sem ninguém e do outro temos a Barca onde estão todos. A imagem da Praça de São Pedro representava simbolicamente a inaudita situação dramática das nossas ruas repentinamente silenciosas, dos espaços públicos despovoados, das nossas Igrejas vazias devido à emergência sanitária e à necessidade de confinamento. O vazio é a parábola que os nossos olhos veem. Mas Francisco escolheu para interpretar essa imagem uma imagem evangélica de sentido inverso. De facto, no texto de Marcos 4, 35-41 o Papa sublinhou que, "surpreendidos por uma tempestade inesperada e furibunda", "demo-nos conta de estar no mesmo barco, todos frágeis e desorientados mas ao mesmo tempo importantes e necessários: todos chamados a remar juntos, todos carecidos de mútuo encorajamento". O vazio, revisto pela comparação que nos é dada pela Palavra de Deus, não é só vazio, mas possibilidade de ganhar uma nova consciência de tudo o que nos liga como comunidade humana. Um dos frutos desta pandemia, podemos dizê-lo, é já a Encíclica "Fratelli Tutti" sobre a fraternidade a a amizade social, que vem explicar que "uma tragédia global como a pandemia do Covid-19" nos recorda "que ninguém se salva sozinho, que só é possível salvar-nos juntos" (F.T.32) e que há uma coisa ainda pior que a pandemia: é o vírus do "salve-se quem puder" rapidamente traduzido no lema "todos contra todos" (F.T.36). Na verdade, como escreveu Albert Camus no seu romance "A Peste", o bacilo da peste pode chegar e ir embora sem que o coração do Homem se modifique. A tarefa urgente que hoje se coloca à Igreja é trabalhar o coração humano, persuadi-lo da verdade do Evangelho, acreditando que dentro deste *Krónos*, com a força generativa do Espírito Santo, pode emergir o *Kairós*.

A sala dos abraços e o portal

"A que é semelhante o Reino de Deus? A que o hei de comparar?" (Lc 13,18). Se olharmos em nosso redor, mesmo num tempo que parece blindado na sua incerteza, há tantas parábolas

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

que nos estão a ser contadas. Vou referir brevemente três: duas retiradas do jornal e uma da Palavra de Deus. Mas cada um de vós poderá contar tantas. A primeira aconteceu numa Casa de Repouso para idosos, em Itália. Sabemos como a pandemia tem forçado a tantos "lutos relacionais": desde os distanciamentos interpessoais à suspensão das saudações que trocávamos uns com os outros (o aperto de mão, o abraço entre amigos, o beijo entre os parentes), impedindo o exercício comum da nossa humanidade e fazendo crescer o isolamento e a solidão. Entre a população mais idosa um risco real é o sentimento de abandono e a depressão, pois faltam as visitas, a proximidade e os carinhos. Ora, esta instituição criou a sala dos abraços. Em conformidade com todos os regulamentos de saúde, os utentes da casa de repouso poderão abraçar seus filhos, netos e parentes protegidos por uma cortina especial de plástico que lhes permite dialogar sem dificuldade e ter também um contato visual e físico que faz com que se sintam amparados e fortalecidos emocionalmente. Esta parábola da sala dos abraços faz-nos interrogar que necessidade é esta? Que parábola nos está a contada por todos os abraços não dados e pelo desejo de voltar às expressões habituais dos nossos afetos? Um abraço é uma escola de humanidade. O abraço é uma longa conversa que acontece sem palavras. Tem uma incrível força expressiva. Comunica a disponibilidade para entrar em relação com os outros, superando o dualismo, fazendo cair armaduras e desculpas. Os abraços são a arquitetura íntima da vida, o seu desenho invisível; são plenitude consentida ao afeto que reconcilia e revitaliza. Num abraço, tudo o que tem de ser dito soletra-se no silêncio, e ocorre isto que é tão precioso e afinal tão raro: sem defesas, um coração coloca-se à escuta de outro coração. É bom ver como a pandemia nos acorda para reconhecermos o valor de dimensões da vida e da humanidade e, nesse sentido, nos reconduz ao essencial.

Ainda uma parábola retirada do jornal é aquela que surge num texto da escritora de origem indiana Arundhati Roy: a imagem do portal. Escreve ela:

> Historicamente as pandemias obrigaram os seres humanos a romper com o passado e a imaginar de novo o seu mundo. Esta não é diferente. É um portal, uma porta entre um mundo e o seguinte. Podemos optar por cruzá-lo arrastando atrás de nós as carcaças do nosso prejuízo e ódio, da nossa avareza, dos nossos bancos de dados e ideias mortas, dos nossos rios mortos e dos céus cheios de fumos. Ou podemos atravessá-lo caminhando ligeiros, com pouca bagagem, prontos para imaginar outro mundo.

O mensageiro e o campo novo

Quando penso naquilo que hoje a Palavra de Deus nos está dizendo, frequentemente me vem ao pensamento o capítulo 32 do Livro do Profeta Jeremias. A sua situação não podia ser

ISSN 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

mais complexa, se não mesmo desesperada. Jeremias está preso no palácio real de Judá, acusado de haver profetizado contra o rei Zedequias, anunciando-lhe a derrota contra Nabucodonosor, a destruição de Jerusalém e o exílio do povo em Babilónia. Ora, precisamente neste contexto histórico extremo chega a Jeremias um mensageiro com uma surpreendente proposta em contraciclo. Visita-o o seu primo Hanameel que lhe diz: "Compra a propriedade que tenho em Anatote, no território de Benjamim, porque é teu o direito de posse e de resgate" (v. 8). E por ser uma iniciativa tão nova e desbloqueadora, Jeremias compreendeu que essa palavra provinha do Senhor. Na sua oração, o profeta não deixa, porém, de manifestar o seu espanto: "As rampas de cerco são erguidas pelos inimigos para tomarem a cidade, e pela guerra, pela fome e pela peste, ela será entregue nas mãos dos babilônios que a atacam... Ainda assim, ó Soberano Senhor, tu me mandaste comprar a propriedade e convocar testemunhas do negócio, embora a cidade esteja entregue nas mãos dos babilônios!" (vv. 24-25). E o Senhor lhe responde com uma promessa: "Eu os reunirei de todas as terras para onde os dispersei... Eu os trarei de volta a este lugar e permitirei que vivam em segurança... Farei com eles uma aliança permanente" (v. 37.40).

Que tempo é este que estamos a viver? A que o havemos de comparar? Podemos, efetivamente, olhar apenas para o assédio devastador desta crise que começa por ser sanitária, mas que depressa contaminou tantos outros âmbitos, tornando-se uma crise poliédrica: económica, social, política, eclesial, civilizacional. Ou podemos perceber, numa leitura crente e esperançada da história como o faz Deus incansavelmente, que esta hora, com todos os seus constrangimentos é afinal um *kairós*, uma oportunidade para relançar a nossa aliança com a vida. Este não é o momento para fazer cair os braços em desânimo, mas é um tempo para apostas de confiança. Não é só um compasso de espera que nos deixa como que suspensos numa dolorosa indefinição: é também um desafio à interlocução com o futuro e a dar passos concretos na sua direção. Não é só um tempo para fechar a semente no celeiro enquanto se aguardam as condições que consideramos propícias: este é um tempo bom para os semeadores saírem para o campo, para os pescadores se aventurarem no lago. Não é só uma estação para gerir aflições crescentes: é também a ocasião em que Deus nos ordena que arrisquemos como Igreja e que compremos um campo novo.

"A que é semelhante o Reino de Deus? A que o hei de comparar?" (Lc 13,18), perguntava-se Jesus. Hoje cabe-nos a nós fazer esta pergunta. Mas para isso precisamos realizar uma auscultação espiritual e autêntica da vida; precisamos de não nos fecharmos num discurso abstrato ou num sistema fechado, mas de nos abrirmos a leituras das histórias e dos exemplos que estão hoje diante dos nossos olhos; e precisamos, por fim, de uma hermenêutica profética da história que revele que Jesus Cristo é o seu centro.